



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

A língua como apoio à luta armada basca

Jorge Manuel dos Santos Nazaré

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof^a. Doutora Liliana Domingues Reis Ferreira

Covilhã, abril de 2017

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Dedicatória

Ao meu pai, que não me acompanhou até ao fim...

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Agradecimentos

À minha família por todo o apoio dado, imprescindível para que este trabalho concluísse.

A todos os meus colegas de curso, de Licenciatura e Mestrado, que amenizaram a distância de casa para a universidade.

A todos os meus professores, sempre interessados na minha valorização académica.

Ao Paulo e à Dora, que se redobraram em esforços para eu poder atingir um objetivo particular. Sem a compreensão do Paulo jamais o conseguiria.

À Professora Liliana, incansável na ajuda desde o primeiro dia. Este trabalho resulta do seu interesse em ajudar e transmitir conhecimento.

À minha mulher, que permitiu que eu me dedicasse por inteiro a concluir esta dissertação.

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Resumo

O tema central desta investigação situa-se na utilização do Euskera como componente do nacionalismo basco e a sua contribuição na luta pela independência do território e o que daí derivou. Analisado o protonacionalismo experimentado na região, será feita uma retrospectiva aos principais tipos de nacionalismos, nomeadamente através da comparação da situação do Norte de Espanha. A autodeterminação basca sofreu um enorme impulso com as ideias de Sabino Arana, sobre o conceito de raça e idioma e culturas superiores do povo basco em relação ao espanhol, dando origem ao antigo Partido Nacionalista Vasco, passou por décadas de letargia, até ressurgir pela mão grupo terrorista ETA.

Esta instituição criada na altura para fazer apenas pressão política, cedo se apoderou da sociedade basca, controlando toda a sua atividade política económica e cultural, desenhando ela os destinos da língua. Sendo Euskadi uma comunidade com identidades culturais muito próprias, estas vão ser exponenciadas com vista a conseguir-se a autodeterminação. Lutando sempre contra Madrid, o aparecimento da democracia escreve uma página importante na vida do Euskera e de seus simpatizantes ao proclamar o governo central espanhol a sua cooficialização em 1979. Com a entrada na democracia e na posse dos destinos dos artefactos culturais em poder de extremistas e moderados nacionalistas, aguardava-se um desfecho favorável às pretensões nacionalistas, contudo o pouco espaço de manobra que Estados Nação deixavam aos seus focos insurgentes, casos de franceses e ingleses, inclusive espanhóis cuja máquina repressiva funcionava, para além da entrada deste reino na então Comunidade Económica Europeia, veio arrefecer os ânimos, avivar as diferenças e unir talvez mais, os bascos em torno da sua língua.

Palavras-chave

País Basco, Terrorismo, Nacionalismo, Euskera, Construtivismo, Estado Nação, ETA

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Abstract

The main focus of this research is the use of Basque as a component of Basque nationalism, what its contribution in the struggle for the independence of the territory and what has derived from it. Analysing the pronationalist experienced in the region, a retrospective will be made to the main types of nationalisms and to compare the situation of Northern Spain with these. Basque self-determination underwent a tremendous boost with Sabino Arana's ideas, on the concept of race and language and higher cultures of the Basque people in relation to Spanish, giving rise to the old PNV, went through decades of lethargy, until resurgence by the hand terrorist group ETA.

Born to made only political pressure, it soon agreed to Basque society, controlling all his economic and cultural political activity, drawing it the destinies of the language. Being Euskadi a community with very own cultural identities, these will be strengthened with a view to achieve self-determination. Always striving against Madrid, the emergence of democracy writes an important page in the life of the Basque language and its sympathizers when proclaiming the Spanish central government its co-officialization in 1979. With the entry into democracy and possession of the destinies of cultural artefacts in power of extremists and moderate nationalists, a favourable outcome to the nationalist pretensions was expected, but the little space of manoeuvre that Nation States left to their insurgent foci, cases of French and English, including Spanish whose repressive machine worked, beyond the entrance of this kingdom in the then European Economic Community, came to cool down, animate the differences and perhaps, unite more the Basques around their language.

Keywords

Basque Country, Terrorism, Nationalism, Basque, Constructivism, State Nation, ETA

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Lista de Acrónimos	xiii
Introdução	1
1. Enquadramento Histórico-Conceptual	7
1.1. Nacionalismo Moderno	8
1.2. Conceção dos nacionalismos europeus	10
1.2.1. Raízes culturais da Nação.....	13
1.3. Nacionalismos de Estado	15
1.4. Enquadramento histórico do nacionalismo	16
1.4.1 Nacionalismo no Séc. XX	17
1.5. Nacionalismo irredento	17
1.5.1 Ascensão e queda irredentista.....	18
1.6. Nacionalismo militante na europa?	20
1.7. Novos Nacionalismos	20
1.8. A importância da Língua no nacionalismo	25
2. O nacionalismo basco	29
2.1. A herança carlista	29
2.2. Euskal Herria versus Euskadi	29
2.3. Preparação para a luta	30
2.4. Violência no País Basco	32
2.4.1. A Representação económica.....	32
2.4.2. Representação política.....	33
2.4.3. Assimilação do terrorismo	33
2.5. Percussores luta	35
2.5.1. O legado de Sabino Arana	39
2.5.2. Maketos ou o shibboleth basco	40
2.6. Formação da ETA	43
3. A linguagem nas Relações Internacionais	47
3.1. Construtivismo: o papel da língua	47
3.2. Etnicidade e língua	50
3.3. A realidade linguística europeia	51
3.4. O Euskera é abertzale?	52
3.5. A revolução em nome do euskera?	53
4. Estudo de Caso: Euskera	56
4.1. Protonacionalismo basco	56
4.2. Perda de importância?	59

4.3. Ressurgir do Euskera	60
4.3.1. Recuperar uma língua minoritária	61
4.3.2 Anos da transição	61
4.3.3 O retrocesso de 1980	64
4.4. O euskera em números e factos	67
4.5. Agenda estratégica - Normalização do euskera 2013-16	70
4.6. Convivência europeia	73
4.6.1. Papel das minoritárias	73
Conclusão	75
Direções futuras para a investigação	83
Bibliografia	85

Lista de Acrónimos

CAPV	Comunidade Autónoma do País Vasco
COPE	Confederación Episcopal
EAJ-PNV	Eusko Alderdi Jeltzalea-Partido Nacionalista Vasco
ETA	Euskadi ta Askatasuna [Pátria Basca e Liberdade]
GAL	Grupo Anti Liberación
HASI	Herri Alderdi Sozialista Iraultzailea [Partido Socialista Revolucionário Popular]
HB	Herri Batasuna [Unidade Popular]
KAS	Koordinadora Abertzale Sozialista
LAB	Langile Abertzale Baltzordeak [Sindicato de Trabalhadores]
MLNV	Movimento de Luta Nacionalista Vasco
PAPV	Plano Autónomo do País Vasco
EITB	Euskal Irratia Telebista [Radio Televisão Basca]

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Introdução

Os nacionalismos parecem retratar na perfeição a frase famosa de que todo o mundo é composto de mudança. A composição pessoal das comunidades fez com que estas tendessem a viver nas rés públicas, com tudo a que se sentiam ter direito, sendo que muitas vezes essa realização passava por algo intangível como um sentimento de pertencer a esta ou àquela comunidade, o ser diferente dela, ou até o não pertencer, materializado nos seus diferentes costumes, não se sentir em casa ou representado pelo escolhido para gerir a coisa de todos. É neste sentido fruto das vontades dos homens, da sua composição naturalista, dos seus medos e ambições, que de entre todas as conquistas ou obras que empreendeu, o seu animal político, desenhou o nacionalismo. De uma forma algo simplista, afirmamos que na sua origem estaria a vontade de ser e viver diferente, congregar similares “eus” e construir uma comunidade. Talvez seja referente ao critério que subjaz a sua constituição, de cariz tão pessoal e subjetiva que reside a dificuldade ou falta de unanimidade em estabelecer uma definição que albergue todos os conceitos que presidem à sua existência, pois cada teórico que se aventura na sua definição tenta pôr a ênfase no conceito, conforme o ingrediente que julga ser melhor definidor do total ou de acordo com cada realidade de Nação que melhor reproduza este conceito.

Por isso, tornou-se indispensável, retroceder ao passado e representá-lo, guindá-lo para o futuro; neste sentido a religião uniu comunidades heterogéneas, da mesma forma se ergueram impérios dentro de fronteiras porosas, comunidades unidas culturalmente mas anárquicas encontram um fio condutor, etc. Um conjunto de fatores culturais ajudaram uma comunidade a assenhorar-se do passado, através de homenagens a mortos desconhecidos, chamando-o de seu e em face disso imaginaram a sua comunidade, através da injeção de um sentimento de pertença, que anteriormente não tinha, apenas um conjunto avulso de sentimentos. A divindade permite a criação do poder monárquico, único formal, e são criadas dinastias que se alicerçam no nacionalismo. Criada a Nação falta diferenciá-la, reforçar mais o sentimento de pertença e transmitir o aludido protonacionalismo às novas gerações. O idioma popular que mais se usava fugia do erudito e letrado usado pelas elites, mas que não tinha capacidade de difusão suficiente, para fazer a diferença para com comunidades vizinhas. Sendo difícil de catalogar no tempo uma língua nacional, facilmente a língua popular se tornava franca.

A problemática em torno desta investigação foi a seguinte:

- **Qual o papel da Língua (Euskera), na construção do nacionalismo e no processo nacionalista basco?**
- **Como foi observada a língua pelos ideólogos da separação, desde 1876?**

Assim, o principal objetivo desta investigação consiste na análise da experiência nacionalista, especialmente o movimento nacionalista e independentista do País Vasco, auxiliados

especialmente pelo uso da língua. Sobre o propósito nacionalista, a investigação tentará dilucidar se o seu conceito à data de hoje se mantém intacto e em consonância com a sua prática, ou se pelo contrário, foi o mesmo aculturado por influência de vizinhos regionais, espanhóis e franceses. Sobre o tema independência, oficialmente ainda não está encerrado o caso, embora à luz de todos os acontecimentos durante as últimas décadas, eu aqui reproduzo os que julgo mais interessantes à problemática, tentarei estabelecer uma previsão. O porquê da separação em dois apartados do mesmo fenómeno fica a dever-se ao facto de, na prática nacionalista, ser uma constante nomeadamente durante o século XX naquele território e nem sempre atrelar consigo, ao menos na forma declaradamente o objetivo principal da obtenção da independência.

Da investigação efetuada em torno da problemática resultaram os quatro capítulos que se apresentam nesta dissertação. No primeiro capítulo é efetuado um enquadramento histórico conceptual ao nacionalismo. No segundo capítulo é feito um escrutínio ao nacionalismo basco e à evolução do movimento nacionalista basco. No terceiro capítulo é analisada a importância da língua nas relações internacionais e do papel que a mesma assume quer nos movimentos de emancipação dos povos, quer nos movimentos nacionalistas. Por último, no quarto capítulo é efetuado uma análise de estudo de caso ao papel do Euskera no movimento nacionalista basco.

A metodologia adotada nesta investigação foi sobretudo qualitativa, de carácter indutivo. Foram consultadas monografias e artigos científicos que abordaram por um lado quer a questão do fenómeno nacionalista, quer do nacionalismo basco, e por outro lado que investigaram a evolução da língua Euskera no movimento nacionalista basco.

Os chamados nacionalismo modernos, não fugindo a cada uma das diferentes aportações, terão amadurecido conceitos, reduzido ou dado importância menor a alguns, ainda assim todos eles evocam os primeiros conceitos inerentemente humanos que desde sempre estiveram presentes e deram origem a uma comunidade de pessoas com afinidade de comportamentos e confinadas num território demarcado. O atravessar de séculos, provocou a queda de alguns projetos, por ventura menos sólidos, e fez amadurecer outros, que possivelmente abarcaram os primeiros. A maturidade destas comunidades conseguiu que entre os séculos XVIII e XIX, muito por culpa de Vestefália, se falasse de forma mais insistente, seria muito ambicioso dizer pela primeira vez, a palavra Nação, a qual igualmente foi alvo de vários critérios definidores.

Entendido por Nação no caso concreto, os critérios acima resumidos, a esta vinha juntar-se-lhe o último item com o qual ela se realiza, a autodeterminação. Curioso é o facto de em finais do século XIX, linguistas espanhóis apelidavam Nação conjunto de pessoas que habitavam o mesmo condado ou reino, conceito revisitado no séc. XX para contar com os aspetos de cariz humano, já intelectuais brasileiros colocavam a Nação debaixo de um mesmo governo. A partir deste momento em que a tal comunidade que congrega os aspetos humanos que fizemos referência só sente realizada na apossa do seu destino, inicia-se um processo, ainda hoje por finalizar, de autorrealização plena de todas as comunidades supostamente suprimidas em nome de um e por

um Estado maior, sob o qual pretende que essas nações se completem; derivam por isso daí, vários tipos de Nação, Estados, assim como a relação entre estes. A realidade de hoje encontra paralelo em épocas anteriores, existem hoje Estados que já foram nações, assumam-se aqui como independente, Estados com várias Nações, Nações que nunca atingiram o estatuto de Estado, que inclusivamente não pugnam pelo mesmo, embora o desejem, reveste-se de dificuldades e o seu futuro soberano seria uma incógnita, Estados Nações, talvez o desejável por todos, pois a soberania de um autogoverno, positivista, vê-se reforçada pelo conjunto de aspetos psicológicos integradores.

Contamos também com nações que não são Estado e o desejam ser, como o caso em apreço nesta dissertação. Zonas geograficamente delimitadas, albergam uma comunidade de pessoas mais ou menos grande que se dizem possuir traços identitários comuns, a nível cultural, como o sejam a língua ou alguma expressão de cultura, assumem-se o passado como património de todos eles, praticam um protonacionalismo alicerçado nesses costumes, sem que no entanto atinjam a sua plenitude, nomeadamente o escalão acima, em que aos invés de serem representados ou se completarem no âmbito do grupo maior a que pertencem, pretendem determinar, esse grupo de pessoas, o seu destino, através de autodeterminação, exequível com elevação a Estado, soberano. Do que se depreende acima, o fenómeno intrincado do nacionalismo em todas as suas vertentes, encerra o apartado do conflito, situações à data ainda não resolvidas, isto é, existem ainda nações contra nações e estas contra Estados e Estados que não reconhecem nações; o passado geralmente conflituoso não foi resolvido da melhor maneira, feridas ficaram por sarar, direitos por reconhecer. De todos as razões aventadas para justificar cada situação e sua justificação para a sua quase perenidade, reúne consenso alargado, que a Nação existe antes do Estado e simbolicamente se pode realizar fora dele.

Os nacionalismos ganharam um ímpeto, se quisermos renovador, a partir da revolução francesa, quando a primazia de tudo foi dada ao povo alterando o conceito anterior. Conceito como raça, ou pureza racial ou supremacia de um povo, em vigor em alguns pontos europeus, foram abandonados para constituir sobre as bases anteriores ao Estado, por isso pré-jurídicos, raça e língua, tradição, costumes, leis e religião a que se junta o elemento psicológico da consciência nacional, para em cima destes construir o Estado Nação. O contributo inovador da revolução francesa para o nacionalismo, mais propriamente ocidental, foi o de aglutinar estes valores e em cima das várias línguas existentes e divisórias do Estado, renovar um édito anterior, edificando uma língua única, até então pouco falada, quando comparada com qualquer idioma regional e dar início à construção do Estado Nação, materializado positivamente através de instituições do Estado Central que passavam a regular a vida em sociedade: o trinómio Povo, Território, Nação, ganhava um novo membro, o governo.

O Estado Nação vem demarcar-se como teoria, do conceito de Nação, sobrepondo-se-lhe por acrescentar um governo para todos e em simultâneo aglutinar os seus fatores identificadores e sentimentos de pertença a essa comunidade. Caso paradigmático do Estado Nação, vai influenciar o curso da história do País Basco, ao estabelecer-lhe uma fronteira definitiva nos

Pirenéus e amputando-lhe um seu alto valor, o idioma. O Estado Nação francês mostra a possibilidade de a realidade poder ser criada através do próprio Estado, cujo poder político vai ratificar, conseguindo unir todas as pessoas; esse conceito pode também querer designar uma realidade criada a partir do próprio Estado e afirmada pela ação continuada do poder político visando a união de todas as pessoas que se encontrem sob a competência desse mesmo poder.

Este nacionalismo moderno para além de criar um marco de referência no conceito inicial de Nação, e função, pois abandona a autarcia advinda dum nível humano para a dotar de um pragmatismo que desse resposta a um conjunto mais díspar de vontades e novas necessidades, cria igualmente diferenças para com nacionalismos que não conseguiram impor a suas diferenças etnocêntricas de forma atingir a soberania. Havendo alinhamento sobre o “normativo” nacional, restava a muitas nações a capacidade de aplicarem com sucesso a experiência proto nacional dos seus. Razão de ser do conflito ainda existente prede-se com o facto de muitas nações não conseguirem dar um governo ao seu povo; o inverso igualmente se verificou, com Estados a não conseguirem albergar nações em si; valida-se a verdade de Mill, quando refere que o Estado deve ser resultado da vontade e mostrar-se exequível.

A história dos nacionalismos nunca se mostrou monótona, muito por culpa das associações humanas que o compõem e que levaram a constituí-lo, diferentemente conforme a geografia e raiz sob o qual se ergueu; acima de tudo, a diversidade e beleza enquanto objeto de estudo que apresenta a questão dos nacionalismos, passa por diferendos não resolvidos e que atravessaram séculos e se apresentam hoje perante várias doutrinas. Facilmente se conclui que entre o final do século XIX e o primeiro quartel do século XX com guerras pelo meio existe uma relação de causa efeito entre estas e os nacionalismos; repetindo-se conflitos anteriores, retalhou-se o mapa do mundo, dividiram-se Estados, perderam-se, surgiram, e ressurgiram Estados, deslocaram-se minorias em Estados “estrangeiros”, criaram-se novos focos nacionais de conflitos, outros viram oportunidades de insurreição, etc. Como resultado sem surpresa, hoje podemos dizê-lo se chegou à Segunda Guerra, e como referido noutra trecho deste trabalho, em virtude de maus arranjos que potenciaram os conflitos acima, materializados por um tratado e por um plano cujas boas(?) intenções redundaram em milhões de mortos.

A última metade do século passado para além de ter mostrado uma ascensão nacionalista, igualmente com origem, quando muito moderna no período entre guerras, com o foco nas desintegrações soviética e jugoslava, serviu-nos casos de terror em focos separatistas de África e Europa, com França e Espanha à cabeça, sendo o caso espanhol mais mediático em função do terror que o grupo separatista ETA infligia à sociedade Espanhola, com atentados em praticamente todas as províncias; o mundo dividia-se em dois blocos com os Estados mais pequenos e menos influentes no panorama internacional a ceder à pressão dos supostamente Estados protetores, vivendo-se um período de baixa capacidade de revolta em face de organismos supranacionais disporem de uma palavra a dizer enquanto a aceitação de revoltosos. As condições económicas de nações feridas na guerra não agouravam sucesso, reviam-se as condições de exequibilidade da Nação ao se transformar em Estado.

O nacionalismo de Estado volta a ser agitado no fim do último século. Regressa o que se pensava perdido há muito e que não mais se observaria. Conflitos étnicos na Jugoslávia, dissimulados debaixo de um governo não seu, mas respeitado, debilidade económica e cópia da desagregação soviética com a libertação de suas províncias, fizeram precipitar o último movimento de nacionalismos de Estado na Europa. Das federações liberadas, agora Estados, algumas ainda não andam pelo seu próprio pé, as diferenças étnicas mais acérrimas ainda se mostram em alguns casos, e outras fazem parte de organizações supranacionais que em alguns casos controlam a agenda dos países. Fica patente neste parágrafo a evolução dos nacionalismos, nascendo por influência humana na estrutura, para acabar em nome do bem-estar e proteção do povo, num Estado que abdica de parte da sua soberania.

A década de 50 vivia uma acalmia em matéria de convulsões nacionalistas nunca antes experimentada a ocidente. Saturada de guerras, a Europa florescia. As sociedades vêm-se a braços com novas exigências, não se revendo tanto em matérias de índole cultural, apontam metas para a realização quotidiana mais assente em critérios como o bem-estar pessoal, mas contam com proteção estatal para as atingirem. São criadas instituições providencias, de saúde e segurança, o direito evolui. O Estado torna-se um agente superior onde debaixo da sua aba todos cabem. O Estado cumpre com a sua obrigação assistencial à sua população na obrigação que lhe compete no contrato social; o povo ainda que não tenha perdido traços culturais diferenciadores, ou não sinta seu aquele governo, legitima-o em nome de interesses pessoais da comunidade, pois todos os aspetos diferenciadores que o povo pode mostrar, o Estado vai promovê-los através de um veículo global, deixando de ser necessário estar confinado a um limite geográfico para através deles se diferenciar.

Ainda que sejam casos esporádicos, na Europa persistem ainda casos de insurgência nacional mais ou menos avançada conforme o país e situação de cada um. Escócia, Córsega, Bélgica ou Espanha, são Estados que convivem com o separatismo. O País Basco convive com conceitos de liberdade e independência desde a primeira metade do século XIX. A vivência daquela diferença tem mostrado desde então várias faces. Reconhecido mundialmente como uma região “única” pela sus tradições, é pela língua que mais se diferencia e foi em nome dela como principal representante de toda a essência basca que se desenrolou a guerra pela independência naquela região, cronologicamente a contraciclo com os principais desenvolvimentos nacionalistas europeus.

Nunca desistindo de rebuscar tradicionalismos, chegando a criar realidades com o propósito de justificar uma separação em nome de uma cultura própria e uma experiência política que já havia dado mostras de competente, subjugada por derrotas em guerras, por ditaduras e até por leis preferenciais, é em plena democracia que o movimento separatista basco se faz notar e pelas piores razões.

Aproveitando uma Espanha federalizada, com um contexto social que por vezes em virtude da ditadura parecia tolerar a violência, com vários idiomas, falados sob o mesmo teto estatal, os

nacionalistas radicais, com ajuda umas vezes dissimulada outras nem tanto, dos moderados, elevam o euskera ao expoente máximo do nacionalismo, como representante de tudo o que significa ser basco, condição que só se completa falando-se vasconço, e em oposição, relegando para a qualidade de inimigo quem não o falasse, e em seu nome matar.

Por fim e não menos importante e por que falar da questão dos nacionalismos é falar da relação entre o eu e o eles, e este fenómeno assenta as suas bases na natureza humana, devo destacar a importância construtivista que sempre acompanhou a evolução das normas, valores e ideias quer das sociedades quer dos Estados. Assentando este trabalho no papel da língua, foi, pois, através da importância que lhe foi atribuída que esta criou uma estrutura de partilha de interesse comum que por sua vez introduz o nacionalismo em outra superior e deixou campo aberto para outros a aprenderem e renovarem o ciclo. Como preconizado pela teoria construtivista (Wendt, 1999) a língua ajudou a criar as entidades coletivas que serviram de suporte à evolução das sociedades. Ainda que outras correntes, nomeadamente a realista, reclamem para si a evolução verificada nas sociedades em função do estruturalismo em que se encontram e da sua relação de poder efetivo, assento no trabalho que apresento, que essas realizações tiveram por base a aplicação construída com base na aprendizagem humana; qual a língua que submete? a prioritária? não, dessa forma a língua é realisticamente um exercício de poder, criado pelo homem que aprendeu e adaptou de acordo com seu meio e suas necessidades diferenciadoras dos outros seres. Com base na aprendizagem o homem pode experimentar e criar tendências.

1. Enquadramento Histórico-Conceptual

O nacionalismo como conceito tem sofrido alguns ajustes ao longo dos séculos, mas a sua base, nutrida de romantismo tem-se mantido, não fosse o nacionalismo ele um produto alimentado pelo naturalismo humano e por isso sujeito a evolução conforme inclinações; estas geram uma experiência que traduzem em crenças, que são representadas através de artefactos na sua grande maioria de cariz cultural. Cada conjunto destes fatores cria uma unidade que por influência de um poder terreno superior vai lutar por separar essa mesma comunidade de outra ou outras das quais se julga diferente, ainda que por vezes não o seja.

A realidade dos aglomerados populacionais que lutaram por evidenciar suas diferenças e gozar de um poder autónomo mais do que viver uma realidade diferente, era crer que a possuíam. Falamos de comunidades imaginadas, por um povo que sente como seu o conjunto de artefactos culturais diferenciadores, língua arte, cultura, música, folclore, durante anos serviram de forma irridente a uma manifestação de nacionalismo tendente à obtenção de autogoverno. Os nacionalismos melhor preparados em número de indivíduos e com valores mais abrangentes, conseguiram atingir um estatuto superior e dotar-se de um governo próprio. Estava constituído o Estado. O nacionalismo que dá este passo, afirma, não perde sua essência de comunidade confinada a uma existência baseada em aspetos psicológicos, antes vai potenciá-los, expandi-los além-fronteiras; é essa a responsabilidade do governo da comunidade imaginada, e se porventura na criação do dito Estado como que por efeito colateral uma minoria se criou, há todo um trabalho a desenvolver com vista a que se esta se integre e chame de seu aos usos, costumes e leis da maioria.

A evolução verificada nos nacionalismos deveu-se em grande parte, por um lado, ao elemento de lógica de oposição, havia um eu e um eles em que o eu era a Nação, essa congregação de hábitos e tradições e o eles, representado por um príncipe não reconhecido que exercia um poder não desejado, truncando da comunidade os seus laços identificativos. Alguns povos conseguiram a almejada rebelião conforme maior ou menor sentimento e número nacionalista e capacidade de revolta.

A revolução francesa veio institucionalizar o fenómeno e criar um marco recente ao juntar num conceito ainda atual, o Estado com a Nação; não desprezando nenhum condimento anterior, pelo contrário forçando-o, vem mostrar que os regionalismos em forma de etnocentrismo têm lugar sob uma aba protetora grande. Impondo uma língua, até ao momento confinada a um pequeno espaço territorial, vem através da dação ao povo do poder, mostrar um elemento único que deveria unir todos, o que conseguiu. Outros países como a Espanha, tentaram e igualmente conseguiram, se bem que ainda hoje vivam com reminiscências antigas. Em ambos os casos a língua foi fundamental para veicular os valores do Estado por cima das suas nações embora no caso espanhol se tivesse optado por convivência de línguas.

O caso dos nacionalismos de Estado vividos pós queda do Muro de Berlim põe fim, mas não ao conceito, a disputas de desintegração, reorganizando nações antigas e dotando-as do requisitado governo, estas tiveram subjacente um processo democrático, ou próprio ou vizinho, que desgastava um regime férreo, quando este adivinhando o colapso, cedeu. Justo será dizer que nem todos os novos Estados vingaram sozinhos ou conseguiram manter uma sociedade unida e feliz em torno de um objetivo comum. As novas sociedades surgidas do pós-Guerra, nomeadamente as ocidentais, moldadas por uma alteração nos valores que se propunham atingir, abandonaram algum romanticismo que trocaram pelo positivismo de um Estado que lhes garantia alguma ou muita assistência, providência, direito, justiça, condições de igualdade de direitos, enfim garantia de bem-estar e alguma previsibilidade, tudo fruto de uma escala de necessidades humanas.

Não restam dúvidas que o conceito de Nação, não perdendo qualquer ramo do entramado de elementos de carácter humano que o distingue, a partir de determinada altura dando a sensação que saturou, enveredou por outra escala de interesses, sem dúvida mais materialistas, dando resposta ao novo tipo de requisições do povo, penso que sem ferir a essência da intangibilidade da Nação, pois esta como a história mostrou e o caso basco é paradigmático, não se concretiza apenas em sede de um governo que legitime mas também numa experiência dos mesmos, pura e simples. Esta nova abordagem da sociedade perante o fenómeno nacionalista, igualmente comprova o carácter construtivista que o subjaz, pois manifesta o poder comportamental humano em moldar a sua existência, numa relação recíproca em torno de mudanças estruturais. Mostrando também o carácter diferenciador de adaptação e escolha conforme suas inclinações e critérios.

1. 1. Nacionalismo Moderno

Uma das principais características da Nação moderna e de tudo o que lhe subjaz assenta, exatamente, na modernidade. Ora, dada a diluição e, simultaneamente dispersão quer da época, quer dos conceitos associados, considerou-se necessário, após atentar aos precedentes históricos da identificação nacional, observar a modernidade do vocabulário sobre o tema. A Real Academia Espanhola, em suas edições minuciosamente examinadas sobre esta temática, não faz uso das terminologias - Estado, Nação e Língua até 1884, data em que pela primeira vez se referiu a *lengua nacional*, como a literária e geralmente falada num país e por isso distinta de dialetos e línguas de outras nações. Por sua vez *nación* referia-se simplesmente a um conjunto de pessoas de um país reino ou condado. Ao longo do tempo, através, de evoluções políticas e alterações sociais, estes critérios foram ganhando estatuto de instituição ajudando a estruturar um Estado, ou um corpo político, juntamente com um território, no qual as referidas instituições lhe reconheciam o governo. Estava encontrado o todo, ou seja, o Estado

Central e supremo, comum, ao menos a julgar pelas definições ibéricas ou próximas.(Hobsbawm, 1998:19-20)

Com algumas dificuldades, chegou-se à expressão, *Nação é o conjunto de habitantes de um país regidos pelo mesmo governo*. Já para a Enciclopédia Brasileira Mérito, *Nação é a comunidade de cidadãos de um Estado que vivem sob o mesmo regime de governo ou têm comunhão de interesses ...subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo*. Mais tarde, em 1925, a Real Academia Espanhola retoca a sua definição de Nação, passando a defini-la como: *a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e que, em geral falam a mesma língua e têm toda uma tradição em comum*. (Hobsbawm, 1998:19-20)

Paulo Bonavides, revisita vários conceitos sobre Nação, referenciando precisamente a dificuldade em conseguir um fio condutor comum entre os muitos académicos que abordam esta temática. Para Hauriou (citado em Bonavides, 2000:96) é *“um grupo humano no qual os indivíduos se sentem mutuamente unidos, por laços tanto materiais como espirituais, bem como conscientes daquilo que os distingue dos indivíduos componentes de outros grupos nacionais”* Aldo Bozzi (citado em Bonavides 2000:96), baseia a Nação em fatores pré-jurídicos derivados da comunhão da tradição, como o são a língua a literatura, religião ou arte; sentimentos de base nacional antes de qualquer orientação estatal. Também Mancini, (citado em Bonavides 2000:97), alinha pela transversalidade de vários campos ao justificar a Nação à luz dos critérios território, raça e língua, com os históricos, tradição, costumes, leis e religião a que junta o elemento psicológico da consciência nacional.(Bonavides, 2000:96-97)

Por outro lado, Ernest Renan (1882:22)¹ considerava um erro tomar por certo, critérios linguísticos, religiosos ou raciais, principalmente tomados isoladamente. A respeito da religião, o autor, afirmava:

“Já não há religião de Estado; pode-se ser francês, inglês, alemão, sendo católico, protestante, israelita ou não praticando nenhum culto. A religião se tornou uma coisa individual, contempla a consciência de cada um. Não existe já divisão de nações em católicas e protestantes...a religião já não conta entre as razões que traçam os limites do povo”.(Renan, 1882:22)

Sobre a utilização da língua, parece ser ainda mais pertinente:

“Não se podem ter os mesmos sentimentos e pensamentos e amar as mesmas coisas em línguas diferentes? Acabamos de referir-nos à inconveniência de fazer depender a política

¹ Documento extraído de uma conferência efetuada na Universidade de Sorbonne em 11 de março de 1882

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

internacional da etnografia. Inconveniente não menor seria fazê-la depender da filologia comparada”(Renan, 1882:20)

Sobre a questão raça, e sua pureza, talvez a questão mais delicada, Renan, enumera as várias revoluções, guerras ou invasões, os movimentos migratórios e até comerciais, para afastar qualquer teoria sobre linhagens ou unidades de raças sem mescla. Não se confirmando, pois, qualquer registo de pureza racial, o autor continua acintoso quando afirma:

“A verdade é que não há raça pura e assentar a política na análise etnográfica é montá-la sobre uma quimera”.(Renan, 1882:6)

Meio século depois, o nacional socialismo de Hitler deu-lhe razão.(Renan, 1882:19)

Mostram-se acima diferentes axiomas na conceptualização de uma Nação, que ainda que díspares, aparentemente todos procuram aspetos subjetivos para a justificar como sejam a raça, a religião e a língua. Para além de critérios políticos mais ou menos objetivos, os temas culturais e ou étnico-nacionalistas encontram-se, como ingredientes indispensáveis para a organização de um Estado.

Definidas as componentes de Nação, ainda que não unanimemente, estas associam a Nação a governo apenas em finais do século XIX. Objetivamente, Hobsbawm situa-a a partir de 1884. Até aí a cada palavra era atribuído o significado puro, filológico; e.g., Nação significa origem ou descendência; pátria em espanhol significava local, vila ou terra onde a pessoa nasce. Líquida parece ser a diferença de conceito da palavra Nação num espaço que medeia à volta de dois séculos. Atualmente, a palavra Nação transporta consigo um significado de função. Da inicial unidade étnica passou-se para a unidade política soberana. Decorrente daqui foi igualmente, a diferença nos discursos políticos. Vocábulos como povo, união, bem-estar comum, comunidade, etc., tendiam a evitar unitarismos, conotando Nação como algo uno e indivisível. O corpo coletivo de cidadãos constituía assim um Estado, endossando a sua soberania coletiva, seu sentimento nacional, à expressão política daquele. A ligação, povo, território, Nação, estruturada como vimos antes, dá significado à equação: Nação = Estado = Povo(Hobsbawm, 1998:23).

1.2. Conceção dos nacionalismos europeus

Nação e nacionalismo correspondem a realidades que têm um impacto significativo sobre a política e que se encontram vinculadas ao Estado. No contexto atual, observamos cada vez mais um mundo em que proliferam os conflitos e as divergências dentro e entre os Estados. As tentativas dos Estados que se encontram no centro do sistema mundial de impor políticas económicas e sociais, as crescentes assimetrias de poder e riqueza, e a tentativa de determinados Estados impor a outros, pela violência ou pela pressão económica, mudanças de

regime político e económico fazem ressurgir com maior ímpeto movimentos antiglobalização e nacionalismos. (Guimarães, 2008:4)

De salientar que nem todas as nações se constituíram em Estados da mesma forma que há Estados com várias nações (por exemplo a antiga União Soviética, a China ou a Espanha). Na verdade, a Nação pode compreender uma série de Estados que reivindicam a mesma herança e a mesma cultura, como a Nação árabe, e pode traduzir duas ou mais entidades colocadas sob o controlo de uma autoridade única. Em alguns casos o Estado precedeu a Nação, como aconteceu com os Estados Unidos da América e vários países da América Latina, África e Ásia. Com a Revolução Francesa, a Nação foi identificada com o povo.

Ora, conseguimos dilucidar que, e aparentemente, falar de Nação é falar de algo que pode existir antes do Estado e mesmo fora de qualquer Estado, no entanto, o conceito pode também querer designar uma realidade criada a partir do próprio Estado e afirmada pela ação continuada do poder político visando a união de todas as pessoas que se encontrem sob a competência desse mesmo poder. (Hobsbawm, 1998:34).

Estes aspetos que referimos, nomeadamente históricos, étnicos, psicológicos e sociológicos, dominam o conceito de Nação que também aspira a revestir-se de teor político. Será então igualmente importante discutir o conceito de Estado-Nação na medida em que muitas nações almejam afirmar-se como Estados. Podemos chamar ao *Estado-Nação* de Estado nacional e de Estado territorial soberano. Estes são, pois, uma unidade político-territorial soberana, o conjunto de uma Nação, um Estado e um território. Nos Estados-Nação temos uma Nação voltada para a unidade nacional, e a integração de todos numa cultura que visa a produtividade e o desenvolvimento económico. De uma forma mais generalista podemos afirmar que o Estado-Nação se define por ser culturalmente homogéneo, por possuir identidade cultural coerente. Classifica-se pela não-ingerência e deve gerar identidades nacionais (nacionalismos). (Hobsbawm, 1998:26)

Quanto à transição para a modernidade, o Estado-Nação viu-se obrigado a resolver uma questão fundamental que era a da legitimação do poder, uma vez que se desvanecia a tradicional fonte de legitimidade de natureza dinástica, hereditária, patrimonial e sacralizada. Daí a importância do fator cultural, justamente para assegurar a legitimação do poder. A soberania deixa de estar no monarca para passar a estar no povo, no coletivo nacional e assim a nova configuração do Estado é sustentada pelo sentido do nacionalismo. (Reboredo, 2001:133)

Embora os critérios nacionais fossem estando mais ou menos alinhados do ponto de vista da etnicidade a questão seguinte colocada por defensores da união era a da posse e utilidade dos aspetos protonacionalistas. No início do séc. XIX esta questão era objetivamente pertinente: que elemento do trinómio *Estado-Nação-Povo*, estaria em posição de lhe ser atribuído o

estatuto de Estado ou outra forma inferior, mas que lhe conferisse reconhecimento político autónomo. Os critérios referidos anteriormente pretendiam precisamente discernir estes dois conceitos, dado nem todos os Estados coincidirem com nações e o inverso é igualmente correto. John Stuart Mill, colocava ênfase na questão da independência em toda a sua plenitude, ao julgar sobre as premissas de uma Nação, advogava que esta deveria ser, para além de desejada pela própria nacionalidade, exequível. (Mill, 1862:309-310) Renan, questionava: *porque é a Holanda uma Nação, enquanto Hanôver e o Grão-Ducado de Parma não o são?* (Renan, 1882:11-12)

No espaço de tempo que medeia 1830 e 1880, assistiu-se ao maior desequilíbrio de poder na Europa, muito por força do aparecimento das potências baseadas em princípios nacionais, Alemanha e Itália, e fragmentação da Áustria-Hungria, com os mesmos fundamentos, em 1867, e o reconhecimento de Estados menores independentes, como a Bélgica ou os do Império Otomano, (Grécia, Sérvia, Roménia, Bulgária). Para Habermas, (Habermas, 1996:305) o Estado nacional livrou-se da ambivalência nacionalista que o catapultou ao estatuto de Estado e governa agora para uma multiplicidade cultural. A sociedade passa a ser pluralista, distante do anterior formato homogéneo das bases da Nação.

A diversidade das formas de cultura e na mesma medida de visões do mundo não para de crescer e à exceção de pontuais casos de limpezas étnicas, estamos perante um processo de não retorno em direção à multiculturalidade. O que anteriormente se conceituava como desintegração, agora deve ser alvo de uma agenda política cuja vontade da implantação positivista dessa pluralidade deve ser um facto. Ainda assim a homogeneidade (forçada) da Nação pode ser nociva como se viu em alguns caos históricos de tentativas de limpezas étnicas e deve continuar a merecer da parte do Estado a noção de que no seu território coabitam várias religiões e culturas. Para aquele autor as diferenças não serão ultrapassadas apenas com o recurso a medidas positivistas de regulação jurídica. A cidadania democrática igualitária só se completa com uma política generalizada de integração social.

Este volte face de Estados assentes em forte sentido nacionalista trouxe questões difíceis de responder, nomeadamente para uma burguesia intelectual, que se dizia possuidora do critério definidor único. Atendendo a um vazio intelectual era justificado se assumir ser um assunto que *dispensava explicações demoradas por estar explicado por natureza.* (Habermas, 1996:305)

As produções de teorias sobre o fenómeno dos nacionalismos mantêm-se escassa, continuando a acesa a disputa e dificuldade e consensualização na definição de nacionalismo, nacionalidade ou Nação, nacionalismo, por contraponto ao efeito que estes movimentos produziram até aqui, do que se pode concluir que embora falte a definição (linguagem), o sistema axiomático existe (signo). As Nações Unidas aceitaram mais de cerca de 50 membros desde o último quarto do século passado até hoje, algumas por motivo de truncagem com o (seu) Estado. Veja-se o desmembramento da URSS ou a balcanização da Jugoslávia; indo mais além, não podemos

perder de vista que nações hodiernas supostamente consolidadas se vêm a braços com subnacionalismos. De acordo Com Benedict Anderson, em Comunidades Imaginadas, (1993):

“a realidade é evidente: o fim da era dos nacionalismos, durante tanto tempo anunciados, não se encontra nem remotamente perto do seu fim. Com efeito a nacionalidade é o valor universalmente mais legítimo na vida política atual.”(Anderson, 1993:19)

Neste sentido Tom Nairn,(1997) do alto da sua reconhecida autoridade de historiografista e analista da aportação marxista para as ciências sociais, classifica como fracasso histórico precisamente a previsão dada ao nacionalismo, afirmando:

“a teoria do nacionalismo representa o grande fracasso histórico do marxismo.”

Outra visita deste autor à teoria marxista, coloca as questões de nacionalismo como uma anomalia incómoda para a teoria marxista. Indo mais longe, recupera a formulação de 1848 de Karl Marx,

“o proletariado de cada país deve por isso, antes de tudo, ajustar contas com a sua própria burguesia”.

Como colocar nas abordagens marxistas as palavras burguesia nacional, usadas durante mais de um século, sem lhe extrair a conotação teoricamente hierárquica? A classe mundial burguesa que para aquele socialista se definia em termos de relações de produção, e nesse campo segmentada especialmente, e conotada com um espírito liberal. O fenómeno do nacionalismo foi por isso alvo de teorias mais ou menos corretas quer postuladas por cânones socialistas ou liberalistas que, ainda que num esforço hercúleo acabaram por não conseguir fazer perdurar esses seus postulados, talvez porque a observação não tenha sido feita à distância, ou lhe tenha sido sempre inculcada a visão necessária (?), de governo, ou até porque **à motivação cultural não foi atribuída a justa quota-parte de influência.**

1.2.1. Raízes culturais da Nação

O século XVIII marcou o início do nacionalismo na Europa Ocidental, além de observar igualmente um retrocesso no modo de pensamento religioso. Não necessariamente numa relação causa efeito, o fenómeno nacionalismo vem atribuir significados diferentes a palavras instituídas pela religião, subtraindo-lhe o seu sentido divino para as justificar com propriedade à luz da Nação. Este pensamento progressista vem aproveitar as fatalidades que a religião não conseguia ou não podia explicar. Desta forma o nacionalismo acabado de nascer, ganha expressão imemorial e vê um futuro longo pela frente. Um exemplo disso podem ser as inúmeras tumbas feitas para homenagear o soldado desconhecido, que pode ser entendido como uma

apropriação necessária de passado. Desta feita podemos admitir que o fenómeno nacionalismo não apareceu em substituição, ou por desgaste da religião, nem tão pouco por uma questão de ideologia política propositada, antes foi por um intrincado sistema cultural anterior, por oposição.

Da mesma forma podemos admitir o imenso território unido pela religião que atravessa o continente americano desde este até oeste, criando através do fator religião, comunidades afins altamente heterogéneas em lugares tão díspares como Paraguai ou Japão. Também nestas comunidades imaginadas cujas fronteiras eram altamente voláteis e porosas se ergueram reinos dinásticos, quiçá por uma questão de necessidade de exercer controlo, sobre comunidades órfãs de soberania, que endossavam o poder numa lógica contratual. Recorde-se que analisamos uma época pré-moderna longe dos tempos atuais em que a soberania estatal não deixa qualquer apartado ao acaso, antes controlando todos os aspetos cotidianos. Em observação temos aqui uma monarquia formal, única forma imaginável de exercício de poder derivado da divindade, que coloca os indivíduos como súditos. Este poder dinástico foi ganhando vida alicerçando-se no nacionalismo, criando casta, atravessando territórios nem sempre contíguos contribuindo para o crescimento do nacionalismo através da política sexual com casamentos dinásticos ou concubinatos (forma de ultrapassar a poligamia, proibida em alguns reinos). (Anderson, 1993:33)

Se subjacente ao conceito nacionalismo na sua experiência estão protonacionalismos populares que permitem precisamente exercer uma diferenciação para comunidades vizinhas, estrangeiras, a língua atua precisamente com o elemento diferenciador e simultaneamente como veio de transmissão dos laços proto nacionais.² Da mesma forma, auxilia na adaptação à comunidade imaginada, na medida em que esta trocou a realidade da existência anterior para aderir ao sentimentalismo da nova, unido ou tendencialmente, através de um sentimento de pertença. Se por um lado tínhamos um vocabulário que tendia a ser mais elaborado e seletivo associado a grupos elitistas mais próximos do poder governamental e ligados ao Estado e às instituições que favoreciam a sua generalização, assemelhando-se ao conceito que hoje dispomos de Nação, por outro, temos o sentimento dos iletrados, que compunham a maioria da população mundial no início do séc XX, que ainda que apenas falassem a língua, não é líquido que os que a também escrevessem, conseguissem exercer influência; a língua era a essência que distinguia um povo de outro. (Anderson, 1993:31)

² *“Como historiadores e antropólogos sabemos que as tradições são inventadas, que as genealogias e as histórias são construídas e manipuladas, que o nacionalismo étnico pode ser imaginado e que as conversões religiosas são comuns: estes processos são os vínculos de uma existência humana dinâmica, contingente e sem destino definido. Mas os atores socializados nestas pretensões (...) tomam como reais estas ligações inscritas nos seus corpos e almas e que servem de bússola das suas vidas. Eu não tenho a certeza de que nós, os intérpretes, sejamos nas nossas vidas, alheios a estas estruturas do sentimento e da experiência.”* (“Nation-state and the ideology of nation in crisis”, n.d.)

A ignorância em relação à língua falada em territórios vizinhos, constitui em simultâneo, uma barreira à comunicação com estes e por outro lado ao construir um calão, ajuda precisamente a definir esses grupos vizinhos, criando ou separando uma subcultura de uma comunidade maior. Dependendo da área geográfica onde inserimos a comunidade acima, temos a maior ou menor dificuldade em criar a língua nacional sendo a tarefa revestida de grande dificuldade se em causa estiver uma região pequena ou desertificada. A tal língua franca, genuinamente falada e não se negando a sua realidade popular, pode encontrar na dimensão do território e quantidade falantes ainda que naturais, da mesma, tenderá a encontrar aqui obstáculos à sua transformação em língua nacional. (Anderson, 1993:35)

Benedict Anderson, (citado em Hobsbawm, 1998:57) não considera a língua como um elemento constitutivo do protonacionalismo, no entanto considera-a fundamental para a constituição da nacionalidade, num sentido mais moderno, e, por conseguinte, para a sua perceção popular. Tal acontece por haver uma elite literária e política, e aqui independente do número de pessoas que apenas falava a língua, a três motivos:

primeiro, esta elite letrada coincidindo no território particular dentro do Estado maior, com a vernáculo, vai construir um modelo relativamente à maior região ainda não aculturada.

segundo, a invenção da imprensa fruto do capitalismo liberal, vem provocar o entendimento entre franceses, ingleses ou alemães, que ainda que não falassem as línguas externas e ao mesmo tempo que transformava o vernáculo em língua, ajudava a fixar os povos à sua Nação.

terceiro, decorrente da escrita da língua franca, oficializa-se a língua ao ser tomada pelos Estados como própria, através de sistemas administrativos como a educação. (Hobsbawm, 1998:57)

1.3. Nacionalismos de Estado

No pós-Revolução Francesa, o Estado tradicional era composto pelo seu território, de preferência indiviso, sendo aí exercido, diretamente e sem endosso de qualquer forma a região ou federação, o poder sobre seus habitantes, através da administração política, impondo suas leis e disposições institucionais. Este exercício de poder criava da mesma forma um paradoxo; se por um lado a referida ação política era de âmbito nacional e emanada por uma entidade na sua qualidade de total, que por isso necessitava de chegar a todos os cantos do seu território, por outra parte a busca de consentimento para atividades governativas como fiscais ou militares através de recrutamento, obrigava-o a requerer o seu consentimento em virtude das próprias disposições políticas, que davam voz a representantes do povo junto das administrações centrais.

Em pleno séc. XIX, o Estado, já de forma rotineira, chegava a qualquer ponto do seu território e com qualquer variante da sua ação, desde ações de policiamento até entregas de correio. Em

Estado mais burocratizados, a conservação de registos e elaboração de censos, com registo de casamentos ou óbitos, a elaboração de cerimónias eclesíásticas, por parte de membros civis onde tal era permitido, mantinha em contacto o povo com a sua administração.

Esta relação súbdito versus soberano, bastante arreigada principalmente no séc. XIX, em que os federalismos rareavam³ por força duma máquina administrativa organizada por um poder que não delegava nem se deixava influenciar por elites, veio ser reforçada por dois aspetos: primeiro, aos se fragilizar a lealdade e a identificação dos cidadãos para com o Estado e o sistema que vigorava, muito por ação de uma desvalorização de tal necessidade, que foi aproveitada por outros quadrantes, religiosos ou sociais, como sindicatos além de outras instâncias, criando outras formas de hierarquia social “*Deus abençoe o patrão e a sua família e nos conserve nas classes em que nascemos*”, responde o Estado com a imposição de limites à participação da cidadania, estando esta apenas reservada, e quando estava, aos homens que possuíam bens e educação. Em segundo lugar, por necessidade de controlo, todos ou quase, os habitantes estavam ligados ao governo do Estado, enquanto súbditos da administração, agilizando a máquina administrativa estatal, ficando a perder, a língua ou línguas, faladas ou escritas, cuja ação de universalização se via comprometida em favor duma necessidade de comunicação oficial, ainda que não dominada por todos. (Hobsbawm, 1998:98,99)

1.4. Enquadramento histórico do nacionalismo

Uma vez atingido um certo grau de desenvolvimento europeu, as comunidades linguísticas e culturais dos indivíduos, tendo amadurecido silenciosamente ao longo dos séculos, emergem do mundo da existência passiva como povos. Adquirem consciência de si próprias como uma força com um destino histórico. Exigem o controle do Estado, como o mais poderoso instrumento de poder disponível e lutam pela sua autodeterminação política. (Renner, 2005)

A declaração acima ainda que encerre em si algo de epifenómeno é sintomática do sentimento do princípio da nacionalidade europeia ocidental pós 1830 e que durou até 1880, que redundou em vários novos Estados, correspondendo em parte ao postulado de Mazzini, quando este referia que cada Nação é um Estado. Assiste-se, pois, a partir daquela data e até ao início da primeira Guerra Mundial, a uma mudança no tipo de nacionalismo. A partir daqui um grupo de indivíduos que considerasse uma Nação, sentia-se no direito de exigir a correspondente autodeterminação, no seu território e em última análise um Estado independente. Decorre do escrito que esta “profusão” de nações “não históricas” rebuscou a língua e a etnicidade tornando-as critérios decisivos, senão mesmo únicos, para qualificar uma Nação.

³ Cumpre-nos sublinhar que antes de 1914 apenas a Suíça se apresentava como governo federal; a Alemanha federal era dominada por um órgão hegemónico, a Prússia; Espanha e Itália, ganham governos centrais; havia sido revogada a autonomia do Congresso da Polónia.,

1.4.1 Nacionalismo no Séc. XX

Se até 1913 se assistia a um comércio livre e o ideal, no período entre guerras, assistiu-se a um protecionismo económico como sendo a melhor forma de sarar as feridas deixadas, aqui pela primeira grande guerra; o expoente máximo do capitalismo administrado pelo Estado encontra-se em 1931, quando a Grã-Bretanha abandona o comércio livre. Assiste-se agora um conceito voluntarioso de Nação; os fatores morais ou psicológicos frisados por Mancini ou Renan, constituintes da consciência nacional, transformados em ideologia uniam agora a Nação ao Estado. Os laços de parentesco espiritual de união e solidariedade resultado de catástrofes, outras provações e épocas felizes, resultaram numa vontade coletiva cujo destino é comum; a manutenção desta Nação no aglomerado de fatores referidos concretizar-se-á num ambiente hostil perante forças contrárias de contestação externa. Novo ambiente económico ou feridas mal saradas entre povos a Nação, que é “plebiscito de todos os dias” para Renan, é posta à prova. (Bonavides, 2000:102)

Estes aspetos dão-nos uma preciosa ajuda para encontrarmos os verdadeiros limites e motivações dos novos Estados Nação europeus do dealbar do século, ou seja, o padrão dos nacionalismos. Com o final da primeira guerra mundial observou-se, ainda que acidentalmente, o triunfo do princípio dos nacionalismos, iniciado cinquenta anos antes, e a concorrer para tal esteve o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e a revolução russa, numa vitória, momentânea da carta Wilsoniana contra a ideologia bolchevique. Momentânea porque com origem algo longínqua no tempo, mas indisfarçável, a Nação burguesa e económica do virar do século que vai buscar suas origens ao Tratado de Paz de Versalhes, revela incompatibilidades com o princípio da Nação de Woodrow Wilson de fazer coincidir fronteiras oficiais com as da nacionalidade e linguagem. Com a paz de 1918 não foi encontrada qualquer tentativa de criar um novo desenho geográfico das fronteiras europeias e excetuando o interesse de grandes potências, foram as fronteiras negociadas em Versalhes que perduraram. (Hobsbawm, 1998:97)

1.5. Nacionalismo irredento

Esta variante de nacionalismo vem encarnar na perfeição, contra a vontade do seu autor ao conceito de uma cultura um Estado; na mudança de século, as fronteiras começaram a delimitar as nações e a verdade era a que se vivia entre essas fronteiras; o sistema antigo baseado em argumentos culturais apresentava frágeis ligações a fronteiras físicas e uma grande inadequação política confundindo-se não raras vezes por ilegitimidade. Este sistema vai ser substituído por

um forte politicamente, já marcadamente positivista que albergue e para além disso, valorize a cultura da Nação; o que era um mapa linguístico-cultural no princípio do século XVIII vai encontrar na primeira metade do novo século um substancialmente diferente com prerrogativas bem distintas, das quais se referem as mais importantes:⁴

“As pessoas podem ser modificadas. Podem adquirir cultura - inclusive a autoimagem fomentada por ela, e a capacidade de projetar e tornar aceita essa autoimagem...”

“As pessoas podem ser mortas. As que são consideradas inadequadas à incorporação na almejada unidade sociopolítica - “étnica” e homogênea podem ser envenenadas por gás, mortas a tiro, submetidas à fome etc.”

“As pessoas consideradas inadequadas à incorporação na unidade a ser criada num dado território podem ser deslocadas para algum outro lugar (quer este seja ou não ocupado por uma unidade política que se disponha a acolhê-las) ...”

“As fronteiras podem ser ajustadas de modo a combinar populações culturalmente semelhantes em uma única unidade política...”

Após o final da Primeira Guerra Mundial, a Europa manteve-se dividida em impérios multiétnicos. Mais do que a materialização destes conceitos como forma de alterar o modo de ser romântico da Nação, o mais importante aspeto a reter foi a criação o discurso do “despertar” de entidades racionais sonolentas; convirá dizer que entidades estavam sendo criadas e não um despertar pois até aí praticamente não existiam.(Gellner, 2000:125-126)

1.5.1 Ascensão e queda irredentista

Com efeito após 1918 assistiu-se aquilo que Lenine chamava o *Chauvinismo das grandes nações* que atendia à grande impaciência que as novas nações pequenas dispensavam às suas minorias, agora estrangeiras a viver intramuros. E se aqui o conceito wilsoniano, tinha seguidores, cedo os observadores descobriram que a ideia nacional apregoada e posta em prática pelos seus vencedores não ecoava na sociedade na medida da experiência da autoidentificação com a Nação. O irredentismo nacionalista finda assim com o final da Primeira Guerra atendendo à demanda das maiores potências e suas protegidas para a nova organização territorial da Europa; o novo mapa etnográfico satisfazia alguns Estados e desagradava a outros sendo que a nova Europa estava a partir de então composta por alguns Estados, antes impérios, obliterados por menores com menos capacidade a todos os níveis, Estados cuja natureza era predominantemente de novo nacionalista, cuja autoridade deveria ter como propriedade,

⁴ Na verdade, todos esses métodos foram empregados, em conjunto ou sequencialmente. Na “era do irredentismo” - que se estendeu de 1815 a 1918 - empregaram-se, de modo geral, o primeiro e último, apelidados relativamente benignos.

através da superior identidade moral, dar proteção política à sua nova Nação e aos que aceitavam viver nela.

Viva-se um processo de autodeterminação nacional implementado nos processos de paz e que pretendiam legitimar esse mesmo processo, o que não se veio a verificar; a injustiça de algumas fronteiras novas foi apenas mais um ponto fraco na ordem mundial, em face de alguns critérios aceitáveis, era ofensiva para alguns e deu origem a um mapa político injusto e controvertido. A nova ordem cedo mostrou suas fraquezas, a Rússia montou uma ditadura ideológica e a Alemanha uma eminentemente nacionalista; as “mais fortes resistências militares caem em semanas, as outras em dias; Hitler e Stalin retalharam os territórios que os separavam (Gellner, 2000:126)

Após a segunda Guerra Mundial que ocorreu muito por culpa de maus amanhos como se viu acima, novos Estados se criaram e sob novas prerrogativas políticas que levaram a nova ordem de prioridades social, provocada por extenuação mundial das Guerras. O século XX assistiu a um surgir e ressurgir de novas Nações e alguns aspetos práticos da cidadania completam-se apenas num quadro de democracia que legitima e é legitimada por uma sociedade cada vez mais disposta a viver com maior previsibilidade em relação aos seus valores simbólicos, da mesma forma que a política e o poder político vão maturando a inclusão da população como um todo; assiste-se a uma cidadania democrática que gera solidariedade entre estranhos. O Estado jurídico acontece e as fronteiras não delimitam culturas, passando apenas a delimitar um território; o Estado tem agora a difícil tarefa de fazer com que todos se sintam pertencentes a ele.

De uma forma simplista podemos afirmar com propriedade que este é um Estado Hobesiano, assistencialista, com condições para se desenvolver. As novas capacidades militares das potências e em equilíbrio fazem com que as fronteiras não sejam um problema, alguns países europeus, não apenas a Alemanha de Leste, não têm política externa; aos poucos a autoafirmação nacional desvinculava-se do conceito de liberdade e direitos civis. A liberdade não era um tema prioritário. Com o correr dos anos as diferenças de classes ainda mais se esbateram e principalmente entre países socialistas e mais conservadores foram-se criando sistemas de segurança social, políticas de igualdade de oportunidades, reformas na educação, no direito criminal e no sistema penal etc. Estas novas realidades vieram dar uma nova experiência à cidadania, deixando as populações mais conscientes da prioridade que deve ser conferida à questão dos direitos fundamentais. As populações tinham em mãos a possibilidade de preservar a Nação real com pessoas diferentes por oposição à antiga Nação imaginada homogénea e diferenciadora para com os diferentes. (Habermas, 1996:307)

1.6. Nacionalismo militante na europa?

O fim da primeira grande guerra trouxe esperança nova aos nacionalismos beligerantes através dum ímpeto revolucionário perdido na primeira década de 1900. Os estratos sociais mais elevados temiam a revolução social experimentada pelos bolcheviques; aparecem por então movimento fascistas que dão voz a uma propaganda nacionalista que visava procurar agentes externos e internos para o seu insucesso. Este nacionalismo militante era apenas o reflexo do sentimento de frustração que levou milhares de pessoas da República de Weimar, democrática, a alistarem-se no partido Nazi, reagindo ao preço a pagar pela paz resultante do tratado de Versalhes, além de outros movimentos de extrema direita europeus.

O reflorescer do nacionalismo, agora militante político dos Estados, que encarnava atos de desespero que preenchiam o vazio provocado pela impotência em fazer vincar o seu projeto e ou ideologia, não era o único na Europa; de resto os nacionalismos nunca foram um exclusivo governamental. A consciência nacional veiculada pelos movimentos de classes através de consciência de cidadania, criou o caldo de cultura ótimo para o crescimento de sentimentos políticos. É através desta outra via nacionalista que se explica o sucesso da esquerda política em reconquistar o sentimento nacional no período fascista, em países que inclusive não o eram.

Os dados são insuficientes para se abonar como facto, um ressurgimento do sentimento nacional conotado com a esquerda, ou se se tratou apenas de um movimento jacobino, ressuscitado após ter sido expulso pelos movimentos antinacionalistas. Mais evidente parece ser o regresso de uma união, num misto de revolução social e sentimento patriótico que resultou de vários conceitos de nacionalismo; o nacionalismo antifascista, nascido a partir de guerras ideológicas internacionais em que as classes dirigentes nacionais se alinham a outros Estados com que se identificam. Os trabalhadores e elites intelectuais igualmente fizeram as suas escolhas internacionais, que por paradoxal que possa parecer, reforçaram o carácter nacional, como o mostram o apoio dado à Espanha na guerra civil pelos comunistas ingleses e italianos. O nacionalismo antifascista empenhava-se num conflito social, patente no fim da segunda guerra mundial, a que não será alheio o apoio dado pelos sindicatos de trabalhadores ingleses aos ataques dos alemães contra os russos. Resulta claro o apoio antifascista dado ao nacionalismo, ou o equivalente a dizer que as relações entre esquerda e dependência nacionalista, para além das preferências ideológicas, lutava apenas pela independência dos seus países. (Hobsbawm, 1998:138-139)

1.7. Novos Nacionalismos

Ninguém pode pensar que não é mais benéfico para um bretão, ou para um basco ou para um navarro francês ser [...] membro de nacionalidade francesa, admitido em termos iguais a todos os privilégios da cidadania francesa [...] do que afundar-se nos seus próprios rochedos,

a relíquia meio selvagem de tempos passados, girando à volta da sua pequena órbita mental sem participação ou interesse no movimento geral do mundo. A mesma observação vale para o galês ou para o escocês da montanha enquanto membros da Nação britânica. (MILL, 1862:363-364)

O espaço europeu vive na gestão de forças antagônicas e inseparáveis no contexto dos nacionalismos, a integração supranacional e a desintegração nacionalista, fazendo repensar o modelo de Estado Nação à luz dos conceitos praticados de Nação e Estado. Karl Renner previra o que veio a acontecer no fim do século XX, defendendo o Estado multinacional, baseado na separação de Nações e Estados, este modelo contemplava um novo tipo de sociedade política baseada na separação do Estado e da Nação; modelo útil para servir de base à nova organização política internacional, emergente dos focos de desintegração da viragem do século, nomeadamente de tudo o que envolve a queda do muro de Berlim. (Pierré-Caps, 1994:421-425)

No contexto europeu pensar a identidade europeia, torna-se um pensamento complexo porque é pensar no geral e no individual; mais difícil se torna se se pensa em termos de identidade. Os movimentos europeus e que presidiram à sua construção, encontram-se na integração supranacional, por outro lado o virar de costas ao pacto de Varsóvia e a queda do muro trouxeram à Europa interesses individualistas a lutar por um lugar ao sol no campo da aceitação como entidades com uma história e um passado próprio que almejam ser donas do seu destino. O desafio estava aí: conciliar o espírito de Maastricht unificador e comum, que fala a uma só voz ou a fragmentação, da “outra Europa” “desoviétisé” com exemplos que vão desde o Reino Unido, atravessando Espanha, Itália, França ou Bélgica, cada um com sua realidade política e em diferentes graus de diferendo, mas todos esperam as condições, que têm até agora sido económicas, para veicular as suas aspirações. (Pierré-Caps, 1994:421-425).

Em face da realidade referida resta à Europa pugnar pela aproximação dos Estados. Para Edgar Morin europeísta assumido, se o espírito de 1957 foi de louvar e conseguiu os seus propósitos na medida em que conseguiu a paz entre os povos, a razão do seu sucesso com o avançar das décadas obteve um paradoxo difícil de gerir: as exigências económicas⁵. Tanto assim que o ímpeto de convidar países para a causa europeia é ainda acompanhado por um conjunto de exigências que têm sido difíceis de cumprir, levando estes países a aceitarem ofertas de cooperação económica sobretudo, de países terceiros. O exemplo acabado foi a ideia da criação de uma federação de Estados europeia, veiculada por Mitterrand a Havel, como

⁵ Mitterrand lançou a ideia de uma Confederação de Estados Europeus, com a qual entusiasmou o presidente Havel, para depois abandonar a ideia. Talvez por inabilidade diplomática, acenava com a Comunidade Económica Europeia, a países como a Hungria ou a Checoslováquia, com as vantagens do mercado comum da única instituição europeia, para em seguida negar a entrada, sendo conhecido nos meios diplomáticos o seguinte diálogo com o presidente Havel: “você não estão preparados..., mas quando podemos entrar? Esperem, é preciso esperar.” (Morin:1997:199)

hipótese de aceder unicamente a um mercado comum, contrapondo de imediato com impossibilidade de chegar a ele por impreparação de seus países. (Morin, 1999:207-208)

Sendo a Nação expoente máximo da ideia de liberdade, porque toda a Nação é portadora de liberdade, só se realiza integralmente se conseguir ser soberana. O pós 1759 vem estabelecer o princípio da legitimidade do Estado, convidando os povos a, através da dissolução dos laços políticos a criarem o seu Estado ao não se sentirem representados pelo que o representa. O princípio das nacionalidades erguido na Carta da Nações, objetiva a partir do conceito de descolonização, cada Nação seu Estado, um dogma presente no direito internacional na medida em que o Estado é a personificação jurídica da Nação. Há que referir que esta fórmula, em resumo francesa, aplica-se a Estados e Nações, mas dado que os primeiros são a personificação jurídica das nações, resultado do endosso da soberania para esses órgãos estatais, motivo que leva a assumir que a Nação não existe legalmente fora do Estado. (Pierré-Caps, 1994:421-425)

Existem hoje casos contrários ou de não assimilação pura e simples do disposto anterior, em que a autodeterminação manda opor-se ao Estado; falamos de vontades oriundas de minorias nacionais que concluem não caber dentro do Estado. Resta saber da legitimidade da aplicação das normas do direito, para qualificação do estatuto de direito à autodeterminação, porque se em face de uma minoria, não goza do direito de autodeterminação, embora possa ter uma leitura diferente caso esses povos constitucionalmente gozem do estatuto de minorias.

Estamos perante uma dicotomia complicada que reside em saber qual a compatibilidade da unidade de Estado com o modelo do Estado Nação. Este último parece ser o único que consegue unificar política e culturalmente a sociedade, cujo resultado desta homogeneidade social, se repercute no cidadão. Maurice Hauriou, (citado em Pierré-Caps, 1994:421-425), chama a esta complementaridade “constituição social, conceituando o sistema de proteção e garantia dos direitos e liberdades, que numa democracia liberal e de natureza individual se baseia nos princípios da igualdade e não discriminação. Este cenário prevê e permite desta forma, que em caso de diferenças na cidadania, o uso de língua costumes ou religião, como garantia individual dada pelo próprio Estado, do que se infere que os usos destas singularidades sociais não dependem do direito público, mas sim do gozo autorizado do uso do exercício de direitos civis, dispensando-se assim o Estado do reconhecimento de minorias nacionais. Desta forma algo engenhosa, mas que reflete a dificuldade de no plano internacional, coabitarem Estados e nações, é pela parte dos Estados reconhecida a singularidade, o seu direito de existirem e se praticarem e em simultâneo não lhes é atribuída a o estatuto de existência no campo formal; importante é que se diga que condição essencial para esse reconhecimento, é a existência de uma população suficientemente homogénea para permitir tal concessão. (Pierré-Caps, 1994:421-425)

No campo prático os Estados sempre apoiaram a existência de diferenças entre o seu povo e no seu território. Contudo a visão de Ernest Gellner é menos edílica nos motivos para tal do que possa parecer mesmo atendendo a alguma prática:

“Os governantes raramente têm um incentivo para impor a homogeneidade cultural a seus súditos. Ao contrário; muitas vezes extraem grande proveito da diversidade.”

Reforça este filósofo que as diferenças culturais facilitam a alocação geográfica e cultural dos respetivos nichos da sociedade, inibindo o surgimento de lealdades perigosas; dividir para governar, parece ser no pensamento de Gellner, a grande aposta e fácil de implementar por parte de um governante, perante uma sociedade já dividida culturalmente. O governante tem o seu foco no resultado económico, posto em prática através da recolção de impostos. Advoga por isso Gellner que a cultura não é substrato suficiente para construir uma unidade política; o termo Nação, em si, quando comparado com Estado tende a representar uma unidade cooperativa frouxa, muito por culpa da aristocracia política de quem tem a obrigação de representar cultura e que ao invés de fazê-lo, representa um conjunto político.(Gellner, 2000:113-114)

A explosão de nacionalismos verificada no período pós 1988 potenciada pelo fim gradual do Pacto de Varsóvia deve ser vista como assunto inacabado de 1918-21. Aconteceu na União Soviética com a criação de unidades administrativas nacionais, territoriais e etnolinguísticas, que não são mais que nações no sentido moderno da palavra. A ideia de uma União baseada nestas unidades, fossem cazaques, quirguizes, usbeques, etc., aconteceu quando o seu povo, na sua maioria não sabia o que era uma fronteira talvez por falta de sensibilidade sobre o tema, ou o que é o mesmo, não lhe dava importância. Em causa apenas um projeto técnico, longe de qualquer tipo de aspiração de fragmentação territorial, estas aconteceram sim perto do final de século. (Hobsbawm, 1998:160)

Contrariamente a esta ideia de nações, é a Ocidente que acontecem as ruturas; Reino Unido, Espanha, França ou Bélgica, de forma mais premente entre outros, parecem ser os que reúnem mais vontade e poder para enfrentar o poder instituído; em causa os mais antigos Estados Nações. Equivale dizer que exceção dos casos euroasiáticos referidos acima, separações pós Segunda Guerra, e pacíficas, são extremamente raras. O nacionalismo atual não é o que o mundo viu e que nasceu da Revolução Francesa.

A realidade contemporânea das nações mostra-nos que é preciso mais que um critério étnico-linguístico para agitar a bandeira separatista. A balcanização da Europa na década de 90 parece ter um capítulo, sendo que a partir daí para cá a cultura, singularidade ou sentimento de pertença a uma comunidade parecem não ser suficientes para a emancipação política. Há todo um conjunto de fatores que é necessário rever. A questão dos Balcãs, da Irlanda do Norte, bascos ou tchetchenos, a questão curda na Turquia, as tensões políticas e linguísticas entre

valões e flamengos na Bélgica ou os enfrentamentos étnicos em território da ex. União Soviética, mostram conflitos atuais e em alguns casos só recentemente o terrorismo cedeu. O horizonte atual tende a criticar as formas de nacionalismos mais radicais, prejudiciais à paz que se quer mundial, nunca os desprezando por si só, mas esperando-se que a sua força seja anacrônica em tempos de globalização. (Calixto, n.d. :87)

Ainda que o passado ensine que as diferenças foram inultrapassáveis perante o seu Estado, e que a convivência se mostre insustentável, há ainda um caminho a percorrer que passa pela mostra de capacidade de solver só, seus compromissos, ou seja é indispensável a aprovação da comunidade internacional e no mundo global em que os critérios materialistas assumem importância por cima de qualquer romantismo, reforçando os nacionalismos do fim da Segunda Guerra. Viajando de um extremo a outro, com o fim da Guerra Fria, em plena era globalizante, ganha protagonismo uma rede de comunicações, estamos na era eletrónica, que aproxima e expande realidades diferentes e integra economia, política, cultura ou outro fator diferenciador no mercado económico, num sistema global, não sendo claro que este processo de ampliação de consciência leva à criação de aldeias globais ou se pelo contrário se tende a atomizar em face da assimilação de realidades externas, levando a comunidade a agir globalmente. Certo é que este novo Estado abarca uma comunidade republicana influenciadora e influenciada conscientemente e que pode ser articulada e institucionalizada. (Habermas, 1996:308)

Isoladamente os Estados cada vez menos conseguem controlar seu património e economia. A dinâmica capitalista do “sistema mundo” favoreceu a dinâmica de alguns Estados europeus melhor preparados para economias de livre mercado em face da sua preparação e de seus governos que proporcionaram um formato económico cuja prevalência aposta no fortalecimento de seus agentes internos. A internacionalização de mercados financeiros de capital e trabalho faz os governos repensarem a sua agenda política que representa a dualidade entre a sua esfera de influência interna e seus imperativos ou participar na mundialização das redes de produção. Os nacionalismos modernos passaram a contar com o foco da economia como guia e esta cada vez se desvia menos dos contextos políticos.

Os Estados atuais têm em mãos um grande desafio e algumas incertezas na medida em que atrás têm uma história com algumas contrariedades a que se chega com a tarefa de governar para o grosso do seu povo sendo este diferente desse governo que entretanto surgiu. Os novos Estados Nação continuam a personificar uma comunidade institucional, razão de vínculos que produziram o nós e o eles. Por contraproducente que possa parecer o Estado Nação cultivado entre vários regimes políticos, inclusive autoritários, o seu nacionalismo é constituído por elementos democráticos, como o é o seu expoente máximo de autogoverno, construído a partir da coesão social sobre uma identidade diferente. Os novos Estados têm igualmente a responsabilidade de guiar a sua nova cidadania, e o cruzamento de seus valores mais tradicionais ou pragmáticos, e que já tomou consciência deles, afastado que está o espectro,

de caídas em democracias dirigidas ou musculadas que imponham a sua versão de vontade nacional. (Morin, 1999:211)

Os atuais Estados continuam a viver com suas Nações dentro e estas foram criadas a partir de um conceito natural atualmente encoberto, mas existente, dado que as visões anteriores são uma abstração moldada para simbolicamente dar coesão à integração social e cultural do Estado, em suma a fortalecê-lo; em pleno processo de globalização a nova cidadania ainda que em posse de elementos psicossociais de caráter subjetivo, pauta a sua atuação em face da intensificação do multiculturalismo por uma procura de bens mais concordes com os que o moderno Estado Nação trouxe. Nesta realidade as responsabilidades do Estado vão se concretizar no seio de organizações internacionais como sejam no caso europeu, a União Europeia e esta vai tentar encontrar resposta para enquadrar com a cada vez mais complexa realidade pós nacionalista e suas novas demandas em face também da permeabilidade das suas fronteiras e à facilidade de transmissão de diferentes ideias.(Calixto, n.d.:92)

1.8. A importância da Língua no nacionalismo

É, pois, importante referir o porquê do critério étnico-linguístico ter sido esquecido na sua vertente de apoio à definição de Nação. Hobsbawm aponta razões: muitas comunidades eram constituídas por indivíduos cultos, os quais praticavam uma língua de elevado nível cultural. Exemplos na época eram os praticados por italianos e alemães cuja língua ultrapassava a vantagem administrativa ou o meio facilitador de comunicações em todo o Estado ou difusor de uma literatura ou expressão intelectual, para ser a única coisa que os fazia sentir-se alemães ou italianos, transportando uma carga de identidade nacional, crucial para a união de um Estado nacional; reivindicações de independência polacas ou belgas naquela época, não se baseavam em critérios de língua, da mesma forma que o mesmo critério não se observou nas sublevações balcânicas ou no diferendo entre a Irlanda e a Grã-Bretanha; em finais do século XVIII a Europa sofreu a paixão romântica dos camponeses simples e incorruptos, dando-se a conhecer através da sua língua vernácula.

Se para alguns escritores estava em causa uma intenção nacionalista, Hroch advoga não estar em causa qualquer ação política, assistia-se apenas à expressão popular levada a cabo por entusiastas pertencentes a uma elite. Este pensador funda a sua teoria sobre ausência de motivação soberana atendendo à falta de um programa ativista de campanha política com ideário nacional. Por último cabe referir que a identificação étnica ganhou mais espaço que o fator língua à hora atribuir a esta responsabilidade pelo nascimento da Nação, devido à ausência de teorias plausíveis que relacionassem nações com descendência genética.(Hobsbawm, 1998:37)

A questão nacional pré 1914 por toda a Europa não pode ser vista apenas pela experiência nos impérios multi-nacionalistas como Áustria-Hungria e ou Turquia, mas sim noutros pontos um

pouco por toda a Europa. No Reino Unido, a questão passou de estar limitada ao problema irlandês, pois foi por esta altura que era reconhecido o interesse dos galeses na desvinculação e era noticiada a criação de um ministério escocês no governo, resultado de movimentos de autonomia administrativa que conduziram à criação de tal ministério. França Alemanha e Itália, assistiram a movimentos de xenofobia protagonizados grupos de extrema-direita ou de xenofobia política, expressa em deploráveis atitudes de antissemitismo. O virar de página do século mostra-nos outros casos de insurreição, impensável antes de 1870; se se trata apenas de ações anti-imperialismo ou de nacionalismos, permanece em questão, todavia é inegável a pressão ocidental sobre os decisores dos referidos movimentos; como resultado observa-se disputas entre Arménios, Georgianos, Macedónios, Albaneses ou Catalães e Bascos, para além de se assistir a focos de nacionalismo em regiões como a Sardenha ou dos flamengos na Bélgica. (Hobsbawm, 1998:42)

O aparecimento do fenómeno nacionalista entre o final do século XVIII e o primeiro quarto do Século passado, baseava-se ou pretendia suster-se no quadro étnico-linguístico. São mostras disso, o nacionalismo finlandês que se uniformiza em 1860 por édito imperial, abandonado aos poucos a convivência bilingue com o sueco, com a utilização pública da língua pelos órgãos de governo a mostrar-se fulcral para a sua uniformização. Este movimento no que ao catalanismo respeita, mostra-se só em 1859, por obra da organização dos Jocs Florals, já o catalão como língua apenas é normalizado no séc. XX. Ainda em Espanha, o fenómeno basco de autonomia, sofreu um revés na sua argumentação, abandonado a inicial luta pela manutenção dos privilégios forais, para dar lugar ao critério linguístico-racial por volta de 1894. (Hobsbawm, 1998:51)

Na segunda metade do século XVIII vinga, pois, o nacionalismo étnico, reforçado pelas migrações maciças dos povos, conducentes, na teoria, à transformação do conceito de raça, reforçando a divisão existente e muito antiga estabelecida na humanidade. A revisitação a este conceito ganhava um novo estilo, o de diferenciar pessoas com a mesma cor de pele, tendo a evolução darwinista facilitado, através do racismo, um conjunto de razões para expulsar ou assassinar estrangeiros; nacionalismo e racismo estavam agora ligados, levando a que se procurasse as purezas nacionais e linguísticas, purgando-as de elementos estrangeiros. Os nacionalismos, étnico e linguístico apoiavam-se mutuamente.

Como já foi aqui referido, a uniformização de uma língua, ainda que prejudique a sua fala, contribuiu numa relação dual para a criação do nacionalismo linguístico e este exige para melhor poder medrar, o controle de um Estado ou quando menos um reconhecimento oficial que leve à identificação da Nação com a língua. Em face de tal, o processo político ideológico torna-se indispensável à tarefa da constituição linguística que vise uma estabilidade e correlação entre a língua, falada e escrita e a cultura da Nação, ainda que para tal o faça longe das línguas faladas ou dialetos usados, ou até à ressurreição de línguas mortas ou invenção de modernas. (Hobsbawm, 1998:47)

As línguas tornaram-se, pois, um caso de engenharia social como uma importância mais simbólica que efetiva, fruto da força do poder estatal. Exemplos há que o atestam que a rejeição contra as línguas estrangeiras foi apenas uma reação nacionalista: o nacionalismo romeno, de origem latina e por isso diferente de eslavos e magiares, dificilmente sobreviveria na segunda metade do séc. XIX a escrever e publicar em romeno, por oposição à língua cirílica, habitual até então; igualmente se pode afirmar que não é líquido que sem o apoio de autoridades públicas, ao reconhecimento na educação e administração, ganhassem projeção por cima de línguas profundamente arraigadas junto de comunidades rurais, fazendo inclusive com que competissem com línguas cultas ou até fazer renascer as que na prática estavam mortas; que seria do hebraico sem mandato britânico que o aceitou como uma das três línguas da Palestina, quando nem vinte mil pessoas falavam hebraico.

O conceito de Nação contém vários elementos já por demais analisados como o sejam a etnia, história, religião, território ou língua; esta em alguns países mais do que um elemento diferenciador é uma força de identificação nacional, onde foi imaginada como tal numa comunidade laica e soberana. Este caso francês longe de encerrar em si a questão nacional-linguística, vem mostrar-nos um regionalismo linguístico precisamente no interior de França e entre a sua vizinhança. Para além de pensar a Nação, ela extravasa as fronteiras da comunidade. A ideia de Nação nascida a partir das suas singularidades que a as distinguem é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana; imaginada pela população que a abastece, limitada pelas suas fronteiras mas que não coincidem com a dimensão humana que nela vive, soberana porque defende a sua liberdade. (Anderson, 1993: 33-37)

A ideia de Nação como tal foi criada remonta ao fim do Século XVI a partir dos movimentos de independência das colónias americanas e da Revolução Francesa, impulsionada pelo capitalismo tipográfico que surgiu graças à invenção da imprensa; a Nação torna-se um conceito, agora também construído, pela língua escrita, quer na imprensa quer na literatura. Vai se assistir à transmissão da comunidade imaginada para uma comunidade escrita. No entanto as línguas geradas, longe das vernáculos veiculadas apenas por uma “meia dúzia” de intelectuais sendo estes que faziam a mediação entre os fiéis, analfabetos e a verdade ontológica, por sua vez as vernáculos,⁶ das massas serviam o Estado, ajudavam na construção da cultura nacional, nos valores sobre os quais esta se erguia, evocando o sentimento nacional: o patriotismo. (Anderson, 1993:33-37)

Resulta desta forma que as línguas ainda que representem ou de alguma forma veiculem aspirações nacionais, ensinam-nos a controvérsia entre a língua falada e escrita. Por cada uma dispor do seu espaço, a língua falada em privado não colide com a utilizada pela generalidade da população e não levantando problemas sérios à comunicação, não oferecendo por isso um problema à governação quer nos estratos mais eruditos da sociedade ou na maioria

⁶ Por meio dessa língua, que se conhece no colo da mãe e que só se perde no túmulo, restauram-se passados, imaginam-se companheirismos, sonham-se futuros. (Anderson, 2008, p. 215)

trabalhadora. Um exemplo que o atesta é o facto de em algumas sociedades por inícios de 1900, a aristocracia para além de falar a sua língua, mas de forma culta, e ou aprendia a falar uma língua de moda de forte cunho representativo de alta cultura, caso não fosse a sua. Os iletrados do povo estavam no mundo das palavras de forma estritamente oral, não restando importância à língua oficial, escrita ou falada, apenas vendo nela a sua falta de conhecimento e poder; ilustra-o o facto de os albaneses nacionalistas exigirem que a sua língua não fosse representada em caracteres árabes nem gregos, mas sim apenas no latino, facto que para os camponeses era irrelevante a escrita em qualquer que fosse o alfabeto. (Hobsbawm, 1998:49)

2. O nacionalismo basco

2.1. A herança carlista

Em pleno reinado de Isabel II, vive-se a crise do Antigo Regímen, caracterizado por falta de uniformidade política e alguma confusão de poderes. Neste contexto, Francisco Javier de Burgos, estabelece a divisão territorial naquele país baseando-se nas antigas unidades históricas, reinos, corrigidas por circunstâncias geográficas, extensão, riqueza e população. A nova Espanha seria constituída por 49 províncias assumindo o nome das suas capitais. As exceções seriam os arquipélagos, Navarra, Alava, Vizcaya y Guipúscoa que conservaram seus antigos nomes e limites geográficos, num respeito pela sua história. Por ocasião da 1ª Guerra Carlista, referida acima, entre 1833 e 1839, Carlos Bourbon, absolutista, tinha o apoio da pequena nobreza rural, do baixo clero, e dos camponeses habitantes da zona mais a sul do País Basco, influenciados por sermões párocos contendo a mensagem de que o liberalismo, traria consigo como mínimo um aumento de impostos. Mais do que partidários das convicções absolutistas, seu lema era Deus, Pátria, Forais e Rei, mais do que apoiantes das linhas orientadoras dos Carlistas, as gentes do campo eram acima de tudo, defensoras da manutenção dos seus forais. Em 1839 com o término da guerra, foram reconhecidas as patentes militares perdedoras, os Carlistas, assim como respeitados os forais anteriores atribuídos aos bascos e navarros, no convénio conhecido como Abraço de Vergara. No que diz respeito aos forais, foi elaborada a seguinte ressalva: os forais são reafirmados exceto se a sua vigência, se revelar prejudicial à unidade constitucional da monarquia. Com efeito a partir de Vergara, que introduz a administração da justiça a partir de Madrid por motivo da criação do Administrador, encorajada também pela rutura provocada pelas guerras nas quatro províncias referidas, em 1856, Madrid, proíbe para além dos tribunais e milícias, o ensino do euskera naquele território e em 1876 eram retirados os privilégios forais às comunidades de Alava, Vizcaya e Guipuzcoa, conforme a Ley de 21 de Julio de 1876 de abolición de los fueros de las Vascongadas. (“Del carlismo al nacionalismo vasco,” n.d.)

2.2. Euskal Herria versus Euskadi

Embora em referência ao País Basco se refira maioritariamente o termo Euskadi, deve ser mencionado que a forma, mais que um título, Euskal Herria afirma-se à cultura basca onde quer que se situassem geograficamente as terras ou épocas onde esta fosse professada. O termo por ser ciado a partir da aglutinação das palavras euskara e herri, que significa terra do euskera, (atualmente herri significa povo) originou por sua vez que ao invés da tradição indo-europeia em que o sentimento de pertença se baseia no nascimento em determinada terra, aqui este sentimento nutria-se pela língua falada na comunidade.

Em virtude do fenómeno da ideologia nacionalista o conjunto Euskal Herria seria substituído pelo neologismo Euskadi (terra dos vascos) inventado por Sabino Arana para renomear a região, precisamente por achar a primeira definição pouco apropriada, dado apenas encerrar em si referências culturais e como veremos adiante este pensador do independentismo basco tinha outros planos e outra forma de os levar a cabo. Desta forma era criado um laço das gentes com a terra similar às conhecidas da tradição indo-europeia e da qual a expressão Euskal Herria se havia afastado.

O termo Euskadi teve êxito e compartiu-o com Euskal Herria, mas apenas no País Basco Ocidental, ao contrário de Iparralde e Navarra onde permaneceu o anterior. O termo neologista é desde sempre associado pelos vascos franceses ou navarros, com a união política de Álava, Guipuzcoa e Vizcaya, que surge na transição para a democracia espanhola. Por Euskadi ser um termo excludente para Navarra e Iparralde, regressou o primeiro, que agora se refere ao país basco em todas as suas aceções, relegando para um uso diminuto e em desuso o nome de Euskadi.

Ainda que o reino de Castela tenha ido conquistando terra e acercando-se de Navarra a partir do Séc. XII, foi conservando as formas de governo, ou forais que por ali vigoravam, traduzindo-se as regiões recém-conquistadas numa espécie de Estado dentro de um Estado com controlo praticamente total sobre as suas instituições, com suas próprias leis, sistema fiscal, entre outros; o próprio exército de Castela não entrava em território Vasco. Ao reino de Castela era atribuído um tributo através das deputações forais. A partir do Séc. XVI acelera-se a “castelhanização”, forçada pela monarquia espanhola, das regiões bascas, provocando o conflito entre ambas administrações, com agravamentos sucessivos que culminaram no séc. XIX, quando o liberalismo considera arcaica a legislação foral vigente na Vascónia, sendo considerado pelos liberais um contrassenso a existência de Estados e alfândegas dentro de Estados, revelando-se a título de exemplo, prejudiciais para a circulação de mercadorias e pessoas, sendo por isso necessária a alteração legislativa de forma a uniformizá-la com a maioria espanhola. Este caldo de cultura estava no ponto para o confronto entre isabelinos, liberais, e carlistas, conservadores e favoráveis à manutenção do regime vigente, originando a primeira das Guerras Carlistas e que foram mote para a materialização do sentimento soberanista vasco, na luta pela independência do território. (“Del carlismo al nacionalismo vasco,” n.d.)

2.3. Preparação para a luta

A organização separatista basca, ETA, é uma peça no fenómeno do nacionalismo basco. Nasce numa fase em que aquele desiderato se encontrava adormecido por diversas causas, entre elas derrotas políticas, ascensão ao poder central dum regime totalitário férreo, dissidências de seus integrantes ou por receio dum provável prisão ou deportação ou por ânsia de

protagonismo político nas hostes vigentes, ou até por alteração do tecido populacional, composto no final da primeira metade do séc. XIX por externos ao país e ao sentimento soberanista. O somatório de razões aponta de uma forma inequívoca para o adormecimento do sentimento euskalduno que aos poucos se estava a perder às mãos do Estado espanhol que governava com mão de ferro o país. Por tudo isto e embora a ação contundente não fosse imediata, nos primeiros anos de ETA, esta teve mais que tempo para se preparar em todos os campos para os anos vindouros, não deixando praticamente nada ao acaso como se viria a comprovar. (Herrera & Durán, 2002:50-56)

O plano de ação assentando a parte mais visível na violência, quer através de mortes aos considerados opositores quer na recolha do Imposto Revolucionário, pago de forma “voluntária” tinha incluída uma grande dose de agressão psicológica. Sobre os atentados com mortes assim como de assassinatos pessoais muito se falou ao longo das últimas décadas. Como referências, cabe destacar para além do primeiro ato referido noutra parte desta dissertação, a morte de Luís Carrero Blanco, primeiro ministro espanhol, em dezembro de 1973. Em 1974, numa cafeteria de Madrid tradicionalmente frequentada por polícias da Guarda Civil, faz rebentar uma bomba, matando 12 pessoas, nenhum era polícia. (Pereira, 2000:29-31) Em julho de 1986, também em Madrid mata 12 elementos das forças de segurança e fere 50. Em 19 de Junho de 1987 naquele que é considerado o mais sangrento atentado da ETA, morrem 21 pessoas e 45 ficam feridas, ao explodir um carro bomba estacionado no parque do Hipercor em Barcelona. Em 1997 o vereador de Ermúa, Miguel Blanco é assassinado com um tiro na cabeça, numa das mais mediáticas ações da banda. Pelo meio ações com reduzido sucesso, não com menos visibilidade como foi o caso da bomba que explodiu à passagem do carro de José Maria Aznar, na altura candidato a chefe do governo espanhol, lugar que viria a desempenhar. (Durán & Herrera, 2001:64)

As formas de financiamento do movimento também merecem atenção. Com formação em Cuba e Uruguai e ministrada também em solo espanhol por agentes Mossad e IRA, soldados etarras especializaram-se em sequestros rápidos, pese não raras vezes envolverem a figura do rapto, a pessoas, ou assaltos a estabelecimentos comerciais ou bancos. O método visava obter o máximo de dinheiro possível, ficando para segundo plano o dano infligido quer ao sujeito mediato, quer à família. Da mesma forma a banda e como complemento, desenvolveu uma logística para suporte da recolha do chamado Imposto Revolucionário, sob o lema: “*se pagas impostos para o inimigo, igualmente podes pagar para o teu país*”. Consistia numa fase em “convidar” pequenos comerciantes com mercearias ou tabernas ou outro qualquer tipo de pequeno estabelecimento a pagar uma quantia previamente determinada, pelos separatistas. A haver uma denúncia, ao *cypaio* era-lhe diagnosticada a morte. (Pereira, 2000:48)

2.4. Violência no País Basco

Não é novidade que a lógica de independência do País Basco, como em todos os processos nacionalistas, alicerçou-se no seu passado ainda que remoto e como escrito noutra parte deste trabalho, não abdicou de transformar mitos em realidades. Falar daquela região é falar de simbologia nacional com os forais, o euskera, a poesia, etc. enfim um conjunto cultural, para muitos diferenciador. Mas da mesma forma qualquer abordagem traz intrinsecamente atrelada a questão do terrorismo, e esta questão de forma simplista será apenas a forma como alguns em determinado momento pensaram ser a melhor forma construir um Estado a partir da etnicidade linguística e cultural euscalduna. Em causa o principal grupo terrorista pró basco, ETA, fundado em 1959, inicia, como data e acontecimento conhecido, a sua escalada de assassinatos em 1968; em plena democracia espanhol, década de 80, é criada uma ação de contra terrorismo chamada GAL, acrónimo de Grupos Antiterroristas de Liberación, cuja missão era de aniquilar a ETA, de proteção oficial, versão nunca confirmada, ainda que se provasse o financiamento a partir do ministério Espanhol do Interior, ativa entre 1983-87 em pleno governo do socialista Felipe González. (Ansuategui, 2008:332)

2.4.1. A Representação económica

A grande criação económica da ETA começou a desenhar-se na década de 50 com a chegada a Mondragón do sacerdote José Maria Arizmendarrieta. Enviado pelo bispo de Bilbao para coadjuvar nas funções sacerdotais na igreja, vai ter um papel fundamental ao criar um movimento cooperativista forte naquele município. Com cerca de apenas 15.000 habitantes, encravada entre as três províncias bascas, a economia de Mondragón provém da agricultura da criação de gado e de artificies vários como torneiros ou fabricantes de pequenas peças em aço para maquinaria, em virtude da pouca formação técnica de seus habitantes. Com base nessa necessidade aquele padre cria a Escola profissional de Mondragón, pedra de toque para o início de desenvolvimento social e económico daquela região e de todo o País Vasco ao dotar a população trabalhadora de melhores conhecimentos técnicos para empreender novos desafios, produzir novos produtos. Como resultado da evolução referida, foram criadas as marcas, Fagor, em electrodomésticos, supermercados Eroski ou os autocarros Irizar. (Herrera & Durán, 2002:54-57)

Para auxiliar esta ascensão económica, é criada em 1959 a Caja Laboral Popular, ou Euskadiko Kutxa. A atividade bancária vai permitir o financiamento do crescimento necessário à prossecução dos objetivos do movimento. Com esta dicotomia, o milagre económico é uma realidade e em 1973, já conta com 62 cooperativas industriais. Em 1996 o Grupo Mondragón tem 173 sociedades, emprega 20.000 pessoas e fatura 160 mil milhões de pesetas. Em 2000 o grupo chama-se Mondragón Corporación Cooperativa, confundindo-se a sua atividade com a da

Caja Laboral. Embora seus dirigentes desmintam qualquer vinculação à banda armada, são conhecidos casos de funcionalismo diretivo importante entre as duas instituições. (Herrera & Durán, 2002:54-57)

2.4.2. Representação política

O passo dado em frente pelo Grupo no seu afã de conseguir o nacionalismo, se é verdade que conseguiu apoio das massas e a visibilidade e simpatia de congéneres internacionais, na Irlanda ou na Argélia, aos poucos ia-se tornando incipiente porquanto não conseguia atingir o estatuto político legal que lhe permitisse negociar. E neste sentido nasce em finais da década de 60 o MLNV, Movimento de Luta Nacionalista Vasca, conglomerado que alberga várias instituições bascas, como sindicatos (LAB), organizações juvenis (Jarrai), organização feminista (Egizan) e HASI, partido político. A organização mais importante era a KAS, Koordinadora Abertzale Sozialista. Com estas organizações pretendia o MLNV não deixar qualquer franja da sociedade desamparada e à mercê da Espanha invasora. Neste campo merece destaque o aparecimento da Kale Borroka, atividade que pretendia perpetrar pequenos delitos, efetuados por adolescentes aproveitando a suavidade penal para com estes, mas provocando desestabilização social. (Gurruchaga & San Sebastian, 2000:29)

Todo o movimento gira em torno da KAS, criada como projeto estratégico com vista a obtenção do poder. Embora não se conhecesse reporte entre esta e a ETA e se pretendesse afirmar que a banda separatista era um braço armado da KAS a verdade é que a cúpula etarra não tinha por hábito receber ordens ou conselhos vindos de qualquer quadrante. Em 1987 após o atentado no Hipercor de Barcelona, referido noutra parte deste ensaio, dirigentes importantes de movimentos pertencentes às organizações agrupadas na MLNV criticam duramente a organização terrorista, sem que esta recue, e em meio dum processo de excisão naquelas organizações em torno da forma como estas entendiam o movimento de libertação, decidem criar uma força política nova, o Herri Batasuna. Este partido vai concorrer ao referendo pelo pacto de autonomia apelando a um *não*. Em 1979 concorre às eleições gerais conseguindo 3 deputados e um senador. Até à sua dissolução vai ser o braço político da ETA. Com o PNV revitalizado e legalizado, a trilogia ETA, HB, PNV, passa a ser o expoente máximo da luta pela independência do País Vasco. (Gurruchaga & San Sebastian, 2000:34-36)

2.4.3. Assimilação do terrorismo

A sociedade basca tem-se visto a braços o fenómeno terrorista, a julgar pela oficialidade do primeiro atentado da ETA, desde 1968 e que se prolongou até 2009, o último atentado foi em

França e em 2010.⁷ Desde o seu primeiro atentado que a sociedade daquela região do norte de Espanha se vê a braços com a difícil tarefa que supõe a convivência com o terror. E a questão que se coloca passa por tentar perceber o porquê da passividade(?) enquanto instituição, perante a ação da banda. Motivos há de sobra, sendo que o mais plausível que reúne mais consenso se prende com o receio.

Para grande parte da crítica, principalmente externa a Euskadi, estávamos perante um caso de aprovação travestido de aceitação; sem dúvida que o passado de Estado imposto pelo GAL na sua luta contra a ETA, contribuiu esse panorama, tendo colocado a banda numa posição confortável de vítima, facilitando o seu discurso de esquerda abertzale para reunir apoios inclusive em franjas moderadas em relação à questão. O preenchimento de lugares de visibilidade pública, política ou não, por parte de membros da organização, igualmente contribuiu para essa suavidade popular, em face também do regresso das críticas ao *mal que opositor Estado espanhol infligia à região basca*.

Praticamente desde que o primeiro ataque terrorista assolou o País Basco, e que este fenómeno passou a ser de convivência diária na sociedade espanhola, que esta se viu confrontada em estabelecer uma relação com a atividade daquela banda, julgando ou não os seus atos, em face da perceção da realidade que dispunha e dos motivos percecionados, que levaram aquele grupo organizado a atuar daquela maneira. A observação espanhola e internacional sobre a relação entre aqueles dois agentes, sociedade e banda de terror, fazia-se sem exceção, esperar pelas primeiras horas depois de um qualquer atentado, para saber das reações, e a dúvida era sempre a de saber se haveria condenação da sociedade em geral ou de alguém legitimado para falar em seu nome. A julgar a relação de parte da sociedade para com os atos terroristas, pela sua reação, diríamos que esta o legitimava ou quando menos já o havia aceite.

No entanto defende-se a cidadania basca, nem todos os atos foram crimes e cada situação era diferente em si. Convenhamos que tempos houve de atuações do GAL, apelidado desde sempre como terrorismo de Estado que também afligia a região; por outra parte desde sempre a ETA preencheu estrategicamente os lugares públicos, perto de centros de decisão, com os seus homens de mão. Desde as mais simples associações recreativas, ou clubes de bairro, ao controle editorial de pequenos jornais e revistas, nada era deixado ao acaso; infere-se daqui que após cada ato criminoso perpetrado pela banda e reivindicado posteriormente, esse comunicado era acompanhado de um lançar de culpas ao Estado e língua invasoras do País Basco, ou o que é o mesmo dizer, essa era na prática muitas das vezes a resposta da cidadania basca ao terror em que vivia.

De outra forma, a convivência com a e banda com a participação desta em todo o tipo de iniciativas, com bandeiras e palavras de ordem ou até oficialmente através de representantes

⁷ À data que é escrito este trabalho a organização separatista ETA faz mais uma entrega de material bélico, escondido em França, às autoridades Francesas, sem a presença e confirmação dos congéneres espanhóis.

políticos seus, a presença quotidiana de políticos ou industriais influentes acompanhados de guarda costas, a informação de atentados em quartéis da Guardia Civil, prontamente fizeram parte integrante da paisagem de Euskadi, o que para alguns não passa de aceitação implícita, algo muito distante de aprovação. (Ansuategui, 2008:3)

O nacionalismo basco principalmente pós Arana, dispôs para sociedade um conjunto de mitos que com o tempo tentou transformar em realidade, ou perante realidades históricas estas sofreram uma distorção de modo a melhor servirem os propósitos atuais dos abertzales mais radicais, condicionando logo aí a reação popular quando instigada a qualificar a atividade musculada etarra. E desde sempre a esquerda mais radical, comunica com o exterior uma série de factos, que a história, assim não os contou, distorcidos, portanto, com vista a que esse passado justifique as ações presentes em nome de uma perseguição que se dizem sujeitos ao longo de séculos; pressões de Madrid, relatos da Guerra Civil de 1936, de bascos contra espanhóis, comparações de gudáris de agora com os de antes; um sem fim de razões que justificam o aparecimento e modo de atuar da ETA. Na conceção do mundo e seus sistemas de valores que dão suporte à violência, o nacionalismo radical basco vai buscar o pior elemento, embora os nacionalismos evoquem suas diferenças, para se afirmarem e serem reconhecidos por serem diferentes, a relação binária recolhida pelos independentistas trouxe uma linha de orientação baseada na diferença radical, sim/não, branco/preto, amigo/inimigo ou comigo ou contra mim. (Ansuategui, 2008:9)

2.5. Percussões luta

Embora os sentimentos de preservação da identidade basca sempre se tenham mostrado por parte principalmente de intelectuais, foi pela mão de Sabino Policarpo Arana Goiri, por sua vez influenciado pela doutrina de seu irmão Luis, que a doutrina nacionalista se intensificou e que enveredou por vias diferentes das levadas a cabo até então pela elite vasca. Contudo este não foi o único nem o primeiro a lutar pela manutenção da identidade vasca.

Pode-se dizer com propriedade que foi com a abolição em 1876 dos forais, que as sociedades basca e espanhola iniciaram as suas grandes cisões atendendo à incompatibilidade manifestada por um número crescente de bascos, da sua experiência social com a recém imposta pela coroa espanhola. O separatismo que até então era pouco menos que um fantasma que aparecia e desaparecia, quase como que por uma obrigação, era protagonizado por organizações políticas que visavam o restabelecimento dos forais e em face disso gozaram de algum apoio social no período imediatamente após a perda daquele elemento diferenciador.

Com o passar do tempo a inércia política basca, incapaz de perceber as mudanças na sociedade vasca pós implantação espanhola, tentou criar um regime político híbrido aglutinador de foralistas e liberais acabando por provocar desconfiança no futuro do projeto o que redundou no esvaziamento quase total do apoio político. Para cúmulo dos tradicionalistas, em 1891 um

grupo de grandes empresários viscaínos pertencentes à Unión Liberal, pedem a intervenção do governo de Madrid que adote medidas de proteção económica à indústria da região da Vizcaya. Os requisitos foram aceites, através dum programa denominado Conciertos Económicos, materializados através de um acordo tripartido, ideológico político e económico, levando a que grande parte da elite económica se afastasse de vez da ideologia e experiência foral para se entregar à política estatal de Madrid. A riqueza da região assentava na atividade portuária e mineira principalmente, retrocedendo o setor primário, principalmente devido à proteção económica legislada por Madrid poderia agora crescer e enriquecer a Província. (Aizpuru, 2000:60-61)

Esta mudança no tecido social e político, fez emergir a classe burguesa de negócios, principalmente a viscaína, adormecida até à Guerra Carlista, acelerando o processo de industrialização e modernização das cidades costeiras de Vizcaya com Bilbao à cabeça. Assistiu-se a uma rápida transformação da cidade que viu chegar uma importante massa migratória, provocando aí e em seus redores uma crescente urbanização. Uma nova realidade assiste a Bilbao e à província da Vizcaya, instituições conotadas e governadas pelas leis anteriores forma substituídas e nasceram novas realidades, políticas sociais emergiram, assim como obras de carácter público como a eletrificação de ruas ou melhora a nível de serviços de saneamento básico; as novas exigências da população, encontravam eco no recente governo liberal.

A política ideológica e económica de Madrid, por solicitação de alguns bascos resultava em pleno. Enquanto isso a fação tradicional perdia peso político e influência junto da população mais urbana da região de Euskal Herria; o crescimento a um ritmo mais lento em Guipuzcoa e Álava, regiões rurais a viver de campesinato e ainda muito ligadas ideologicamente ao carlismo, parecia fazer coincidir economia com ideologia. Os tradicionalistas pareciam haver perdido a guerra não só para os liberais bascos, mas igualmente para a política e ideologia espanhola. (Aizpuru, 2000:60-61)

O final do século XIX para Euskadi viria a tornar-se a tornar-se chave para o desenvolvimento e materialização do sentimento nacionalista. O fim das primeiras Guerras Carlistas, venceu o grande elemento diferenciador daquela região; o regime foral o mais autárquico espanhol, reconhecido mundialmente, pela sua capacidade de se solver, havia sido substituído, pela força, e a mudança dava frutos em algumas regiões como vimos acima. Como que num ato de puro achincalhamento, o liberalismo, para piorar a situação, confundia-se com espanholismo, diminuía e empurrava quase até à ostracização o conservadorismo basco, cujas instituições reuniam apenas de uma forma que mais parecia ilegal e donde surgiam apenas medidas inócuas e pecavam por falta de consenso mesmo entre seus pares; o pouco que se fazia era mercê de barões intelectuais, mais teimosos que razoáveis face à nova realidade social.

Vivia-se por aquela data a maior dualidade social já vista naquela região do Norte de Espanha; acontece que precisamente em face do maior desenvolvimento económico, parte da população dispõe de tempo e recursos para se dedicar ao ócio. É precisamente este o aspeto que despoleta

a viragem no curso da luta pela recuperação da autonomização, para alguns, para outros da completa independência, de Euskal Herria. O desenvolvimento das maiores urbes pelos fatores referenciados transformou estas em cidades com costumes mais cosmopolitas, onde se destacavam os acontecimentos culturais, em maior medida, de carácter artístico e literário. E se até ao momento predominava a cultura euscalduna, aos poucos ia sendo suplantada para passar a uma completa subalternização da arte feita e apresentada em espanhol.

Em face de tais acontecimentos observa-se a resposta, da sociedade basca pela mão de pensadores locais e em face da apatia política dos tradicionalistas, que iriam tentar fazer renascer através do etnocentrismo, a cultura vasca. Para estabelecer um paralelo entre esta resposta e a política dominante, cabe referir que Vizcaya ficou num princípio marginalizada por estas ações, que foram mais visíveis em Guipuzcoa, Álava e Navarra, permitindo a conclusão de que o desenvolvimento industrial basco não esteve nas fundações culturais recentes, assim como a influência política não se fez notar no reavivar cultural, esse papel foi desempenhado por historiadores e linguistas, que conseguiram fazer passar a mensagem da necessidade de manter viva a chama da tradição do povo, através de uma reflexão que pretendia reavivar o ser vasco. (Aizpuru, 2000:60-61)

Estava relançada a questão do separatismo; se por um lado continuavam as juras de fidelidade à cultura e leis espanhola, por outro publicações e organizações enfatizavam o etnocentrismo ancestral; visível através de publicações em revistas e acontecimentos artísticos um pouco por cada uma das províncias de Euskadi. Em 1879 em Elizondo, Navarra, disputam-se os primeiros Jogos Florais, organizados pelo município e pela Asociación Euskara de Navarra, no que foi entendido como uma manifestação anti abolição dos Forais. O vencedor dos Jogos foi Felipe Arrese Beitia, artista carlista por simpatia, manteve-se neutral durante as guerras, acabou por se refugiar em São Sebastião nos primeiros anos após a terceira guerra. Suas obras, versavam temas com reminiscências bíblicas e com recurso quase permanente a forais, além de valores tradicionais à terra; evidenciou-se ao versar, em poesia elegíaca, sobre a derrota que a cultura vasca, principalmente o euskera, estava a sofrer à mão da castelhanização. (Bengoa, 2012)

Outro pensador e defensor da língua vasconça foi Jean Duvoisin, inimigo da centralização de poderes, como de ressalva no seu livro “Étude sur la Declinaison Basque, preferia dedicar o seu tempo ao estudo e divulgação do eusquera, e nessa medida tentava convencer seu círculo de influência, para abandonarem a política espanhola dedicando-se por inteiro à cultura, só assim estariam suficientemente preparados para os difíceis tempos vindouros, atendendo à laicidade galopante que afligia a região, traduzida por uma igual cosmopolitização das sociedades, um pouco à imagem do que se via pela Europa. Urgia, pois, congregar esforços e não despender energias em batalhas infrutíferas: no último quarto de século, as províncias bascas francesas estavam irremediavelmente perdidas politicamente, ainda que não culturalmente, por isso nos dois lados dos Pirenéus havia que manter a consciência nacional, cuja conservação e expansão evoluía atrelada na mesma medida ao euskera. O respeito espanhol apenas se conseguiria caso os bascos se mostrassem unidos, e não haveria melhor forma de o conseguir que com o uso do

Euskera. Conseguido este desiderato, a tarefa simplificava-se à hora de reclamar uma autonomia que protegesse a idiossincrasia daquela região e por conseguinte o estatuto político gozado em tempos pré perca dos forais. Sim, porque a independência total era uma miragem que as elites já se haviam convencido sua impossibilidade de realização. (Duvoisin, n.d.:19)

Na mesma linha assenta Arturo Campión a sua base de entendimento pela qual deveria passar a atividade de defesa da cultura vasca, com o seu idioma à cabeça. Principal promotor da Asociación Euskara de Navarra, é através desta entidade, nascida no contexto de abolição dos forais, que se vai reunir de ilustres intelectuais vasconços com o objetivo de dotar Euskal Herria do máximo bem-estar moral e material dos seus concidadãos. Era pretendido pela Asociación, a recuperação de todos os focos perdidos, desde o político até, principalmente aqui, ao sentimento perdido pela abolição foral que se verificou na perca de elementos tradicionais enográficos, arquitetónicos e culturais; principalmente recuperar do atraso a que a espanholização havia votado o euskera.

O foco era de tal forma direcionado para a recuperação da língua que o grupo sempre conseguiu manter uma posição de muita distância para as questões de nacionalismos e autonomias; Juan Iturralde, membro, ter-se-á recusado a gritar “*muera Castilla*” em umas festas de exaltação basca em homenagem ao Orfeão Pamplonês, realizadas durante a Gamazada⁸; outros membros, considerados como responsáveis pela recuperação cultural vasca, eram em simultâneo, correspondentes da Academia Espanhola de História. Um desses elementos é precisamente o já referido Campión, anti carlista, mas por este sistema ser, no seu dizer, espanhol. Inicialmente regionalista, viria a aventar ideias de independência total face a Espanha e coligações com Catalunha. Esta linha de pensamento que veio endurecendo, levou-o a senador de Vizcaya. Com um lema sempre presente; Deus e forais, reclamava a união das sete regiões que compunham Euskal Herria numa só unidade, o que nunca se conseguiria sem primeiro edificar ao mais alto o Euskera. A instituição língua era para este político o objetivo primordial a ser atingido, antes de qualquer esboço de independência. No limite, por contra censual que possa parecer a independência total daquela região devia ser vista sempre como o resultado da união social dos bascos em torno da sua língua mãe. E não o inverso.

Semelhante no pensamento encontra-se Pedro Mari, outro ilustre pensador da cultura de Euskadi. Nacionalista, nostálgico da cultura basca e defensor dos forais, a possível desapareção do euskera preocupava-o de sobremaneira levando-o a escrever até á exaustão em euskera e sobre essa língua e vias possíveis para a sua manutenção e rejuvenescimento. Poeta bertsolari, ainda que nacionalista, colocava no topo das suas prioridades, muito por cima de tudo, inclusive o separatismo, a sua paixão pelo euskera. Esta linha intelectual de ver e agir as diferenças para com Espanha, não encontram paralelo com a linha dura protagonizada por Sabino Arana. De resto já Campión havia criticado esse defensor do separatismo, ao afirmar que este desconhecia

⁸ A Gamazada era a realização entre 1893 -95 de um protesto contra o ministro das Finanças de então, Germán Gamazo de modificar o regime fiscal de Navarra e suprimir a autonomia fiscal vigente.

as leis bascas e a essência do seu povo. Sobre as leis fez uma análise simplista das consequências das leis da abolição dos forais. Sobre o povo era acusado de não acorrer em auxílio do euskera, com o expoente máximo da sua afirmação e defesa da sua identidade. Para Arana a língua era empreitada que a qualquer momento se retomaria e com sucesso. O momento era de acorrer à defesa da supremacia da raça euscalduna. (Aizpuru, 2000:63)

2.5.1. O legado de Sabino Arana

Por ser considerado juntamente com seu irmão Luís, o pai do nacionalismo separatista de Euskadi, e percussor da luta pela independência dessa região, não único como vimos acima, mas o mais acérrimo e inflexível, não só por isso, mas porque deixou um legado político, o Partido Nacionalista Vasco (PNV), e o grupo terrorista ETA, que se baseou na sua ideologia para em seu nome recuperar e desenvolver a luta pela separação, se bem que mais tarde com nuances ao guião original, é dedicado mais espaço neste trabalho a apenas um homem.

Sabino Policarpo Arana Goiri, nasceu na Província de Vizcaya em, 26 de janeiro de 1865, procedente de uma família Carlista, como ele próprio igualmente se dizia, até aos 17 anos. De família rica e profundamente católica, pela simpatia desta para com aquele movimento, filho de um pequeno armador que durante a última guerra forneceu armas à sua facção, é obrigado a exilar-se, junto com a sua família, para França, após o fim da guerra e com a perda de poder económico, devido ao facto de Bilbao ser um bastião liberal. (“Sabino Arana y el racial-nacionalismo vasco,” n.d.) Juntamente com seu irmão Luís, Sabino Arana, foi o criador dos símbolos de identidade basca como o são a Ikurriña, que é a atual bandeira daquela região autónoma e a palavra Euskadi, substantivo que passou a utilizar-se para nomear Euskal Herria, nome que era utilizado com referência aos territórios bascos, assim como o termo aberri, que significa pátria, Arana foi também o autor da letra do hino atual da região Autónoma Basca. (Pereira, 2000: 38-47)

Os grandes alicerces da luta pela independência em que se baseou, para além da língua e história foram precisamente a existência da raça basca, falante dessa língua, pura, não misturada com outras raças, principalmente a espanhola, que era nada mais nada menos que a invasora, desleal e anticatólica; adaptações do nacionalismo romântico europeu. Em plena revolução industrial espanhola, assistindo-se à chegada de emigrantes “maketos” vindos de todas as partes de Espanha, mas principalmente das zonas fronteiriças ao País Vasco, aumentando a população, chegando a triplicar nalgumas zonas. Com a chegada destes “estrangeiros” foram aos poucos, sendo implantados principalmente costumes laicos e aos poucos a língua castelhana, como de resto foi abordado em página anteriores. Radical em relação aos pensadores da língua e à forma como melhor se defenderia a mesma, para Arana esta chegada em massa de trabalhadores vindos de outros pontos, traria consigo a destruição do tradicionalismo basco. Ideia comum em todos os partidos da época era que os maketos,

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

invasores do território, eram representantes da mesquinha raça espanhola, inferiores étnicos e culturais, o que o levava a criticar abertamente as instituições políticas nacionalistas, mas de índole moderada. (Pereira, 2000:42-46)

“Habéis mezclado vuestra sangre con la española o maketa, os habéis hermanado o confundido con la raza más vil y despreciable de Europa”. Sabino Arana

Grandes ódios presentes na vida daquele nacionalista eram precisamente o secularismo, trazido pelos referidos imigrantes, para quem o operário era gente que blasfemava e se enfrentava à igreja e a industrialização, destrutora da sociedade rural basca, vista como a sociedade ideal. É, pois neste contexto que em 31 de julho de 1895 nasce oficialmente o Eusko Alderdi Jeltzalea (EAJ) ou Partido Nacionalista Vasco (PNV), de inspiração cristã, com o qual pretendiam os nacionalistas conseguir a independência. Seu primeiro presidente foi precisamente seu fundador, Sabino Arana, até 1903 data em que pediu demissão por motivos de saúde. O PNV constituído por uma base social, assentava a sua atividade em Batsokis, que significa local de reunião, que aos poucos foram-se espalhando por toda Euskal Herria.

À época, os quatro partidos mais importantes presentes naquela comunidade nutriam em comum o ódio ou desprezo pelos maketos, contudo o fundador do PNV acusava os outros partidos de excesso de moderação, revelada pela falta de um verdadeiro catolicismo e manifestarem intenções apenas regionalistas. A partir de 1898, o partido dos euskalerrriakos, os mais moderados dos anteriores referidos e o PNV aproximam-se e os sentimento e luta nacionalistas perdem expressão, enquanto o partido nacionalista ganha acesso a cargos públicos assim como à burguesia basca assistindo também a um incremento económico. Estes cambiantes doutrinários vividos pelo partido, assim como também um vender de a alma de forma a poder sobreviver e ganhar acesso a novas estruturas sociais e políticas, levam a uma excisão do partido em 1921, para se reunificar em 1930. Quando Sabino Arana morre, em 25 de novembro de 1903, do ponto de vista das ideias de separação Basca, o panorama era já pouco menos que desolador, indiciando o descrito acima no seio do PNV. Após a morte de Arana, em pleno auge franquista, nasce a ETA (Euskadi Ta Askatasuna), a partir de ruturas com PNV, e uma nova fase da luta pela independência inicia-se com a criação deste movimento, por aqueles momentos apenas se movia politicamente, mas cuja diretriz era bem mais musculada. (Herrera & Durán, 2002:542)

2.5.2. Maketos ou o shibboleth basco

A atribuição a Sabino Arana do “título” de pai do nacionalismo vasco, é feita por seguidores mais fiéis e radicais, que o viam como o Messias que viria salvar o povo basco, em vias de extinção às mãos da inferior raça espanhola ocupadora, por força da abolição dos forais de 1876 e da revolução Industrial de Vizcaya. Mas Arana com efeito vai conseguir pegar em partes da sociedade basca, uma burguesia rural e carlista, mas não só, e com os apoios reunidos à volta

da sua ideologia, vai dotar a região de uma organização política como o é o PNV, veículo privilegiado de difusão do aranismo, corrente político-religiosa, ideal para a recuperação dos elementos perdidos. É igualmente dada a aquele político a criação dos, ainda hoje, símbolos euscaldunos: o nome Euskadi, com o qual pretendia fazer diferença de signo com Euskal Herria, a bandeira de dupla cruz, e o hino; como qualquer movimento político, o nacionalismo vasco, também deitou mão a mitos, símbolos ou comemorações. Em consequência da criação dos referidos veículos de sentimento nacionalista, foram os mesmos adaptados, após utilização exclusiva do PNV, pelo governo autónomo da região, e pelas restantes associações políticas autonómicas nascidas do Estatuto de Guénica de 1979.(Sainz, n.d.:62)

Comum nos nacionalismos com vista à sua exaltação está a questão da raça. A Espanha, esse país plurinacional não é exceção e toca-lhe lidar com a apregoada supremacia vasca, condimento que era parte integrante do manifesto de Arana para conseguir a separação dos territórios. Para alguns historiadores Arana subalternizava tudo o que se relacionasse com Espanha, na mais pura anti espanholização, desde a religião, a arte e principalmente forma de pensar; com um discurso populista e uma arte oratória que se baseava numa hiperbolização dos males que atribuía a Espanha. Construindo a supremacia com base na raça e na língua, tentava passar o discurso com base na relação dual por oposição, no ódio que sentia em relação ao povo espanhol, liberal e estrangeiro, para quem o seu espírito inferior havia pervertido o virtuoso povo vasco. A aposta daquele ideólogo era clara e estava escolhida: a xenofobia contra os espanhóis ou antimaketismo.(Sainz, 2006:197-199)

«La fisonomía del bizkaino es inteligente y noble; la del español inexpresiva y adusta. El bizkaino es de andar apuesto y varonil; el español, o no sabe andar (ejemplo, los quintos) o si es apuesto, es de tipo femenino (ejemplo, el torero). El bizkaino es nervudo y ágil; el español es flojo y torpe. El bizkaino es inteligente y hábil para toda clase de trabajos; el español es corto de inteligencia y carece de maña para los trabajos más sencillos. Preguntádselo a cualquier contratista de obras, y sabréis que un bizkaino hace en igual tiempo tanto como tres maketos juntos. El bizkaino es laborioso (ver labradas sus montañas hasta la cumbre); el español, perezoso y vago (contemplad sus inmensas llanuras desprovistas en absoluto de vegetación). (...) El bizkaino que vive en las montañas, que es el verdadero bizkaino, es, por natural carácter, religioso (asistid a una misa en aldea apartada, y quedaréis edificadas); el español que habita lejos de las poblaciones, que es el verdadero español, o no sabe una palabra de religión, o es fanático, o es impío (ejemplos de lo primero en cualquier región española; de lo segundo entre los bandidos andaluces, que usan escapulario, y de lo tercero aquí en Bizkaya, en Sestao, donde todos los españoles, que no son pocos, son librepensadores). Oídle hablar a un bizkaino, y escucharéis la más eufónica, moral y culta de las lenguas; oídle a un español, y si sólo le oís rebuznar, podéis estar satisfechos, pues el asno no profiere voces indecente ni blasfemias.»

(*Sabino Arana, en Bizkaitarra, Bilbao, 7 de julio de 1895.*) (“Sabino Arana y el racial-nacionalismo vasco,” n.d.) (<http://05racismo.blogspot.pt/2009/04/143-sabino-arana-y-el-racial.html>)

Para melhor compreender a luta basca pela autodeterminação e da forma como estava a ser idealizada pelos seus protagonistas, devemos buscar o elemento que marca o ponto de viragem no pensamento social e político das elites, pro separação, e esse ponto é sem dúvida a derrota na terceira Guerra Carlista às mãos dos liberais. Se de uma forma simplista podemos dizer que esta guerra confrontava duas ideologias, a análise deve ser feita a partir das consequências que a mesma trouxe ao País Basco, principalmente à cidade de Bilbao na Vizcaya. Esta cidade agora liberal atrai camponeses depauperados cuja única esperança de fugir da desgraça em que se encontravam, por via da destruição que a guerra havia proporcionado.

Toda a zona de Bilbao mais que duplica a sua população, com a indústria metalúrgica e extração mineira, florescem atraindo a referidas ondas migratórias. A par e passo, crescem atividades de serviços de apoio como bancos e seguros. O comércio e a indústria, mercê de vantagens fiscais oferecidas pelo governo de Espanha, revigoram-se; A região torna-se pequena para as ambições dos empresários e são estabelecidos roteiros económicos com Madrid ao sul e Paris a Norte, que começavam a procurar a cidade de Bilbao e o seu porto para fazer desembarcar a sua produção, aproveitando uma situação de redução de tarifas. Para as hostes tradicionais nacionalistas o quadro era desolador: a juntar à enorme migração, falante da língua espanhola, era requisitada mão de obra qualificada para trabalhar em serviços administrativos, os serviços portuários, agora internacionalizados, requeriam apenas pessoal que falasse a língua de Cervantes, os novos ricos enviavam os filhos a estudar em França ou na Catalunha, a nova burguesia basca já se identificava como das mais espanholas de Espanha e o Euskera, essa língua rude, ia perdendo espaço para a refinada língua espanhola. Resumindo, o que os nacionalistas prometiam com renovação da sua língua inviolada desde tempos ancestrais, suas leis, economia e administração que só a tradicional foralidade poderia oferecer, estava a ser substituída em cada um dos seus apartados pela administração central de Espanha com governo em Madrid.(Pereira, 2000:42-46)

Todavia este milagre económico haveria de cambiar e proporcionar um caldo de cultura propício para o desenvolvimento da ideologia araniana. Como que por oposição, o desenvolvimento desenfreado das zonas urbanas, gera nichos de concentração industrial com consequente sindicância de preços; não tardam em nascer monopólios que arrastam para a ruína pequenos empresários desvirtuando o tecido empresarial e comercial. A inflação rapidamente galopou, a falta de sustentabilidade levou a leis laborais desajustadas, a poluição muda a cor do rio Nervión, que atravessa a cidade de Bilbao, provocando surto de doenças endémicas; a taxa de mortalidade de Bilbao atinge a pernilagem de 45,1 habitantes. A sociedade viscaína atinge os dois extremos: do milagre económico, num ápice, ao comboio dos horrores.

2.6. Formação da ETA

Qualquer que seja o plano sobre qual se aborde a questão da independência do País Basco a partir de meados da década de 50 do século passado que não contemple a atividade terrorista e principalmente a protagonizada pela ETA, não estará completa. Em muitos casos confunde-se mesmo como se não pudesse haver anseio separatista sem atividade daquela banda. Como veremos mais adiante este grupo terrorista vai chamar a si todo o protagonismo da luta contra Madrid, em todas as suas frentes.

Na década de 30 sem sinais de vida vindos do exílio, o governo espanhol ao recrutar para o serviço militar jovens bascos, crava um punhal no coração basco, entendido como a última das ofensas imperdoáveis, só explicada à luz da inércia e complacência das elites nacionalistas. E o curso da história conheceu um episódio importante quando na década de 50 um grupo de jovens universitários, estudantes da Escola de Engenheiros da Universidade de Deusto, com simpatias pelos referidos acima, grupos independentistas, redescobrimo a sua identidade romantizada pelo franquismo e imbuída de espírito anticolonialista cria a Euskadi ta Askatasuna, ETA.

Esta organização inicialmente criada para fazer ressurgir o moribundo sentimento de interesse e pertença às Vascongadas, vai beber muito do seu programa às linhas orientadoras de Sabino no que toca à exaltação das diferenças, positivas de bascos em relação aos espanhóis, mas enceta uma linha direcionada exclusivamente à obtenção da independência total do País Basco. Contudo, a orientação deste grupo, à data apenas político, embora sempre tenha adotado um discurso musculado, vai divergir no conteúdo do seu ideólogo nacionalista, ao fazer um retrocesso programático, e apostar na revitalização do euskera. (Pereira, 2000:29-37)

Todavia há que referir que sociedade política basca em meados do século XX se confundia inclusive naquela região do Norte, com a espanhola. As alterações pós carlistas, políticas, espelhadas na sociedade basca, estavam maduras. A teoria de construção nacionalista estava esquecida e qualquer ação tendente a fortalecer Euskadi, confundia-se com o fortalecimento do Estado espanhol. É sem surpresa que a elite burguesa separatista em baixo número, se socorre de um dos poucos instrumentos que ainda dispõe: a cultura. Vai visitar este conceito de nacionalismo pré sabiniano e dele vai extrair o importante artefacto cultural, precisamente a língua. Um boletim interno da ETA referia: *“resistência é pôr uma bomba num inimigo, mas também o é uma aula de Euskera”* (Pereira, 2000:43)

Com efeito o que a ETA vai fazer é a partir das condições económicas sociais e políticas em que a língua emerge, assentá-las na base da ideologia nacionalista. A somar aos critérios materialistas que favoreceram o ferimento da sua identidade como o foi, a perda dos forais que por sua vez acarretam uma alteração no tecido social vasco, a todos os níveis, vai contrapor com a mitificação da história do povo basco, ilustrada a partir da Batalha de Arrigorriaga ou a

prática de monoteísmo primitivo pelos bascos. O objetivo, era apenas o de transmitir a ideia de cidadania universal dos vascos, um povo nobre por natureza e a democracia faz parte da estrutura interna da ideologia basca. Em suma, aquele grupo transforma crenças, com o apoio de pensadores euscaldunes transformadas em dogmas, e constrói uma arma política ao seu serviço e de acordo com a sua realidade.

Após três anos ETA rompe com o PNV, devido ao que apelidavam de excessiva passividade e se dedicam a estudar minuciosamente toda a obra de Arana além do nacionalismo histórico vasco contado em textos igualmente nacionalistas, fica decidido romper com toda a ligação a Espanha, e tudo o que a representa em Euskadi, inclusive fações nacionalistas que se apresentassem com alguma moderação. (Gurruchaga & San Sebastian, 2000)

Embora o grupo separatista se tenha desvinculado do Partido Nacionalista Vasco por discordância em relação à forma de entender o caminho para a independência da Nação, como veremos, vão-se amparando ao longo das décadas. Num princípio apenas em questões financeiras e logísticas, com o adiantar do tempo vão compatibilizando ideologias e ações. Com efeito, a pedra angular que vai fazer convergir partido e banda de terror no seu projeto de construção nacional, será a educação. E aqui falar de educação é aplicar o conceito ao euskera; aqueles órgãos vão chamar a si o pelouro da educação ao criar um sistema paralelo, ikastola, ao espanhol oficial destinado a impor um modelo educativo, ao par que remetiam a escola pública para segundo plano, quando não diabolizada. (Herrera & Durán, 2002:265)

Este sistema matura no final da década de 70 e com a lei espanhola das autonomias, que coloca o Partido Nacionalista no governo de Euskadi, vai se expandir por todo aquele território, exibindo um conjunto de ações, legalmente menos ortodoxas, mas que espelhavam na perfeição o modelo de imposição da língua com o apoio político dos nacionalistas políticos.

Uma das primeiras ações a de ocupar as escolas oficiais e colocar aulas de euskera a funcionar. Essas ikastolas, eram no início da década de 80, espalhadas pelas três províncias cerca de quatrocentas, contabilizadas aqui apenas as que resultaram de ocupações, desalojando literalmente as crianças que lecionavam a sua língua materna, o que era entendido como “genocídio cultural” patrocinado pelo governo vasco, num claro atropelo ao próprio Estatuto de Autonomia, que preconiza conforme publicado boletim oficial do Estado, o seguinte:

- 1- *El euskera, lengua propia del pueblo vasco, tendrá como el castellano, carácter de lengua oficial en Euskadi y todos sus habitantes tienen derecho a conocer y hablar ambas lenguas.*
- 2- *Las instituciones comunes de la Comunidad Autónoma, tenido en cuenta la diversidad sociolingüística del País Vasco, garantizaran el uso de ambas lenguas, regulando su carácter oficial y arbitrarán y las medidas Y medios necesarios para asegurar su conocimiento.*

3- *Nadie podrá ser discriminado por razón de la lengua*

Para dar seguimento ao estipulado foi posto em prática um plano de ensino com vista a proteger as comunidades onde menos se falasse uma das línguas de forma manter o equilíbrio; o que o governo basco vai fazer é tratar como indefeso o euskera promovendo também aí apenas esse idioma para seu leccionamento. Outro episódio sintomático do desprezo que os ideólogos separatistas nutriam pela língua espanhola foi protagonizado Federico Krutwig, que escreveu em seu livro Vascónia:

“...Leiazola (presidente do governo autónomo na altura) era colaborador gratuito del enemigo. Siendo la máxima representación de las esencias de los vascos, permite que sus hijos hablen la lengua del enemigo. En la Europa Central hubiera sido fusilado de rodillas y por la espalda.”

Continuando as más práticas, ativistas separatistas com o apoio do governo basco, ou PNV, toma de assalto edifícios públicos ocupando as instalações e inaugurando à sua maneira a “nova escola”. Oficialmente os apoios financeiros públicos começam a não chegar às escolas que teimavam em continuar a ensinar espanhol e em contrapartida são realocados nas Ikastolas, cujas irão sofrer todo o tipo de modernização. Sucodem-se as transferências de professores de acordo com filiação partidária e afinidades culturais, ou seja, abertzales. O euskera converte-se em língua oficial das instituições bascas, devido em larga escala ao recrutamento de funcionários, que são escolhidas sob o signo do idioma. Qualquer organismo público vasco que pretendesse recrutar colaboradores, fazia passar obrigatoriamente o anúncio pelo crivo censurador da ETA. O extremo acontece em 1990 quando trinta municípios publicam unicamente em euskera, e institucionalizam o **slogan** *viver en euskera*.⁹

Em meados da década de 1990 a sociedade algo saturada da imposição do euskera pressiona politicamente e sucedem-se as queixas contra as referidas escolas, com acusações de não ensinar espanhol, quando recebiam apoios financeiros para tal; todavia, a defesa estava bem preparada, pois a língua abertzale já adquirira estatuto mitológico e os seus defensores conseguiram a criação de um estereótipo sobre a sua utilização. Desta forma nunca veio de Ajuria Enea legitimação para com queixas apresentadas sobre imposição do euskera. O próprio parlamento Vasco prontificava-se ao insulto aos queixosos apelidando-os de fascistas ou franquistas.

O ímpeto nacionalista diferenciador para com a língua levou ao Euskal Herriko Toponimoen Izendeia a criar a cifra de 564.000 novas palavras em euskera, na tentativa, principalmente de acabar com nomes castelhanos. Desde nomes próprios de pessoas, lugares, rios ou lagos, qualquer destes tiveram direito a ser rebatizados. Ainda assim apenas 117.000 alterações foram autorizadas pelas entidades competentes.

⁹ O governo espanhol procede em sede de tribunal institucional contra os respetivos 30 presidentes (alcaldes) destes municípios (ayuntamientos)

Mas o sucesso do ensino forçado da língua não resultou naquilo os seus mentores mais desejariam. À semelhança do ocorrido com outros nacionalismos, também a língua, artefacto, não ganhou a partida ao oficial. O gaélico na Irlanda, o hebraico (moderno) e agora o Euskera, são exemplos de imposições falhadas. Se a massificação inicial já aqui falada, levou ao sucesso que foi a sua utilização em ambiente familiar e pessoal, ou mais informal, tal facto não conseguiu transportar a importância da sua utilização em ambientes empresariais ou jurídicos.

Se por alturas da assinatura do Pacto de Autonomia, o número de falantes da língua vascoense se situava em torno dos 12 pontos percentuais da população, a imposição da mesma fez crescer exponencialmente esse número, mas não lhe trouxe a importância necessária que permitisse concretizar o objetivo inicial de construção nacional. Tem servido para manter o reconhecimento e a coesão nacional em torno de uma ideologia propalada pelos elementos mais radicais, mas nunca conseguiu ser veículo de comunicação por excelência; de cariz rural com um léxico pouco culto, é utilizada apenas em 0.2 por cento em testamentos e outros documentos de carácter jurídico e em apenas 17 por cento das sessões no parlamento de Vitória são em euskera. Algumas razões técnicas são apontadas, como a difícil contextualização derivada do seu isolacionismo, a fonética e estrutura é difícil de aprender torna-a de complicada utilização face ao espanhol, ou francês.

3. A linguagem nas Relações Internacionais

3.1. Construtivismo: o papel da língua

Em nosso Estado orgânico altamente complexo, nós organismos avançados, respondemos o ambiente com a invenção de muitos análogos maravilhosos. Inventamos terra e céu, árvores, pedras e oceanos, deuses, música, artes, línguas, filosofia, engenharia, civilização e ciência. Chamamos esses análogos de realidade. E eles são realidade. (Robert Pirsig, Zen and the art of Maintenance)

Inserido no terceiro debate da Teoria das Relações Internacionais, entre racionalistas e construtivistas, precisamente pelo seu foco se situar, ao contrário dos primeiros que agem segundo uma escolha racional do resultado da relação custo benefício, na observância da ação dos agentes das relações internacionais, como sendo parte integrante de um relacionamento binário em que agentes se influenciam mutuamente, esta dissertação vai procurar os fundamentos construtivistas e tentar demonstrar como está presente no fenômeno em estudo, como foco de mudanças na construção social da identidade da comunidade estudada.

A teoria construtivista vai precisamente incidir a sua dúvida na realização dos Estados, ao compará-los de uma forma organicista, atendendo à questão sobre como são formados. Wendt contraria a versão tradicionalista que advoga um comportamento pré social das pessoas de um Estado, o que significaria que a vida social intraestado, não iria modificar o comportamento dessas pessoas nem tão pouco por acréscimo o próprio Estado. Para aquele defensor da teoria construtivista os Estados não são exógenos e é precisamente a convivência social que vai influenciar os agentes através de ideias e normas que para além da construção e modelação da realidade vai igualmente gerir as identidades e os interesses. (Bueno, 2006) (<http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548>)

Classificando o “seu” construtivismo como um tipo que de algum modo pudesse ser estruturalista, justifica-se por colocá-lo entre o conceito idealista e o estruturalista. Nesta última apoia-se na ação desenvolvida pelas estruturas sociais, em vez da ação individual defendida pelo idealismo. É neste sentido que o Construtivismo de Wendt parece apoiar-se na teorização sobre os nacionalismos, trazendo em simultâneo à liça o debate materialismo vs idealismo. O papel da língua nos nacionalismos encerra a relação entre o poder e o papel das ideias em sociedade, como estruturas da mesma, na forma em que esta baseia a parte material do sistema em que o poder atua, como se tem observado, uma das componentes imateriais do nacionalismo, a língua, foi utilizada pela agência do poder para moldar essa mesma sociedade, resultando numa identidade que foi construída a partir da influência das ideias:

“In some instances these structures place social kinds in relationships of conceptual necessity to other social kinds: masters are constituted by their relationship to slaves, professors by students, patrons by clientes”(Wendt, 1999:84)

Antes de se compreender o Construtivismo sob a natureza da realidade internacional, importa, pois, conhecer sobre a natureza da realidade distintivamente humana, na sua vertente de pressuposto antropológicos, de onde se extrai a ideia de *abertura ao mundo*, sustentando-se na relação do homem com o seu ambiente, distintiva dos outros indivíduos animais que habitam um mundo fechado com estruturas pré-determinadas biologicamente.¹⁰ Embora o homem possua inclinações, consegue configurá-las de acordo com uma variável de atividades. A abertura ao mundo, sendo parte indissociável da composição biológica do homem é concretizada e transformada pela ordem social. Esta ordem social, não é mais que *a realidade humana definindo as entidades relevantes, as suas identidades, os seus interesses e as consequentes normas que compõem a sua existência*, que conduz a uma realidade que é cultura sedimentada através de um processo que pode ser lento, de institucionalização, que pode ser mutável embora muito dificilmente o seja.(Coutinho, 2011:112)

A posição construtivista tem enfrentado alguma discordância no meio académico, facto a que Wendt contra-ataca ao referir que as diferenças epistemológicas se prendem em excesso com métodos positivistas. Com efeito Wendt afasta-se da linha mais empírica ao criticar esta por se afastar de realidades não observáveis, algo contestado pelo autor na medida em que advoga a existência do Estado, ainda que não observável. Desta forma o que Wendt faz embora não abdicando do idealismo, é coloca-lo como uma estrutura, pois esta origina-se a partir de ideias e conhecimento. Perante um conservadorismo cultural, a estrutura pode alterar-se a qualquer momento em face de contestação de agentes perante contradições das normas culturais. Contudo diverge de algumas posições estruturalistas de Waltz na medida em que este separa estrutura de agentes; o que Wendt vai fazer é dividir o sistema internacional em micro e macroestruturas, sendo a micro resultado do conhecimento mostrado pela sua interação intestina, alega Wendt, de razão, estratégias preferências ou crenças, crenças estas que não têm por que ser verdadeiras, basta que sejam tomadas como tal, chamando-as o autor de modelos mentais compartilhados.(Wendt, 1999:96)

Os nacionalismos encerram em si um processo de consciência nacional que não abdica de visitar a antiguidade; ainda que relativamente moderno este fenómeno, nenhuma ação separatista deixou de ir buscar a sua consciência nacional aos confins da sua história, o que até pode ser considerado normal dado tratar-se de tema que abarca o político, o social e o cultural. Ora a razão da luta pela independência do País Basco, como vimos noutra campo desta dissertação, joga-se nestes três apartados para conseguir almejar tal desiderato. Sendo uma região conhecida pelo seu vincado etnocentrismo que atravessou séculos, pela forma de se

¹⁰ Para Peter Berger e Thomas Luckmann “a configuração instintiva do homem pode ser escrita como subdesenvolvida, quando comparada com a de outros mamíferos”

administrar politicamente, através do seu processo de forais, a comparação com as federações romanas são inevitáveis, a sua autarcia, de muitas formas garantiu a manutenção dos aspetos vinculativos ao conceito de Nação.

O advento do nacionalismo fez emergir tais caracteres sociais e numa tentativa de diferenciação com o Estado opositor deitou mão ao seu mais diferenciador elemento, precisamente a língua; esta e a identidade estão umbilicalmente ligadas, ainda que a identidade seja mais que aquilo que a língua representa, vai servir-se desta para expressar a nossa identidade; é através da linguagem que a criança recebe o que herda e um processo regressivo igualmente vai transmitir, numa dinâmica de criação de identidade, através da língua. A linguagem expressa a identidade coletiva, através da comunicação no seio de um povo, que a cada geração vai contribuindo com a sua vivência, criando uma comunidade com costumes e tradições auxiliada pela sua comunidade linguística. (ed. Lore Pertusa, n.d.:12)

Na sua génese o construtivismo, antes de ser observado pela permeabilidade e utilidade do conceito, nas relações sociais, havia sido transportado como ferramenta útil para a construção da língua através da aprendizagem; precisamente por incluir que a aprendizagem faz parte de um processo em constante evolução, logo nunca concluído por meio da ação, a elite independentista basca parece decalcar o processo de ensino (e reimplantação) do euskara com o conceito referido. Através dum processo que pode ser apelidado de Construtivismo positivista, a sociedade basca foi impelida a conhecer numa primeira fase, e experimentar numa seguinte o uso da língua, considerada ferramenta para melhor alcançar o objetivo principal, soberania.

Alexander Wendt, filósofo alemão, vai revolucionar o conceito de construtivismo aplicado às ciências sociais, tarefa não isenta de reparos, por parte de realistas ou estruturalistas; Wendt não vai negar os conceitos sociais e políticos da vivência humana, sim vai acrescentar algo, o que confirma, com a transposição para as relações internacionais e mais tarde como que ratifica ao colar igualmente o construtivismo ao fim da guerra fria, com a acutilância que traz para este trabalho o facto daquele marco ser incontornável quando se observa a questão dos nacionalismos. Como referido anteriormente a génese da luta pela separação de Euskadi assentou numa primeira fase nas idiosincrasias do povo basco e mais tarde estremando a luta, desestrutura seus elementos para dar protagonismo ao idioma nativo, usando este como ferramenta suprema para conseguir a separação de um Estado e de uma língua, que no seu entender, oprimia.

Este sofreu avanços e recuos ao longo dos séculos virtude da aculturação com outras línguas consoante a maior ou menor resistência aos idiomas romances que desciam até à Ibéria. No que ao País Basco francês, Iparralde, diz respeito, a destruição da língua iniciou-se por decreto real de Francisco I, que através da lei Villers Cotterêts, impunha o francês como idioma oficial em todo o território. Assim de uma penada só, uma língua que pouco se falava para além das margens do Sena da Ilha de França, barra a maturação do latim e inicia o processo de destruição das línguas provinciais, arrastando o gascão e euskera no sul de França, as mais atingidas com

as invasões napoleónicas.(Gezuraga, 2017:para.4)(
<http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548>)

O Édito referido acima em conjunto da Academia Francesa vem construir uma cultura com base no francês moderno, reforçando o sentido que tem a palavra nacionalismo, tal como é hoje entendido; por contraponto esta medida política de visita de um Estado ao conceito de Estado-Nação, veio deixar a região basca espanhola órfã de apoio ao ver-se amputada de parte significativa de população de fala basca.(Soares, 2009:704)

A luta pela desejada soberania basca assentou desde o final do século XVII por começar a dominar as divididas comunidades locais, entre burguesia e proletariado, onde aqui a burguesia por questões económicas está até determinado ponto de mãos dadas com o Estado “opressor”. A língua dominante era o espanhol, imposto, por vários motivos, tarefa facilitada para o governo total e assumida pelos vascos por conveniência económica, incluídas elites que supostamente deveriam rebelar-se. Não estavam reunidas as condições para a construção do elemento político ideológico, com o qual se poderia afrontar a soberania imposta por Madrid, ou dito de outra forma, a língua vascuence, tão admirada pela sua dificuldade de pronúncia, tão impermeável a substratos de outros idiomas ao longo dos séculos, não ajudava à criação do elemento político-ideológico, tão necessário à criação da comunidade e aplicação de seu interesse.

A relação do euskera com o nacionalismo basco aparece de forma mais vincada após a guerra civil espanhola; algumas décadas antes as lutas dos intelectuais pelo ressurgimento da língua não a situavam num plano de emergência à Nação, mas sim de revigoração. Como veremos noutro campo desta dissertação, será nova luta pela independência basca que vai fazer esse trabalho. A questão do euskera tem merecido vários debates que se prendem com a função do próprio. Como vimos antes a sua presença em Jogos Florais ou a utilização por poetas bertsolaris fez com que o mesmo impedisse o seu retrocesso para níveis do fim das Guerras Carlistas, o que conseguiu, mas simultaneamente deu-lhe vida própria afastando-o da sua conotação separatista.

3.2. Etnicidade e língua

Até ao século XIII, altura em que se foi paulatinamente abandonando o latim, língua da cultura escrita, o que se falava nos territórios da vizinha Espanha, eram idiomas heterogéneos bastante diferenciados entre si. Surgiram após aquele marco, um conjunto de formas gráficas que tenderiam a unificar a língua falada e escrita, por aquele momento de forma ténue. Ainda que a esmagadora maioria da população fosse analfabeta, uma minoria começou a ter interesse na leitura, também pela necessidade decorrente da prestação de serviço às novas monarquias, ou da ampliação de relações comerciais, assistindo-se a uma nunca vista antes, difusão da língua escrita para níveis até aí inimagináveis.

A evolução tecnológica e o estreitamento de relações comerciais internacionais para além da difusão de acontecimentos lúdicos como o teatro levaram a que à cada vez maior necessidade de harmonização da língua apressando o estabelecimento de academias de língua, um pouco por toda a Europa. E se a francesa nasce no século XVII, a Real Academia Española vê a luz do dia apenas em 1713, em plena época onde o castelhano não era ensinado obrigatoriamente em todo o território, só a partir do século XIX as línguas vernáculas se impõem à sociedade como parte integrante da identidade nacional, apenas em 1812 por meio do artigo 366 da constituição das cortes de Cádiz, se prevê a criação de escola de ensino básico em todas as povoações e que nas mesmas seja ensinada uma língua e que essa seja o castelhano. (Reboredo, 2001:92-95)

A língua espanhola ainda que viesse a ganhar terreno desde a idade média, foi no decorrer do século XVIII e XIX que por imposição de decretos reais que passa a ser língua obrigatória não apenas nas escolas como também na redação de normas legais como se pode ver na Ley del Notariado de 1862 ou Ley de Registro Civil de 1870, relegando para a classe de simples dialetos as restantes línguas faladas. Em plena difusão da Nação como produto sociopolítico do Estado, este mantém uma língua e cultura homogénea. Para isso ser uma realidade o sistema educacional vai desempenhar um papel fundamental ao reforçar os usos oficiais da língua nacional, por conseguinte afirmar a identidade nacional. (Reboredo, 2001:92-95)

A língua nacional espanhola foi, pois, aqui para além de escolhida pelo Estado para ser a língua nacional, também adotada como língua materna para toda a comunidade; A língua nacional tem uma relação de causa e efeito dinâmico, nas consequências políticas, na medida em que produzia através do dinamismo cultural da sociedade um sentimento de comunidade e identidade nacional. Pelo poder que tem e usada como tal, vai exercer uma pressão no campo da simbologia ao incutir na sociedade os sentidos da Nação, com os quais esta pode ou não se identificar. (Gallestegi, 2004:28-30)

3.3. A realidade linguística europeia

Presente nos fundamentos europeus (leia-se comunidade Europeia), cuja realização se completa na integração plena e reconhecida, dos seus cidadãos, a integração europeia desde sempre contou com a relevância da aprendizagem das línguas, dando a este apartado título de fundamento para a construção europeia; a crescer há que a evolução transnacional da sociedade civil requer um planeamento inclusive mundial de enquadramento das realidades linguísticas. O debate atualmente faz-se à escala mundial acompanha a governança global e o desenvolvimento da sociedade civil é parte desse debate, não podendo por isso ser excluído por questões de idioma; contudo a modernização a todos os níveis da dita sociedade civil, desde questões económicas, técnicas ou culturais, em resumo nos domínios culturais, faz-se em inglês, escolhido como língua franca para tal, ainda que no caso concreto da União Europeia,

sempre foi à linguagem atribuído um valor simbólico à língua, por cima da sua importância como “mera” ferramenta de comunicação. (Castiñeira, n.d.:8-9)

Precisamente no foco de cariz mais subjetivo da dualidade entre uso e simbolismo da língua, ou entre comunicação e valores reconhecidos, que a teoria construtivista se vai situar, desenvolvendo reações diferentes às implantadas, racionalistas, ao trazer a joga a necessidade da função simbólica da linguagem, como fator capaz de determinar uma política ou um comportamento linguístico, no âmbito das Relações Internacionais. Pierre Bourdieu elenca a língua com a difusão de ideias ou correntes dominantes, o que pode ser observado na forma como o russo se serviu do seu simbolismo para melhor transmitir a mensagem ideológica soviética a fim de manter a coesão entre as respetivas províncias, à medida que diminuía o valor simbólico das línguas indígenas daquelas regiões, apesar de maior número populacional não falar o russo, mas era já este o idioma que encerrava em si o valor simbólico pretendido para a função do poder.

A ratificação do poder simbólico da língua pode ser encontrada também aqui, aquando dos sinais de colapso soviético a língua das referidas nações jogou um papel importante na reconstrução dessas nações e que levaram à independência das mesmas, pois transmissão de valores culturais e linguísticos promove interesse e pode fazer tombar a balança para o lado desejado na cena internacional, criando poder (suave). A situação pode ser verificada igualmente no caso americano e seu *imperialismo cultural*; de alguma forma imposto ativamente ou como suporte, pela língua inglesa, que colhido em várias regiões europeias, provocou movimentos de relutante aceitação. Esta realidade, já criou uma estrutura, o que contradiz o valor simbólico que se defende para a língua, na medida em que esta mais que transmitiu os seus valores, veio chocar com as realidades europeias que igualmente colocam a língua como motor de integração política; se a língua atravessar fronteiras em representação de uma hegemonia, afigurando-se ela igualmente como tal, pode ter um efeito perverso, com resultados nefastos em qualquer processo de integração. (Castiñeira, n.d.:8-9)

3.4. O Euskera é abertzale?

Consegue-se entender que as línguas se tornaram em ações de engenharia social; o idioma em questão para além da sua utilização efetiva, mereceu igualmente uma utilização simbólica. Exemplos de indigenização para torna-lo mais nacional, através de invenção de novos vocabulários há de sobra por toda Europa, salientando-se o trabalho dos governos franceses com vista a eliminar o *franglais*. Justifica-se o sentimento colocado na tarefa, contudo o espírito da escrita, fala e da literatura, não saem a ganhar. (Hobsbawm, 1998:106)

Mais a sul a ação de reinvenção do euskera com vista a ganhar adeptos para a causa revolucionária também aconteceu, e não ficou isenta de crítica, precisamente de eruditos bascos que perguntam se a língua tem nacionalidade. Alterações de toponímia, de nomes

próprios, assim como de grande parte do vocabulário, com substituições de letras com vista a alterar a fonética e assim distanciar-se de outras línguas, aconteceram. Endrike Knorr, filólogo catalão, mas com percurso académico no País Vasco onde integrou a Real Academia de la Lengua Vasca, especialista em questões de toponímia e de onomástica, adverte:

Ahora bien, según la cantinela, se hace política, y política nacionalista (o separatista), con la lengua vasca.(Endrike, 2013)(<https://casadenuestropadre.wordpress.com/2013/04/23/es-el-euskera-abertzale/>)

Este autor evidencia o contributo de nomes como Arturo Campión, Toríbio Etxebarrieta, entre outros intelectuais, todos vascos, amantes e contribuintes para a elevação da língua. Da mesma forma o estudo que tem vindo a ser desenvolvido sobre a história e cultura vascas, não têm por que ser rotuladas de separatistas; antes devem ser consideradas desinteressadas de interesse identitário nacional e deve ser enaltecido o que merece Euskal Herria por si só.

O mesmo autor ressalva: as línguas não são delinquentes, e a Real Academia de la Lengua Vasca, aporta:

“La lengua vasca es patrimonio de todos los vascos, cualesquiera fueran sus credos e ideologías, sus lugares de nacimiento o residencia u otras circunstancias”.

Sem dúvida que o euskera deve muito da sua importância que hoje tem e do aumento do seu número de falantes aos processos políticos, sendo que neste caso a fatia de protagonismo deve ser dada aos partidos nacionalistas e não só, num exemplo paradigmático da microestrutura que interage. Contudo a atividade foi levada ao extremo de ofender os amantes da língua ao feri-la com exemplos vistos acima de alterações de vocábulos:

¿A qué viene querer rebautizar nuestro País, que se ha llamado y se llama Euskal Herria, obligándonos al uso exclusivo de Euskadi (y hasta Euskadi, con z)?(Endrike, 2013)(<https://casadenuestropadre.wordpress.com/2013/04/23/es-el-euskera-abertzale/>)

Este ponto de vista defensor da língua, mas afastando-a de consciências nacionalistas de interesse separatista, embora tenha sido publicado numa fase em que o ensino do euskera era pelouro do nacionalismo extremo (Herri Batasuna representando a ETA), não conseguiu mais que algumas reações avulsas de intelectuais. Como se verá abaixo, a ação separatista incluída a violenta principalmente, e com o beneplácito do PNV, usou sempre o euskera como arma de arremesso e algo a defender, nunca se coibindo de molestar quem pensasse diferente em relação algo que lhe era igualmente caro.

3.5. A revolução em nome do euskera?

Um ano antes da sua morte Sabino Arana, faz ato de contrição sobre toda a sua doutrina antiespanhola, ordenando ao seu irmão que suprimisse o Partido Nacionalista Vasco,

argumentando que a felicidade basca só seria encontrada dentro de Espanha; o culminar da revolta no pensamento foi a criação da Liga de Vascos Espanholistas, uma espécie de partido substituto do PNV, mas de cariz bem mais moderado. Este volte face não convenceu os políticos seus anteriores seguidores, atendendo principalmente aos interesses em jogo. A florescente burguesia que dominava a atividade extração e exportação de minério de Vizcaya para Inglaterra e realizava-se politicamente no seio do partido nacionalista. As suas aspirações não passavam pois pela submissão à legalidade espanhola, e a obtenção da independência do território era algo que lhes seria no futuro francamente vantajoso. (Sainz, 2006:10)

A revolução separatista basca nunca foi uniforme com respeito aos seus desígnios. As suas particularidades sociais unanimemente reconhecidas passaram sempre por um sentimento de pertença a uma comunidade. Mito ou realidade, os vascos eram considerados um povo nunca vergado, com uma capacidade exemplar de se autogovernar. A perda dos forais às mãos dos liberais isabelinos, veio fragilizar uma região e testar a capacidade de seu povo de se unir em torno de um objetivo comum, se é que o havia.

O primeiro sinal de alarme por cima da perda do seu instrumento de autogoverno, deu-se com a revolução industrial bilbaína; a chegada em massa de “maketos” cuja língua era o castelhano e o galego, veio colorir um padrão linguístico que se queria uniforme. O extremo acontecia com a requisição para lugares de destaque da sociedade basca de pessoal de *habla castellana*. O protagonismo social e económico atingido por um novo enriquecimento da burguesia vasca, alienava esta do sentimento que supostamente deveria nutrir por uma comunidade com um conjunto de predicados que deveria conferir. Os interesses materiais ganharam a partida, ou seja, os valores sentimentais, perderam para o pragmatismo económico que não conhece fronteiras.

A situação económica política e social, constituía o caldo de cultura ideal para a implantação da doutrina de Sabino Arana: raça, língua, governo e leis, carácter e costumes, e personalidade histórica, por esta ordem configuravam a doutrina sobre o seu nacionalismo de carácter herderiano, fundamentado na tradição religião e raça. (González, 2011:146-147)

Deus pátria e leis velhas; era a frase que proferida até à exaustão pelo recém bacharel de 16 anos. Os apoios de algumas famílias desafogadas e ligadas ainda ao carlismo, embora Arana tivesse descoberto que ele já não o era, facultaram-lhe a entrada na política, tido como um eloquente comunicador e capaz de ressuscitar as glórias vascas perdidas. Todavia, ao contrário do esperado dadas as circunstâncias sociais a que aludi acima, Sabino Arana não vai focar a sua ideologia no combate à perda de influência do euskera; vai sim, na prática e contradizendo-se, radicalizar o seu discurso optando por um critério racial, visto acima, em que faz a apologia da superioridade do Homem basco em detrimento do espanhol, principio ativo que transporta para todos elementos. Se por um lado a estratégia espevita separatistas adormecidos numa lógica de oposição, por outro, dado os interesses instalados, a tarefa mostrou-se hercúlea, e o grande recrutamento inicial de apoiantes foi-se esvaindo na justa medida do efeito novidade. (“Sabino

Arana y el racial-nacionalismo vasco,” n.d.)(<http://05racismo.blogspot.com/2009/04/143-sabino-arana-y-el-racial.html>)

O ímpeto trazido pela nova força nacionalista acabou por criar um paradoxo com consequências na vida da região no primeiro quartel do século XX. Se é verdade que despertou consciências, a polarização partidária moderou-se em demasiado, não conseguindo lutar contra a secularização da sociedade basca, impulsionada pela emigração, assim a achava Arana, tornando-se presa fácil da ditadura espanhola, primeiro de Primo de Rivera e depois de Franco, dissolvem os partidos independentistas e seus líderes são obrigados a exilar-se, o euskera é proibido. O Partido Nacionalista Vasco tenta sem sucesso congregar apenas ele a luta pela manutenção do espírito nacionalista, atendendo às excisões forçadas dos partidos, mas a sua moderação excessiva, no entender dos mais radicais, não permite apoios e não consegue controlar esses grupos nacionalistas. Naquela data os fatores identificativos e diferenciais dos bascos para com os espanhóis, eram aquilo que Madrid queria que fossem.(Pereira, 2000:55)

4. Estudo de Caso: Euskera

4.1. Protonacionalismo basco

Do lado basco parece haver igual identificação comum com valores constituintes de uma Nação, contudo as origens da população que ocupa hoje a região da Comunidade Autónoma do País Vasco, permanecem ainda hoje uma dúvida absoluta. A própria génese do nome não gera acordo, dado que se refere em vários documentos como uma designação pré-céltica, derivada da palavra “Vascunes, o povo das alturas” ou “das montanhas”

Das três províncias que fazem parte da Região, desconhece-se se formalmente e mesmo recuando ao Séc. XI, alguma vez formaram uma unidade independente. Álava foi unida por Sancho III ao Reino Pamplonês em 1024, denominação que na época incluía também a região que é hoje a Vizcaya. Já Guipuzcoa em 1025 teria sido doada a Sancho III por Garcia Acenariz, senhor de Aragão, e súbdito daquele monarca. Embora estes factos sejam utilizados atualmente pelos círculos integracionistas de Madrid para justificar a manutenção da pertença daquela região a Espanha, parece indubitável o sentimento de pertença e características culturais e geo-sociais de um povo, a algo que já vem de séculos anteriores inclusive, e que ninguém parece disposto a contrapor. Alguns chamam-lhes os Índios da Europa, outros Vascunes, e à luta, a Intifada dos Pirenéus. Como pode um conceito cada vez mais longe da experiência vivida por qualquer ser humano, o de Patriotismo Nacional, ser uma tão grande e poderosa arma política? Apelar a que a experimentação verificada pela cidadania reconhecida entre si como membros de coletividades comuns, vejam outros como estrangeiros, no limite estrangeiros dentro do próprio país, parece não ser a opção mais a ter em conta. (Pereira, 2000:29-31)

A Espanha depara-se com o facto de a Nação ou proto Nação em causa, que pretende criar um Estado, diferir em dimensão e natureza daquelas com que a população espanhola se vem identificando ao longo dos anos e às quais coloca novas exigências. É uma “comunidade imaginada” por Benedict Anderson, que tende a preencher um vazio emocional criado pela retirada de redes humanas reais, pela inexequibilidade da sua comunidade e que se questiona porque as pessoas, perante aquela perda de comunidade, tendem a reconstruir a sua identificação. Esta pergunta pode ter várias respostas. Em várias partes do mundo, há movimentos nacionais que mobilizam variantes sentimentos de pertença coletiva, que existiam anteriormente e que conseguem articular harmoniosamente com Nações ou Estados modernos à escala macropolítica. Estamos na presença de protonacionalismos.

São dois os tipos de protonacionalismos que falamos aqui, ainda que o primeiro seja apenas como acessório, por ter um carácter inócuo para o espírito do que se pretende com este trabalho. Primeiramente são, pois, os laços supralocais de identificação popular, fora da

circunscrição onde é feita a vivência das pessoas. São de cariz religioso e podem unir em torno de um milagre de Nossa Senhora de Fátima, ou de Lurdes, crentes dos mais díspares lugares do mundo. Pertinente para nós, o segundo tipo de protonacionalismos. Estes englobam vocabulário político e uma ligação mais direta ao Estado ou a instituições que conseguem uma extensão e generalização e popularização desses laços, possuindo estes, aspetos que se identificam com a *Nação* moderna, o mesmo não acontecendo com o nacionalismo moderno, sua extensão linear, dado que lhes falta a relação necessária com a unidade de organização política territorial, critério *sine qua non* para o que hoje se entende como Nação. (Reboredo, 2001:51-55)

Todo o processo de independência da comunidade autonómica do País Vasco do Estado em relação a Espanha está repleto de atividades que visam a aplicação e exacerbação de protonacionalismos. Reconhecidamente uma região com costumes muito próprios mantidos desde tempos ancestrais dos quais a língua é o seu maior expoente, embora a sua toponímia, nomes próprios e apelidos de seus habitantes não deixem ninguém indiferente. Os desportos tradicionais visam enaltecer as características físicas de seus praticantes, apelando a uma demonstração de força, própria de quem teve uma vida dura feita de sacrifício disputada nas condições mais agrestes que “só” as montanhas e o clima daquela região propiciam. A luta *abertzale* vai beber aos protonacionalismos bascos muita da sua razão de existir, para além pois de motivos políticos inerentes à própria história da Espanha e da região do País Basco. (Pereira, 2000:31-33)

O eusquera ou vascuence é uma língua pré indo-europeia de origem pré-histórica, não se conhecendo relação com qualquer língua conhecida. Recebeu o nome de euskara com variantes coloquiais euskera ou euskuera, sendo adotado no País Basco e pela língua espanhola o euskera. A língua é falada em ambos os lados dos Pirenéus nas regiões bascas, francesa e espanhola, de Álava, Baixa Navarra, Guipuzcoa, Labort, Navarra e Vizcaya, como principais centros da sua fala por número de falantes. Nas zonas limítrofes do País Basco francês é falada nas povoações que lindam com as referidas acima. Na diáspora, estima-se que seja falada por cerca de cem mil pessoas, por ação das Euskal Etxea (casas bascas) espalhadas por todo o mundo; no total cerca de um milhão de pessoas falam o euskera.

Segundo alguns estudiosos do fenómeno linguístico, fez parte de um grupo euroasiático anterior à difusão das línguas indo europeias na europa entre os milénios V a III a. C. esta versão não está oficializada, contudo outra abordagem define o euskera como uma língua isolada, sem qualquer relação com outra, falada desde tempos pré-históricos em ambos lados da montanha pirenaica, reforçando sempre que a fixação do euskera em terras vascas aconteceu muito antes da chegada da língua ibérica à península com o mesmo nome. Atualmente rodeada de línguas neolatinas, foi no século I d.C. que os vascos e a sua língua se estenderam para fora da sua região desde o Cantábrico ao Mediterrâneo, a posterior romanização fez com que o legado

basco deixado nessas zonas sofresse uma erosão, por motivo da assimilação cultural romana na região, principalmente do este pirenaico. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.)

As origens da língua basca, têm provocado basta curiosidade junto dos estudiosos do tema tendo várias teorias visto a luz do dia, sem que se consiga chegar a um consenso. As conclusões que viram a luz apresentam estudos arqueogenéticos que tentam mostrar que as colonizações que partiram de territórios que são hoje as atuais França e Espanha, civilização Franco Cantábrica (?) depois do último Glaciar (20.000 anos) eram compostas por indivíduos cujo ADN mitocondrial reúne similitudes com o do povo basco. Theo Vennemann, (Citado em Kondaira) catedrático de Língua Teórica e Germanística, baralha a hipótese de o vasco ter espalhado substrato linguístico, provocado pela expansão proto vasca, desde a zona dos Pirenéus, até ao norte da europa e que pode ser observada nos nomes de rios, lagos ou montanhas, cujos nomes têm origens vascas.

Por seu turno Joseba Andoni Lakarra, (citado em Kondaira.net) refuta esta ideia, dado que a comparação usada pelo professor alemão tem em conta a fonética atual, não acautelando as diferenças para a época ancestral em estudo. As invasões indo europeias que ao descer até ao sul da europa, destruíram as línguas invadidas, exceção feita ao vasco; os filólogos advogam que o proto celta tem reminiscências vascas, como o comprova a utilização, das únicas línguas que fazem uso do sistema de numeração vigesimal basco. De uma forma mais ténue defende-se um parentesco entre o euskera e algumas línguas caucasianas, como o georgiano, ou o arménio. Neste último caso são apontadas semelhanças léxicas e gramaticais e foi desenvolvido o relato que vascos e arménios têm uma trajetória histórica similar, dado tratarem-se de povos pré-histórico com línguas isoladas geograficamente e que em determinada altura assistiram a fluxos migratórios nos dois sentidos entre o Cáucaso e os Pirenéus. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.)(<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

Outros filólogos apontam as raízes da língua basca para a relação que houve com povos pré indo europeus de origem africana, que terão entrado em Espanha ou Sul de França via Mediterrâneo. Algum vocabulário pode ser de origem africana, fruto das relações comerciais com povos costeiros e que por isso pode ser hoje ainda escutado na região da Vascónia. Embora tudo o que foi referido acima, e que com certeza haverá outras teorias que tendem fazer luz sobre a origem da esquisita língua vasca, não há um consenso sobre a sua origem, isso sim muitas incertezas ou por outra parte haverá um pouco de cada teoria na sua base, para tanto todas as hipóteses alvitradas encontram fundamento nas similitudes fonéticas das línguas que possam ter-se cruzado com o basco, embora no campo da semântica nada tenham de parecido. Onde parece haver menos incertezas será na classificação do euskera como língua isolada, atendendo à sua definição que língua isolada, natural sem parentesco conhecido, com outra viva ou morta. Para além do Euskera, o Ainu, japonês, ou Sumério, são outros exemplos de línguas isoladas.

Linguistas como Joseba Andoni Lakarra e Larry Trask, baseando-se nos resultados da investigação de Koldo Mitxelena sobre o Protoeuskera, experimentado entre o ano zero e quinhentos a.C., o qual desembocaria no euskera arcaico e no aquitano, não advogam pelas teorias conhecidas sobre a origem da atual língua falada pelo povo vasco. Simplificam o conceito adjetivando a língua como isolada, que apenas terá feito parte de um grupo de línguas anteriores à expansão indo-europeia, e que ao contrário das outras línguas, não terá desaparecido. Reforça a sua teoria afirmando que qualquer dessas línguas desaparecidas, não terão deixado qualquer substrato linguístico ainda que parecido ao basco, fora do País Vasco ou sul de França. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.)(<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

4.2. Perda de importância?

Vários aspetos são referidos como razão para o euskera ter perdido ao longo dos anos a sua importância como língua principal do seu povo, ou se quisermos estabelecer uma relação com a pretendida autonomia, nunca conseguiu ser um suporte a tão almejado desiderato. Dos temas mais nocivos para o euskera, prende-se precisamente, a razão da sociedade basca nunca ter tido uma autoridade política que tivesse pugnado pela união e por isso sentisse necessidade de espalhar a quatro ventos a língua. Apenas duas regiões possuíam unidade política, Ducado de Vascónia e o reino da Pamplona Nágera e em épocas medievais, resultando na não utilização da língua vasca na elaboração de documentos oficiais. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.)(<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

Outro motivo para a perda de influência gradual que o Euskera sofreu foi o desmembramento do Ducado de Vascónia e a Divisão do reino de Pamplona-Nágera, após a morte de seu monarca, que passou a fazer parte de Castilla y Aragón, que não usaram o euskera como veículo de comunicação com regiões vizinhas. Em resumo, as regiões vascófonas que entre os séculos XIV e XV eram governadas por legislação estrangeira, foram perdendo gradualmente a sua língua materna até assistir-se à sua extinção total. A exceção foram os sete territórios que possuíam foral basco, precisamente as que compõem hoje a Euskal Herria. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.)(<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

Ainda tendo em conta o auxílio que os forais deram à manutenção euskera, tal ajuda revelou-se insuficiente para fazer face à aglutinação provocada pelas invasões francófonas a norte, no País Basco Continental, vulgo francês, foi o gascão quem mais sofreu, enquanto que a sul pela proximidade com Castela, a língua espanhola foi ganhando a melhor à língua euscalduna. Outro fator que ajuda a perceber a perda de influência da língua em questão foi a emigração; nos séculos XVIII e XIX a população vasca euscalduna, a mais pobre da sociedade, viu-se forçada a sair do país, espalhando nomes e apelidos e outras pontas de lança culturais, mas contribuindo para sua diminuição na terra natal. Por outro lado, os linguistas afetam também a decrescente

influência do euskera, ao facto de que os eruditos espanhóis e franceses sempre consideraram o euskera uma língua tosca e bárbara incapaz de cultivo, menosprezando-a o que fez com que a nova sociedade basca culta ou a trabalhadora, se visse obrigada a refugiar-se no espanhol para se evidenciar ou até para melhor conseguir ou ter sucesso no trabalho. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.) (<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

4.3. Ressurgir do Euskera

A partir de meados da década de cinquenta do Séc. XIX, chamados pelo fulgor da indústria vasca, grandes correntes migratórias de povos não falantes do euskera, vindos de todas as partes de Espanha, acudiram aquela região na procura de trabalho e provocando uma alteração no tecido sociolinguístico. O castelhano era por aquela data uma língua burguesa ou falada apenas por classes cultas e instruídas; com as migrações universaliza-se e os migrantes que acudiam principalmente aos portos de Bilbao à procura de trabalho eram humildes e fluentes da língua espanhola. Por oposição, ou competição natural, o castelhano foi perdendo fulgor, devida em muito à sua generalização, e à regressão económica (mais adiante veremos que houve igualmente uma inversão dos papéis) e o euskera, antes ostracizado, começa a dotar-se de prestígio na sociedade basca, e adota uma importância quase desmedida no nacionalismo basco, tornando-se um pilar na instrumentalização da ideologia nacionalista, considerado parte integrante da identidade vasca, que numa relação de reciprocidade encetou a tarefa de recuperar a língua.

Em pleno século XX após o franquismo, e em fase de democratização na vizinha Espanha, o Euskera que havia sido reforçado com o desenvolvimento e uniformização à volta de dialetos locais como o guipuscoano ou o navarro-labortano, que o baseavam, vai tornar-se, pela primeira vez na sua história, a língua oficial quer em Euskadi quer no norte da Navarra, não se estendendo como pretendido ao País Vasco francês (Iparralde). Mesmo contando com a conquista da oficialização da língua, a importância da mesma como meio de comunicação usado para fins comerciais ou exportação cultural, ou tão só como número absoluto de falantes, era de importância reduzida. Perante tal situação, o governo regional basco inicia um processo de alfabetização em massa da população, que passa como principal ação, pela abertura de Ikastolas, controversas por não respeitarem o normativo oficial emanado de Madrid, antes sim eram um projeto aranista do século XIX, onde se começa a lecionar o euskera a crianças, dando origem às primeiras gerações de bascos que falam e escrevem o euskera, como fruto de uma ideologia nacionalista.

Simplemente pode-se afirmar que a recuperação do Euskera, como língua menor, a julgar pelo seu isolacionismo, não pelo número de praticantes, encetou vários processos de recuperação, como resposta a ameaças sofridas. Vários episódios o demonstram; num futuro relativamente

moderno, as chegadas de trabalhadores vindos de toda a parte de Espanha, proibições franquistas liminares, são os pontos mais elucidantes das ameaças sofridas. Por encerrar em si parte da estrutura nacionalista, foi por isso vetado nas ditaduras espanholas. Apenas na constituição das autonomias espanholas de 1979 se dá a este idioma estatuto oficial pela mão do governo de Madrid. (“LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA,” n.d.) (<http://kondaira.net/esp/Euskara0001.html>)

4.3.1. Recuperar uma língua minoritária

A linguagem é nosso meio natural de comunicação e principal meio de expressão. Cada um de nós primeiro se comunica usando a linguagem que adquirimos em casa desde a infância. Através dessa linguagem, chegamos a compreender o mundo à nossa volta; conseqüentemente, torna-se um componente importante de nossa identidade psicológica. Cada uma das milhares de línguas faladas em todo o mundo é um compêndio de conhecimento transmitido de geração em geração sobre a melhor maneira de viver no seu habitat. Hoje, a dominação de um punhado de línguas principais ameaça trazer aniquilar a existência de muitas de muitas outras línguas. Devido a isso, um número incontável de visões alternativas do mundo e de diversos corpos de conhecimento herdado estão em risco de serem perdidos para sempre.(ed. Lore Pertusa, n.d.:11)

4.3.2 Anos da transição

O euskera encerrando em si todas os romanticismos nacionalistas que revestem esse conceito que este lhe devolve, foi observado ao longo do tempo, mormente a partir de 1876, de maneiras diferentes mesmo entre nacionalistas, inclusive os mais radicais. O primeiro sinal de alerta é dado pelos filólogos bascos que lhe dedicam um olhar atento, mas especialmente ao seu valor cultural como algo a preservar, longe, como já aqui foi referido, de fazer com que o mesmo fosse tábua de salvação de uma autonomia perdida. A institucionalização da luta pelos direitos bascos perdidos, como a língua, forais, leis, etc., veiculada pelos partidos políticos contemporâneos, dos quais o único que chegou ao nosso tempo vigoroso, foi o PNV, com o virar de página do século, mercê da ânsia de protagonismo das suas cúpulas, adormeceram o ímpeto separatista e moderam-se para sobreviver e não foram a correia de transmissão que o euskera necessitava. Em 1959 jovens intelectuais da altura encetam eles a revolta social com intuito separatista e rebuscam a língua vasconça agora sim como arma de arremesso para também em nome desta, novamente ponta de lança cultural nacional, conseguirem a autonomia da região.

Por alturas da morte do general Franco em 1975 os meios de comunicação em euskera ou o euskera, até então ostracizados, pouco se haviam mostrado; o jornalismo existente era militantemente euscalduno, publicava pouco a partir do exílio forçado em que se encontrava, e alguma tolerância que havia para publicações na língua vasca encontrava-se na pouca

expressão de revistas literárias e culturais. Do lado francês o panorama igualmente não ajudava, e a posição maioritariamente euscalduna, dividiu-se após apoio de fações à Alemanha Nazi, e o aparecimento madrugador da televisão francesa na região igualmente não ajudou à manutenção e crescimento da língua, à semelhança do que já havia acontecido na região em 1789 com a imposição do modelo educativo mono linguístico estatal. O tecido social por aquela altura economicamente mais desfavorecido que os vizinhos bascos do Sul, não reunia condições para furar a imposição administrativa e dar o seu quinhão de apoio ao processo de normalização linguística. Antes de ser consagrada perante o direito espanhol em sede de autonomia, foi apenas nos últimos anos da ditadura fascista de Franco e pela mão da ETA, da forma que vimos noutra parte da dissertação, que o euskera começou a ganhar um lugar no ensino na País Basco, na comunicação e por conseguinte na vida em sociedade. (Noci, 1998:443)

O período que se corresponde entre 1959 e 1975, observa uma eclosão da língua e culturas bascas, mercê de algum afrouxar da repressão ditatorial e de influências eclesiásticas; era precisamente nos meios religiosos que se verificava maior liberdade de expressão em euskera, atendendo à influência que a Igreja basca, que ainda que se imiscuindo na área política, aproveitava para dar voz à contestação social ao regime franquista. Na etapa final do franquismo o nacionalismo basco era diferente do experimentado até então e protagonizado pelo grupo radical, que assume por inteiro a revolução separatista e por contar nas suas fileiras com ideólogos linguísticos, o euskera volta a estar como principal representante da essência basca, assumindo o nacionalismo para a banda um caráter essencialista, ao contrário do PNV para quem o nacionalismo sempre havia sido tomado pela veia voluntarista. Até à chegada da democracia as diferenças entre banda e partido são enormes atendendo à visão europeísta, integradora, do partido para quem Euskadi era a Nação Vasca comunidade natural histórica, que se manifestava na língua, nos costumes, na cultura e no seu modo de ser.

Com as questões de supremacia racial ainda abertas pelo efeito da segunda Guerra e do holocausto nazi, o PNV abandona assim a que tinha sido raiz ideológica da Nação basca, a supremacia racial, não constando qualquer referência a este conceito no seu programa de 1977. O partido era agora aglutinador onde a essência do basco não se pautava pela raça ou sangue, mas sim pela vontade de ser basco; as constantes do ser vasco mantinham-se, mas a identidade cultural completava-se agora, também com os emigrantes que continuavam a chegar à região, na sua segunda revolução industrial com quem se contava para realizar a impregnação cultural, ao menos através do conhecimento da língua vasca, dado que praticá-la se adivinhava tarefa mais complicada atendendo às suas reconhecidas dificuldades e aos meios de que dispunham para ensinar. (de Pablo, 2016:3)

A partir de 1975 o Euskera já se sente oficial, ainda que não constitucionalmente, em face da sua não oposição; em plena fase de transição democrática o nacionalismo basco, agora dividido entre o Partido Nacionalista Vasco e as forças revolucionárias de esquerda radicais vinculadas

à ETA; em face da não oposição cultural, as bases anteriormente estabelecidas guindavam agora o euskera para patamares há muito desejados. Com a assinatura em 1979 em que se aprovou o Pacto de Autonomia do País Vasco e a comunidade Autónoma conta desde 1980 ininterruptamente até 2009 com um governo liderado pelo PNV.

Com a promulgação da constituição espanhola de 1978, que no seu artigo 3º prevê a possibilidade de coabitação de duas línguas oficiais nas diversas comunidades autonómicas, no caso de Euskadi, as várias publicações a difundir a língua vasca e muitas delas de carácter religioso passam a adotar um cariz secular; em simultâneo ganham simpatia pela causa abertzale de esquerda, ganham um cariz generalista copiando modelos de sucesso internacionais e também a considerada mais popular revista basca da altura, Câmbio 16. Outras publicações espalhadas pelos maiores centros urbanos vêm uma janela de oportunidade; pronunciadamente independentistas afastam-se do modelo espanhol, e embora a carência efetiva de jornalistas que consigam escrever em euskera, iniciam-se na aventura de escrever em basco e para bascos. (Noci, 1998:3)

Algumas redações decidem iniciar um processo de transição, principalmente as de cariz religioso, que ainda que as suas redações fossem em mais de dois terços vascas, as publicações eram feitas de forma bilingue. Zeruko Argia, Ainatasuna, Zehatz ou Zaval eram as principais revistas de pensamento político religioso de esquerda que escreviam nas duas línguas; a conclusão que se extrai no fim da década de setenta é que as principais publicações, que mais difundem em euskera, centram o seu editorial numa filosofia esquerda político religiosa e abertzale. Embora o escrito, pouco eram os jornais ou revistas que escreviam apenas em euskera, o que denotava algum receio e impreparação, sendo necessário o inevitável empurrão político. Tanto assim é que com o passar dos dias se vai baralhando a possibilidade da inauguração de meios oficiais de comunicação. O tiro de partida para essa meta é dado pelo Partido Nacionalista Vasco, há mais de 20 anos hegemónico na representação da sociedade basca, ainda não no poder, decide elevar a fasquia e ambiciona a detenção de rádio e televisão. Embora a ambição fosse alta para a realidade de transitoriedade de prisão para liberdade linguística na região, era algo que se via um pouco por toda a Europa, o monopólio estatal de radio e televisão. (de Pablo, 2016:4-6)

Ao contrário da televisão, a rádio ainda que de forma intermitente, sempre foi gozando dos ligeiros alívios de tolerância que a censura desconfiada franquista ia permitindo, e assim o euskera nunca esteve totalmente em silêncio; Radio Popular de Bilbao ou Radio Popular de Pamplona, ambas em 1959 assim como outras rádios de menor expressão espalhadas pelo território vasco e claro, ligadas à Igreja, assumiam a responsabilidade de manter o euskera no ar. No caso das rádios há a registar o facto de o euskera ter uma presença exígua, mas presença, na Rádio San Sebastian, e na Voz de Guipúscoa, rádios satélites da Cadena COPE (Conferencia Episcopal)(Noci, 1998:445)

4.3.3 O retrocesso de 1980

Em plena democracia e assinado estatuto autonómico a imprensa do euskera entra em declínio. As revistas bilingues no pleno gozo da faculdade de mostrar apenas o euskera vêm partir colaboradores e diretores para abraçar novos projetos mono linguísticos; é criada uma cooperativa editorial a partir das maiores publicações à época e vêm a luz quatro revistas de uma só assentada com base apenas na língua de Euskadi; estas revistas vão todas redundar em projetos falhados atendendo à falta de subscritores para as respetivas publicações. Grande motivo social de leitura era reivindicação de democracia e o espaço de debate era feito em euskera e alimentado pelas revistas abertzales; perdido este espaço de reivindicação as atenções populares viram-se para a crise política espanhola e a informação escrita em basco não acompanha os acontecimentos não se moldando, mantêm-se imóvel na informação sobre a sociedade basca, então algo desinteressante o que leva a população a procurar informação nos meios tradicionais em castelhano. (Noci, 1998:446)

De uma assentada só a os veículos de transmissão do euskera, mergulham numa crise económica e perdem leitores para a sua causa; as linhas editoriais da imprensa euscalduna não se alteram, pelo contrário vão-se radicalizando adotando políticas de esquerda socialista militantes e aos poucos vão deixando de ser os guias para a transmissão dos valores culturais em euskera; esta estagnação ideológica e editorial quando comparada com a evolução social e experimentada numa sociedade a viver os primeiros passos em democracia e extrapolada para uma Espanha em perfeita convulsão política, não seduzia os leitores, perdendo-os a cada dia que ia passando. Perante este cenário catastrófico e regressivo em relação aos propósitos análogos, leia-se reivindicativos, de ressurgir uma língua tida como de todos naquela região do Norte de Espanha, restava o recurso às arcas públicas, do governo basco, para a atribuição de subsídios destinados a salvar o euskera; apenas com fundos provenientes de Ajuria Enea e em finais da década de 80 a língua volta a ressurgir em massa, pela mão das outrora moribundas publicações. (Noci, 1998:448)

Nesta fase, de pleno processo de normalização do euskera, qualquer projeto não avançava ou vingava sem o respetivo apoio oficial, entenda-se recurso a dinheiros da Comunidade Autónoma do País Vasco; a situação da cultura basca no que ao veículo língua diz respeito precisava desse impulso; convém dizer que o poder político Basco tinha entretanto uma agenda diferente daquela que estava posta em prática pelos que até ao momento tentavam massificar a difusão da língua, principalmente através de suporte escrito. Consciente igualmente que o euskera não lutava e era impensável que o fizesse, com as mesmas armas que o castelhano. Para além dos motivos políticos que muitas vezes em nome de uma pluralidade linguística subalternizavam o euskera, impunha-se a difusão em larga escala através dum meio que o permitisse. Resulta por isso que o objetivo definido pelo poder ainda antes de estar instaurado, ou seja, antes da

votação do estatuto, estava definido claramente passava pela criação de uma estação de televisão basca. E tanto assim é que o PNV antes de inaugurar seu sítio em Vitória nomeia um conselho geral para estudar a aplicação prática dessa possibilidade.

A língua basca na sua qualidade de minoritária nunca gozou do privilégio de difusão escrita e deve grande parte dos méritos da sua sobrevivência apenas ao seu uso oral, num contexto que empiora se atendermos aos longos anos que não constou do sistema educativo basco. Assume por isso bastante importância a existência de um canal de televisão, rádio ou até cinema para a normalização do euskera, que o massifique, conhecidas que são as dificuldades tradicionais de expansão da língua. Com meios que permitam massificar a difusão de um idioma, ao alcance destes fica a proximidade com agências noticiosas, programação cultural, dobragem de produções estrangeiras, emissões em direto, etc. (Ramírez, 2014:23)

Em pleno processo de redação do Estatuto de Autonomia, convinha casar esta ambição com o estipulado no lavrado do estatuto: o artigo 6º estabelece a mutualidade das línguas, o artigo 19º estabelece competências para o País Vasco em matéria de criação de meios audiovisuais, afastando-se da criação de um terceiro canal de televisão estatal espanhola. Em 1980 o Conselho de Cultura do País Vasco acorda a transmissão de uns meros minutos encravados num programa de 30 minutos. No que respeita à radio, a emissora mais popular, Radiocadena, é absorvida e pela Radio Nacional de Espanha, mantendo o panorama desastroso em sede de difusão do euskera, ainda que alguns resistentes geralmente jornalistas involucrados com a causa língua tenham iniciados outros processos radiofónicos. Merece crítica do lado euscaldum o facto da cooficialidade permitida das línguas, beneficiar o poder instituído, neste caso os planos do PNV para criação de televisão e para a RTVE que dominava os espaços televisivos e em nome da pluralidade linguística emitia praticamente na íntegra em castelhano. Em 1982 o Governo Basco lança a criação da Radio Televisão Basca, através da sociedade Euskal Telebista, pensando-se por aquele então estar na presença de canais de difusão integralmente em euskera, que finalmente promovessem a defesa e difusão deste idioma e de toda a cultura basca. (Noci, 1998:449)

Ao plano oficial de normalização oficial do Euskera, para ao menos no papel, e nunca melhor dito, estar concluído, ficava a faltar a publicação escrita oficial. E exemplos foram criados; ainda que de forma enteeda, dada a aposta na televisão, em fins de 81 o Governo Basco lança a revista Dema, cujas tiragens em ambas as línguas somam perto 280.000 exemplares, divididos em 260.000 para a edição bilingue e apenas 20.000 para a integralmente difundida em euskera, o que pressagiu a vida curta da referida revista. De igual sucesso efémero foram outras revistas de apoio público, especializadas na alfabetização em euskera. A situação piora na medida que que os subsídios previstos pelo governo basco eram medidos na justa proporção da publicação efetiva em euskera, o que face à sua diminuta expressão não ajudava. Esta medida ganha

visibilidade quando alguns projetos como DEIA ou EGIN vêm recusada subsídios económicos para o lançamento dos seus projetos e estes são adiados. (Ulloa, 2003:7)

Do ponto de vista oficial, o governo basco fez o que lhe competia na prossecução do objetivo comum com a cidadania, que era a promoção da língua e cultura vasca, o que não foi igualmente assimilada por outras elites com a mesma responsabilidade, tanto que atualmente ainda se atribui à massificação e à forma como o foi levada a cabo, da língua, algum do seu insucesso. A preferência pelas autoridades culturais com poder de decisão, encerrava uma lógica não compartilhada por todos; em causa a interpretação enviesada da legislação e muito particular, à sua posta em prática em face da tal visão, do artigo 22 da Ley de Normalización del Euskera, no Capítulo III, *Del Uso del Euskera en los medios de comunicación social*:

Se reconoce a todos los ciudadanos el derecho a ser informados por los medios de comunicación social tanto en euskera como en castellano.

A tal efecto, el Gobierno adoptará las medidas conducentes a aumentar la presencia del euskera en los medios de comunicación social, tendiendo a la equiparación progresiva en el uso de ambas lenguas oficiales. (“Ley 10/1982, de 24 de noviembre, Básica de normalización del uso del Euskera. TÍTULO II. DE LAS ACTUACIONES DE LOS PODERES PÚBLICOS.” n.d.)

Desta forma é implantada a rádio e televisão bascas, como resultado da clara aposta sobre a forma como se iria promover as singularidades daquela região. Sendo controvertida a decisão por dúvidas na sua eficácia, desde cedo houve a conclusão do erro e embuste social que a mesma representava, visto que nem sempre a empresa de televisão se dedicou a promover a língua, e para piorar é criada uma filial que se destina a difundir unicamente em castelhano. Após vários anos concluem os mais acérrimos defensores do euskera que a opção do governo vasco pelos meios de difusão em massa não surtiu os efeitos desejados desprezando a potencialidade que quer televisão ou rádio dispõem. Em finais da década de 90 aqueles meios chegavam mais longe que ninguém. Nenhum outro meio em euskera atravessava a cordilheira pirenaica ou chegava a Navarra e a Sul a Logronho; mas esta quantidade não teve a devida correspondência enquanto capacidade de congregar a população à volta da língua basca. (Noci, 1998:448)

É verdade que a língua chegou a muita região vascuence onde há muito seu povo não ouvia falá-la e inclusive a desconhecia, o que ainda assim se mostrou, no dizer da filologia basca mais tradicional, insuficiente para paliar a diglossia em que se encontravam as línguas; a televisão basca tomou o caminho das audiências, caminho fácil, ao oferecer uma programação eminentemente desportiva, sobretudo futebol, que atrai multidões, mas que por si só não favorece a língua; para além de do entretenimento televisivo com base em programas infantis ou conteúdos encomendados a produtoras externas, muitas delas espanholas. Algum caso de sucesso do euskera na televisão ficava a dever-se à dobragem de séries de maior sucesso americanas que eram transmitidas. O resultado da aposta oficial estava à vista. A preferência

pela massificação do euskera, ou o mercado a ditar regras; dúvidas não há graças aos esforços primeiros de divulgação através jornais e revistas e depois grandemente da televisão, que mais bascos conhecem a sua língua, mas a forma como a mesma foi transmitida e porque o foi, não parece ter garantido quase 20 depois da sua autorização oficial de circulação, um sucesso.

4.4. O euskera em números e factos

Em 1979 através da assinatura do estatuto de Autonomia em que é reconhecida a Comunidade Autónoma do País Vasco (CAPV), o euskera ganha estatuto de língua oficial junto do castelhano, iniciando-se aí, oficialmente, a recuperação da língua e das suas instituições, como previsto na lei 10/1982, Básica de Normalização do uso do Euskera. Esta lei em simultâneo reconhecia os direitos linguísticos da população e estabelecia um conjunto de poderes públicos com vista à obtenção da normalização do uso do idioma vascoence, levando como se viu já, a toda uma agenda política baseada na língua, durante mais de 20 anos. (Ulloa, 2003:2)

Segundo dados recolhidos (<http://www.kondaira.net/esp/Euskara0001.html>) em *história do euskera*, em 1868, 65 por cento da população do País Vasco (Álava, Biscaia e Guipuzcoa), num universo de 479.000 pessoas, falava euskera. À data de 2011 segundo dados do Serviço Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, como resultado da V Encuesta Sociolingüística, publicados em 2013 as competências bascas dos habitantes bascos maiores de 16 anos, num universo de 1.873.000 pessoas, eram as seguintes: 600.000 bilingues; 326.000 bilíngues passivos ou recetores (entendem a língua, mas não a falam); 947.000 erdaldunes (desconhecem o euskera, falarão castelhano ou outra língua latina). Se atentarmos apenas na divisão entre euscaldunes e erdaldunes, deparamo-nos com o facto de 50,56 p.p. da população maior de 16 anos residente em qualquer das províncias de Álava, Biscaia ou Guipuzcoa, não falar nem perceber o euskera. Se incluirmos no critério a região do reino de Navarra, e Iparralde, obtemos um universo de 2.649.000 pessoas das quais 58.3 por cento não fala nem entende o Euskera. Curioso é o resultado individual de Iparralde com 69.4 por cento de erdaldunes e Navarra com 80.8. (“VEncuesta.pdf,” n.d.) (http://www.hezkuntza.ejgv.euskadi.eus/contenidos/informacion/argitalpenak/es_6092/adjuntos/VEncuesta.pdf)

As principais linhas orientadoras do governo basco com vista à recuperação em número e popularidade da língua passam por critérios tão díspares como implementação de princípios democráticos, favorecendo o resultado da escolha da população, através de ações positivas, mas complementares que tenham em consideração as desigualdades que vêm do passado. O processo e estandardização da língua foi sem dúvida dos mais necessários em face do passado titubeante como forma de criar um ponto de restauro com vista ao futuro. Foi elaborado este recurso pela Real Academia da Lengua Vasca idos os anos de 1970 e com os novos poderes

autonómicos foi reforçada a sua capacidade e objeto de atuação. É assim assinado um convénio entre aquela academia e todos governos das províncias da região com vista a elaborar um orçamento destinado a financiar um trabalho específico com carácter de urgência; criar numa primeira fase o Dicionário Vasco, o Dicionário Unificado, a Gramática Vasca, o Atlas Linguístico de Euskal Herria, o Nomenclátor Vasco e o Dicionário Literário. Por seu turno o Instituto UZEI vai trabalhar nos campos da terminologia e lexicografia, para além de encetar tarefas de compilação do euskera contemporâneo para além de atualizar o banco de dados terminológicos (EUSKALTERM)(Ulloa, 2003:6)

Outro apartado a que as autoridades responsáveis se acercaram para garantir o protagonismo necessário ao euskera foi o de conseguir, por força naturalmente do PAPV foi o da introdução dessa língua nas comunicações oficiais e conseguir junto de empresas e instituições privadas que a mesma adotasse o carácter de igualdade em relação a espanhol e até ao francês. Para tal foi promovido um processo de seleção de funcionários com base nas suas competências euskaldunas; pretendeu-se com esta medida equilibrar as percentagens de colaboradores que falassem o euskera, com a da restante sociedade. Como complemento mecânico há que assinalar a importância que os meios de comunicação trouxeram à região, e que muito contribuíram para a popularização e consequente utilização do idioma. Dessa forma, ato contínuo à oficialização por Madrid das línguas regionais, crescem exponencialmente as publicações regionais em euskera. (Amezaga, et al, 2008:13)

O contributo financeiro da Vice Consejería de Política Lingüística del Gobierno Basco, através da subsídio financeira, até 70 por cento do orçamento dedicado pelas entidades à promoção da língua, contribuiu para o nascimento de várias publicações; vários exemplos o atestam, desde a publicação de revistas locais emanadas pela própria CAV, ou informação geral através de jornais ou revista diárias ou semanais; publicações infantis e juvenis e temáticas ou especializadas. Cabe aqui destacar que igualmente viram a luz publicações conotadas com idealismo abertzale, inclusive com acusações de apoio ao terrorismo, e vinculação com a ETA, caso dos jornais Egin, Gara, Egunkaria, tendo sido sempre alvo de constante censura que em alguns casos levou ao encerramento das referidas publicações. O expoente máximo da difusão da massiva da língua vascuence é encontrado na EITB. A televisão autonómica pública, em castelhano Rádio Television Vasca ou Euskal Irrati Telebiska. Esta estação de televisão dependente do Parlamento Basco, iniciou a sua emissão em 1982, emite para todo o País Basco, norte e sul. 15 anos após o seu nascimento atingia uma cifra estimada (apenas em 1992 se iniciaram medidas de audiência) de 225.000 espetadores diários.(Ulloa, 2003:5)

O passar dos anos e a concorrência da televisão estatal nacional e a proximidade das restantes autonómicas vizinhas, fizeram com que esta emissora alargasse as suas emissões criando uma grelha de canais temáticos; atualmente dispõe de cinco marcas diferentes para a emissão de televisão; apenas duas emitem integralmente em Euskera; duas são bilingues, destas uma emite

através de plataforma satélite a nível internacional, e por fim igualmente transmite para a diáspora em castelhano legendada em euskera. O mesmo número, cinco, são as estações de rádio daquela cadeia informativa. Cabe aqui realçar que apenas uma transmite integralmente em língua vasca. (“Euskal Irratia Telebista,” n.d.)(<http://www.forta.es/Home/QuienesSomos/EuskalIrratiaTelebista/tabid/89/Default.aspx>)

Dados métricos de 2015 no que toca a avaliar o quão é vista e ouvida a língua basca, e estabelecer uma relação com o orçamento financeiro alocado pelo governo autonómico, mostram uma situação preocupante, que no fundo é partilhada por todas as televisões regionais espanholas. Desta feita os dados referente à ETB referem ser os piores desde 1992; para ensombrar a situação temos que as estações subsidiárias que emitem apenas em euskera apresentam percentagens de 1,9 e 0,6. não sendo famoso o panorama do segmento que transmite em espanhol, e inclusive está a baixar a sua popularidade, registou audiências de 7,4 por cento; os dados segundo o Governo Basco não são condizentes com o esforço financeiro destinado à emissora; em causa o dispêndio de 2015 cifrou-se em 123,3 milhões de euros. Em face do referido a oposição política ao governo em funções advoga por uma alteração ao modelo de organização daquele complexo informativo, atirando medidas que entre outras mais genéricas que passam invariavelmente pela melhora da programação, reforça que a informação deve ser emitida de forma imparcial.(Arranz, 2016)(http://www.vozpopuli.com/medios/Televisiones_autonomicas-TV3-Canal_Sur-Telemadrid-EiTB-televisiones_autonomicas-ETB_0_931706827.html)

Embora os dados que tenho referido mostrem um cariz mais métrico e foi esse o primeiro ensejo das autoridades, elevar o número de falantes da língua, houve igualmente um processo de euskaldunização, que a pari passu com as políticas de ensino oficiais, e oficiosas como visto noutra parte da investigação, se destinavam a recuperar e criar instrumentos culturais em euskera. Sobressaem, o ensino do euskera a adultos, embora fosse a primeira prioridade da atividade radical nacionalista, funcionando durante mais de 20 anos em escolas noturnas, facilmente confundidas com Ikastolas, vão se profissionalizar para se converter, com o patrocínio da Real Academia da Lengua Vasca, em escolas de ensino do euskera (uskaltegiak). Nascia assim o Instituto de Alfabetização de Adultos em 1983, contando em fins da década de 90 com perto de 45.000 alunos;

Outro foco importante no processo de defesa e revigoramento do idioma basco foi o da promoção e produção cultural. Pelo conceito que representava, foi dos mais ofendidos no pós-guerra civil, daí que apenas a partir da década de 50 se tenham editado e em reduzido número, obras literárias originais e alguns clássicos foram reeditados. Até chegada da democracia a Espanha a cultura literária era apenas a possível e visava apenas a supervivência da língua, que atrelava a essência basca para além de atualizar as questões políticas.(“VEncuesta.pdf,” n.d.)

(

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

http://www.hezkuntza.ejgv.euskadi.eus/contenidos/informacion/argitalpenak/es_6092/adjuntos/VEncuesta.pdf)

Merecem igualmente destaque no âmbito cultural, o teatro, cinema e principalmente o bertsolarismo. O primeiro contou com o indispensável apoio institucional público, cujos fundos se destinavam em larga medida à criação de grupos de teatros jovens, para representação em euskera, funcionando como grandes recrutadores juvenis de atores que posteriormente reforçaram as rádios e televisões bascas. O cinema assistiu em 1981 à sua primeira longa metragem em euskera. O entusiasmo fez com que a produção cinematográfica crescesse, trazendo com ela a atividade de dobragem para o euskera de produções em outras línguas; da mesma forma que a indústria de conteúdos vê chegar à região várias empresas que se dedicam exclusivamente a produção para a televisão.(Ulloa, 2003:9)

Um dos maiores símbolos da cultura vasca é sem dúvida a prática da poesia cantada e improvisada em público, o bertsolarismo, havendo notícias que dão conta da sua existência na idade média, é em pleno século XIX que esta prática está fundamentalmente documentada. Convém referir aqui a primeira resistência à língua espanhola no pós derrota carlista, foi levada a cabo por poetas bertsolaris entre outros, que optaram por separar a mesma do objeto político, não a deixando cair no esquecimento, numa fase em que o ressurgimento económico apostava no castelhano para acontecer; nas últimas décadas em Euskadi, criaram-se escolas de bertsolaris e tem-se fomentado a sua aprendizagem principalmente em Ikastolas.(Ulloa, 2003:9)

4.5. Agenda estratégica - Normalização do euskera 2013-16

“Nuestro compromiso es con las personas y como nuestro compromiso es con las personas, no queremos dejar a nadie atrás en el esfuerzo por recuperar el euskera. Porque, también en nuestra labor por recuperar el euskera, tenemos como norte la cohesión social: inclusión e integración, nunca exclusión, nunca una lengua por encima de la otra. Son nuevos tiempos, que nos piden una mayor audacia.

” Iñigo Urgullo Renteria” lehendakari de Euskadi, no ato de apresentação do Agenda estratégica do Euskera, junho de 2014.

El euskera es el idioma propio del País Vasco y es, junto con el castellano, oficial en toda la Comunidad Autónoma del País Vasco. Toda la población vasca tiene derecho a saber euskera y a utilizarlo en cualquier ámbito. La sociedad vasca manifiesta continuamente su deseo de ser una sociedad bilingüe, y la obligación de las administraciones públicas es la de garantizar que la ciudadanía pueda expresarse y vivir en el idioma oficial que quiera. Sin embargo, en la

situación sociolingüística actual, en lo que respecta al idioma, la igualdad de condiciones no está garantizada. ibiden

Do muito que se tem escrito sobre a manutenção do nacionalismo euscaldune com fins ou não abertzales resulta claro que tem a partir de certa data o apoio do idioma. A dedicação que a elite política e cultural ceceu a este apartado nem sempre colheu unanimidade na forma como a língua estava a ser trabalhada. A dicotomia maior aparece desde a década de sessenta em diante e por cerca de 30 anos, protagonizada pela banda ETA e patrocinada, livremente ou não, pelos sucessivos governos basco representados em Ajuria Enea pelo PNV. A julgar pelos resultados, não pelo reconhecimento, não obteve o euskera o nível desejado. A implantação de um método de ensino que pela força se tornava excludente quando deveria ter sido inclusivo, não mostrou resultados satisfatórios; para se compreender este método, não o aceitar, isso seria desrespeitar a própria língua na sua essência, só é possível se atendermos a que o protagonismo que se lhe pretendia oferecer não visava um objetivo em si, antes um meio de atingir outro fim.

Estatisticamente não cabe a menor dúvida que o número de falantes da língua basca tem aumentado. Por outro lado, na mesma medida o reconhecimento e importância, para além de servir de veículo cultural, como suporte à mera comunicação, que aproxima e estende a língua, a nível geográfico cresceu na mesma medida? Os meios humanos técnicos e financeiros, colocados à disposição surtiram o efeito desejado? A resposta não será linear nem terá porventura consenso, atendendo aos valores e interesses em jogo. Para nos ajudar a estabelecer um rumo de forma a obter resposta devemos socorrer-nos das linhas orientadoras recentes e oficiais providas precisamente do Governos Autónomo da região. Refiro-me à Agenda Estratégia do Euskera 2013-2016; sob o lema, “una lengua viva para convivência”

Objetivamente contam-se 168 medidas com vista à normalização do euskera, de onde a Agenda destaca 28 na área do ensino, que se prendem com o conhecimento e uso da língua, partindo do pressuposto que o conhecimento da língua é um facto, contudo não tem havido a correspondência desejada no seu uso; por isso a componente ensino pretendia igualmente incentivar o uso do euskera fora do âmbito escolar, em áreas de ócio ou em qualquer outro tipo de sócio culturalismo. A identificação de arnagunes (espaços geográficos e não só onde se encontra uma grande percentagem de vasco falantes) para a partir de aí extrapolar as condições possíveis de reprodução em locais ou contextos diferentes. As grandes cidades mereceram da mesma forma um conjunto de medidas de potencialização da língua basca, através de legislação que de alguma forma contribua para a formalização e standardização do idioma. Instituições públicas ou comerciais funcionam aqui como correias de transmissão. Um aspeto mais sensível de pôr em prática por dificuldades na sua medição objetiva, mas não menos importante, pelo contrário, foi o da difusão do euskera em ambientes familiares. A transmissão familiar mercê do estatuto que novos pais têm acerca da língua é um processo de inculcação do idioma e por

isso da cultura, que não foi deixado de fora; fica claro nesta solicitação à área familiar que os visados são sobretudo os casais idiomáticamente mistos ou euskaldumberris. (“VEncuesta.pdf,” n.d.)

(http://www.hezkuntza.ejgv.euskadi.eus/contenidos/informacion/argitalpenak/es_6092/adjuntos/VEncuesta.pdf)

Daqui se pode inferir que este microcosmo difusor da língua é encontrado dentro da população geral nomeadamente através da exploração que oferece um euskaldum, mas apenas recetor ou passivo. Levá-lo a falar a língua vasca aumenta, segundo os signatários da Agenda, exponencialmente o número de vascos falantes. Para além desta medida, tenta-se que os monolingues bascos que falam castelhano, sintam necessidade de aprender o basco; por outro lado, pretende elite linguística basca que os bascos passivos reúnam condições para serem considerados praticantes do euskera, engrossando assim o número destes.

Por fim destaco o consumo cultural; consumo que existe em Euskadi, mas preferentemente não é protagonizado pela euskaldunização. Para os mentores deste projeto, urge encontrar um fio condutor que leve a criação de cultura, basca e em basco, como fomentá-la e promovê-la e acima de tudo fugir da acomodação ao que é oferecido noutras línguas. (“agenda_estrategikoa_es.pdf,” n.d.)(http://www.euskadi.eus/contenidos/informacion/20132016legealdiko_dokumentuak/es_def/adjuntos/agenda_estrategikoa_es.pdf)

Resumidamente e conforme redação da Agenda, procura o programa direccionar um conjunto de iniciativas e ações que devam ser postas em prática nos triénios do título do documento, com base numa política eminentemente linguística, visa reforçar e fomentar a experiência do euskera nas últimas décadas,

Ao contrário de um passado ainda presente na memória dos vascos os objetivos a atingir pautam-se pela exequibilidade com vista à sua unânime aceitação e pretendem chegar à totalidade da sociedade. (“agenda_estrategikoa_es.pdf,” n.d.)(http://www.euskadi.eus/contenidos/informacion/20132016legealdiko_dokumentuak/es_def/adjuntos/agenda_estrategikoa_es.pdf)

“Y para terminar La recuperación y normalización de una lengua es una labor compleja. Compleja y, al mismo tiempo, apasionante. Porque es apasionante participar en la construcción de la identidad que una sociedad ha escogido para sí misma. La sociedad vasca está demostrando que desea ser bilingüe. Se trata de un cambio social profundo. Una de las claves principales, si no la principal, para el éxito de esta transformación social es que el uso del euskera y la creación en esta lengua sean algo atractivo. El uso del euskera tiene que ser algo atractivo para los vascohablantes. (“agenda_estrategikoa_es.pdf,” n.d.)(http://www.euskadi.eus/contenidos/informacion/20132016legealdiko_dokumentuak/es_def/adjuntos/agenda_estrategikoa_es.pdf)

4.6. Convivência europeia

4.6.1. Papel das minoritárias

Mais que um instrumento e comunicação a língua é hoje tido como um instrumento de poder, por integrar o Estado-Nação tem o seu papel garantido nas relações internacionais, foram vários os casos em que a língua se impôs direta ou indiretamente como integrante dessa Nação; Estados plurinacionais como a Bélgica, Espanha, Canadá, ou União Soviética são bons exemplos. Por via da evolução dos nacionalismos, a integração de alguns e de suas línguas é hoje algo que diga respeito à União Europeia. Por via disso e no quadro da União para além do valor simbólico mostra-nos um debate ainda por encerrar, de caráter técnico e político: se aquele organismo promove a inclusão social e política, através de projetos de integração como ela própria o é, se socorre do multilinguismo para promover tais valores, por outra parte impôs o inglês como sua principal língua franca. (Castiñeira, n.d.:2)

Defende a própria União Europeia, que a democracia e a cidadania plena, complementam-se, e dependem de, entre outros, da preservação das singularidades culturais diversas, mas também por uma eficaz rede comunicativa comum. Atualmente a diversidade linguística europeia (U.E.) comporta 24 línguas oficiais e 60 línguas minoritárias ou regionais, faladas por 40 milhões de pessoas. ("Línguas da UE," n.d.) (<http://www.europedirect-oeste.pt/index.php/a-uniao-europeia/2013-06-19-10-03-54>) A norma reguladora do regime linguístico da União encontra-se no Regulamento nº 1 do Conselho, sob o título "Determinação das línguas a utilizar pela Comunidade Económica Europeia" publicado em 2 em Abril de 1958, em conformidade com o artigo 217º do Tratado de Roma (1957). (Castiñeira, n.d.:2); Deste regulamento destaco as alíneas abaixo:

Artigo 1.o As línguas oficiais e as línguas de trabalho das instituições da Comunidade são o neerlandês, o francês, o alemão e o italiano.

Artigo 8. Se um Estado-Membro tiver mais de uma língua oficial, a língua a ser utilizada será, a pedido desse Estado, regida pelas regras gerais do seu direito.

Convém referir a propósito da delegação de poderes que a União Europeia dá aos seus membros plurilinguísticos que as referidas acima, línguas minoritárias, são a representação de comunidades linguísticas e não só com peso político e que por sua vez podem ser fonte de potenciais conflitos sociais. O papel da União é deveras de difícil conciliação, pois não pode marginalizar tais comunidades, desvirtuaria o próprio projeto europeu, nascido de conflitos entre nações, e ninguém é menos europeu por ser occitano, basco ou catalão, ou tenha que perder a consciência de identidade que veio com o tempo herdando. É precisamente em nome

desta diversidade cujo multilinguismo é um sinal identitário que a União Europeia e Conselho Europeu têm promovido ativamente um conjunto de políticas destinadas a favorecer a diversidade linguística.(Castiñeira, n.d.:10)

Mas a convivência de todas as línguas no quadro da União Europeia não se afigura uma tarefa fácil, na medida em que prevê tratar cada uma delas com o valor de utilidade e identidade merecida; sendo que o cerne da problemática passa por dividir o estatuto de língua franca, a posição da União também merece alguma condescendência; dar tratamento equitativo às quatro línguas fundadoras, não deve resultar difícil, o mesmo já não se pode dizer quando fruto dos alargamentos encontramos 24 línguas oficiais que disputam primazia pela sua utilização. Da mesma forma que as nações que têm na língua a sua ponta de lança, encerram em si uma dicotomia que não as favorece, vejamos; a globalização que os nacionalismos usam para transmitir ao mundo seus anseios, suas privações e também dar a conhecer o que têm de melhor, como a língua ou uma tradição cultural que deve ser respeitada mantida e até melhorada, chegou às nações através das tecnologias de informação modernas que difundem em inglês e ou noutra língua comercial e cultural com caráter globalizante. Perante tal dualidade não é fácil uma reivindicação junto das autoridades linguísticas europeias e estas dificilmente conseguem fazer sair do papel, medidas de descentralização e polarização linguística.(Castiñeira, n.d.:13)

Conclusão

Em resposta à problemática que orientou esta investigação, concluímos que, aparentemente, um idioma por si só não será capaz de transformar uma Nação num Estado. O inverso é mais provável, veja-se o caso de Estados que impõem línguas, transformando em francas, línguas até aí pouco utilizadas, como o sejam o francês; isso sim conotam com uma região e seus costumes, dão nome aos seus habitantes, veiculam bem longe as suas particularidades e suas diferenças. Reforçam todo o contingente de artefactos culturais existentes numa Nação, são quem a exporta e mantêm viva e reforçam. Ainda assim, a investigação efetuada sugere que a língua se apresenta como o elemento cultural mais importante quer para o domínio do povo, quer para a emancipação desse povo num quadro territorial. No estudo de caso em análise, a língua basca - o Euskera - não conseguiu tornar-se no elemento emancipador do povo basco enquanto Estado, contudo todos os dados recolhidos sugerem que o Euskera foi fundamental para a agregação do movimento nacionalista basco e para a continuidade cultural da luta independentista.

O sentimento nacionalista do País Vasco, quem o pratica é euskaldun, por isso o seu nacionalismo não esmoreceu com o passar dos anos em virtude de um conjunto de elementos de carácter mais formal e material, que em face de novas necessidades humanas, esta região poderia se haver decantado, o que não aconteceu. É óbvio que o advento da modernidade também por ali passou, mas este fruto da idiosincrasia basca permitiu a coabitação da mesma forma que as singularidades sentimentalistas bascas igualmente permitiram a convivência.

A questão da independência basca não é assunto encerrado, a julgar por alguma fação separatista que ainda exista em Euskal Herria, a continuar isso sim, será sempre no campo político como o afirmam. Até ao momento e da forma que foi realizado em relação à língua há que referir que a Independência não foi conseguida e penso que não o será. A luta pela independência de Euskadi à semelhança de outras regiões, não abdicou da vertente sentimental para se apoiar, o que a tornou duradoura. Não constituindo um caso de nacionalismo de Estado, antes sim militante, foi se arrastando no tempo e anacronicamente em relação à realidade europeia cujas sociedades a braços com fenómenos parecidos haviam feito a sua escolha, e esta foi a da paz. O terrorismo em Euskadi em boa medida ia substituindo o afincamento que faltava a um moderado PNV, fazendo com que a sua ideologia de extremismo marxista, dificultasse a absorção por parte da sociedade basca, dos ventos de mudança europeia. Contudo a instalação de uma Europa assistencialista e cada vez mais endossada de soberanias estatais de seus membros, à medida que melhorava a vida de seus concidadãos impunha igualmente regras, o que isolou assim alguns casos europeus.

Permito-me concluir que o nacionalismo basco mantém-se vivo, a globalização contribui através das novas tecnologias, entre outras, para a sua expansão, a cidadania basca está em posse de um conjunto de nacionalismos que importa manter e potenciar; no entanto como até aqui estas continuar-se-ão a realizar sobre a proteção e jurisdição do Estado espanhol.

Antes de 1884, a palavra “*nación*”, para a Academia Real Espanhola, significava: *o agregado dos habitantes de uma província um país ou um reino*. Após essa data passou a ser designada como “*Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum*”, ou ainda como “*o território constituído por esse Estado pelos habitantes individuais considerados como um todo* “. Ressalta aqui a palavra Estado como elemento supremo comum e central em ambas definições. Para se analisar o fundamento do Estado espanhol na querela política que mantém com as regiões com almejos soberanistas e num estágio diferente até pela forma de luta empregue, com o País Vasco, e iniciada por este, com vista à obtenção de bom visto por parte de Espanha sobre a independência daquela região, leia-se aceitar a constituição daquele povo como Nação independente, é necessário acolhermo-nos primeiramente aos fundamentos e Espanha enquanto Estado, naquilo que a levou desde os primórdios da sua constituição a ser tal como hoje é vista.

A Espanha é um Estado soberano. Soberano na aceção atual da palavra que unanimemente considera um Estado, se controla seu próprio destino, definindo apenas ele compromissos que deve assumir, assim como limites na sua atuação quer envolvendo forças extra ou intramuros. Se esta é a visão política moderna suportada pela Ciência Política que por sua vez foi normalizada pela disciplina do Direito, há quem aponte igualmente raízes populares para a existência de uma unidade social e política espanhola. O historiador brasileiro Américo Castro designa como “Pré-Hispânico”, o período antes do séc. XII, durante o qual as populações que integravam a que é hoje a unidade territorial chamada Espanha se intitulavam galegos, portugueses, leoneses, castelhanos, mas não espanhóis. Contudo por volta do Séc. XV se conta que os marinheiros espanhóis quando em alto mar na viagem de regresso comentavam estar a chegar à Espanha, com independência do porto onde fosse o atraco, Andaluzia, Valência ou até Portugal. Foi no sul de França que por uma questão de necessidade para designar um conjunto afeto aos vizinhos do Sul, que se iniciou a alusão hispânica. (Reboredo, 2001:73-77)

A atual administração política e territorial espanhola, com a sua divisão em unidades administrativas autónomas com reporte ao governo central, parece ser o que mais perto Espanha está de ser um Estado Nação. A sua história mostra fragmentos nacionais ou pretendentes a sê-lo que em maior menor medida têm mostrado uma história própria e em alguns casos diferente da espanhola, ou melhor, da castelhana. Esses conceitos vividos deram origem às referidas delegações de poderes regionais como forma encontrada de melhor servir os ímpetos nacionalistas dessas gentes. Ainda assim isso não significa que a contenda está de todo terminada; há todo um processo inacabado que visa inculcar, à escala nacional, o

sentimento de pertença a uma comunidade maior, a Espanha. E em vista da realidade atual, com regiões cuja história e tradição ainda que com visão parcial do objeto, se sentem tentadas a entrar em processos de cisão ou a objetiva-los, razão não lhe há de faltar.

Os nacionalismos espanhóis experimentados na Catalunha, País Vasco e Galiza vieram mudar o planeamento político espanhol e rever a sua organização administrativa territorial, que se iniciou com a criação da Mancomunidade catalã em 1914 e em 1932 nos anos da república (31-36) do reconhecimento do direito à autonomia das regiões e sua concessão à Catalunha em 1932 e País Basco em 1936. Espanha assumia assim a existência de nacionalismos intramuros. Casos de processos históricos consolidados na sua própria entidade conducentes a integrações ao longo dos séculos; contribuíram igualmente círculos económicos integrados no dinamismo que unificava as cidades. Uma cultura, opinião pública, e uma educação regional comuns, potenciaram a criação de uma entidade coletiva e um sentimento de pertença a uma nacionalidade própria e distinta. (Aizpurua, n.d.:178)

No que ao País Basco diz respeito a atenção à língua merecia todos os créditos e verificaram-se já no Século XVIII ações de revalorização através de manifestações de apologia e de revisitação da tradição apelidando-a por vezes, talvez de forma exagerada como a língua primitiva da humanidade. Outro componente que serviu de chão ao estatuto de comunidade autossuficiente em matéria de leis era o do gozo dos forais, motivo em torno do qual a política basca se organizava; inicialmente a condução do tema era protagonizado por moderados bascos e navarros e se conseguiu dotar a província de Navarra de amplas atribuições administrativas e até autonomia em matéria fiscal.

O trabalho desenvolvido pelos governos espanhóis em épocas até anteriores à democracia com vista a unir a sua população em torno da “marca” tem sido meritório e digno de registo. Algo diferente do que se apercebe qualquer português vivendo situações idênticas em Portugal. Talvez pela mesmíssima razão de Portugal ser um Estado Nação consolidado, com fronteiras com vários séculos e sem qualquer necessidade de promoção da Nação enquanto tal.

Qualquer cidadão que viaje por Espanha, por motivo de segurança pública ou apenas por pura rotina, se for interpelado a mostrar a sua identificação aos agentes da Polícia Nacional, estes solicitar-lhe-ão o *Documento Nacional de Identidad* ou em alternativa o passaporte que conterà a nacionalidade espanhola. A estrada chamar-se-á *Carretera Nacional*, ou autonómica, mas nunca carreteras *Nacionales*. O mesmo cidadão poderá sintonizar uma das muitas frequências da RNE, Rádio Nacional de Espanha. Da mesma forma um cidadão que em Espanha pretenda viajar de avião terá à sua escolha voos Nacionais e Internacionais. Se preferir em alternativa viajar de comboio, poderá fazê-lo através da Renfe: Rede Nacional de Ferrocarriles Españoles. Poderá assistir a um jogo de futebol em que participe a seleção espanhola ou visitar um qualquer parque nacional. Da mesma forma se o desejar tem à sua disposição em qualquer província, um produto típico da região, que atesta bem a qualidade que Espanha empresta ao que faz. Se for apostador pode comprar um décimo da loteria Nacional ou ainda da Organização

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Nacional de Cegos de España. Se incorrer em qualquer infração ela será julgada pela Audiência Nacional. Estes são apenas alguns dos muitos exemplos do que a Espanha fará de bom, pelo seu ponto de vista, ao incutir até à exaustão a palavra nacional. Em causa, parece, um processo de espanholização tal a necessidade em pleno Século XXI da inculcação do sentimento e identidade espanhóis.”(Reboredo, 2001:43-47)

Resulta claro do disposto acima que o moderno nacionalismo defendido por A.D. Smith, é na perfeição retratado pelo governo espanhol, que o burocratizando, inverte o sistema de resistência, próprio de grupos étnicos, para de alguma forma ou implicitamente, inculcá-lo na tentativa de tratar a Espanha como uma Nação uma apelando a um sentimento nacional. Mas com a realidade da globalização, para além de tecnológica, com a respetiva proporcionalidade económica, as instituições europeias emanam regras para assimilação nos seus membros, tendendo a provocar um desvio do sentimento de pertença a uma comunidade e que pode ser alcançado em simples mudanças nas nomenclaturas e informações utilizadas habitualmente para informar ou reger a sociedade. Ao contrário da realidade de cunho nacionalista, a que se apresenta em fins de século XX prefere a neutralidade, que se mistura com a primeira retirando-lhe particularidade sentimentalismo nacional.(Reboredo, 2001:47)

Impõe-se perguntar: tem a Espanha necessidade real de utilizar esta ferramenta própria de minorias ou nações sem Estado, inserida como está numa agência supranacional e ter um comportamento que nesse aspeto parece decalcado das suas províncias que experimentam atitudes que pretendam acentuar diferenças?¹¹

O nacionalismo espanhol tal como francês, foi buscar à etnicidade dos povos que constituíam cada pedaço de território seu, acontecimentos, figuras, assumindo como seu, encarregando-se a historiografia da seleção de dados e colocando a história ao serviço do Estado Nação, provocando a sensação de que a Nação era algo que advinha de tempos imemoriáveis, que existe e se mantém de forma perene, convertendo-se em algo fabricado para além da vontade do cidadão, ou seja num nacionalismo cívico. As homenagens francesas ao gaulês Vercingétorix, prestadas por François Mitterrand em 1985, ou o Asterix, são um exemplo do que alguns autores chamam de “apropriação da história”. Espanha é mais comedida na exposição de heróis, reais ou fictícios, ainda assim não se desmarca dos irmãos Indíbil e Mandónio e vai buscar seus feitos contra os romanos, curiosamente em terras atualmente catalãs, como acontecimentos marcantes que elucidem a apropriação da história referida.¹²

¹¹ “a primeira regra que devemos seguir é a do carácter nacional: todos os povos têm ou devem ter um carácter, caso não o tenham, devemos começar por dotá-los de um” Rousseau in, *Contrato Social*”

¹² “los iberos y los celtas son creadores del fondo del carácter español. Quien no vê revelarse este mismo en todas épocas, desde Sagunto hasta Zaragoza, desde Anibal hasta Napoleón? Pueblo singular! En

O contributo espanhol para a questão do fenómeno da aparição dos nacionalismos, não menos importante, surge algo anacrónico quando comparado com a primeiras vagas de nacionalismos europeus. Com um mapa estanque desde há séculos atrás e embora os focos de diferença culturais tendentes a criar governos próprios, existissem, é no virar de século XIX que se começa a materializar algum descontentamento que é justo reconhecê-lo, teve para além de uma guerra perdida, motivo económicos na sua base. A oposição basca à retirada dos forais e implementação de uma fiscalidade que servia os interesses de uma franja da sociedade a elite cultural inaugura o movimento contra Espanha, ainda de forma incipiente, socorrendo-se do seu maior bastão, o euskera. Talvez conscientes da inexequibilidade do seu projeto, o que se veio a confirmar 140 anos depois¹³, preferiram apontar baterias para a manutenção dos seus traços culturais mais identificativos e diferenciadores.

Sem surpresa as condições políticas e sociais convidavam ao aparecimento de alguém que mobilizasse as massas com vista a salvar a região das mãos políticas do inimigo, qual Dom Sebastião. Ainda hoje a história do País Basco não se completa sem Sabino Policarpo Arana Goiri. É através deste agitador que as idiossincrasias bascas se vão revigorar deitando mão num princípio ao seu idioma como forma de as reavivar do passado e transportá-las com vista ao futuro. O euskera ainda hoje é um mistério para muita gente; desconhece-se a sua origem, estranha-se a sua fonética, é tido como difícil de falar por qualquer eraldune e os seus substratos encontrados noutras línguas, não reúnem consensos entre os filólogos.

O nacionalismo Basco parece encarnar na perfeição os diferentes processos que o compõem, julgando-se em posse de uma capacidade invejável de autogoverno, nunca conseguiu nos últimos séculos, passar de uma federação com poderes alargados que apenas conseguia dar voz à sua cultura etnográfica. A exequibilidade da Nação ao passar a Estado nunca foi testada, em face da supremacia dum príncipe que desde sempre tudo fez para albergar no seu Estado todos os focos nacionalistas existentes. Não estranha, pois, que a institucionalização da separação, através do PNV cedo se tenha desmoronado com os barões partidários a procurarem refúgio e estatuto social junto de Madrid, na forma de moderação do partido e das suas linhas orientadoras. À semelhança do que se passava na Catalunha em que o ensejo de independência eram controlados em nome de protagonismo dado aos seus líderes.

As reminiscências radicais observam-se plena ditadura de Franco, com o caldo de cultura ótimo a ser verificado com diversos factos; após várias ofensas como a ostracização das leis bascas, retirada de instituições importantes de organização política, sendo a mais importante a da

cualquier tiempo que el historiador estudie, encuentra en el carácter primitivo, creado allá en los tempos que se escapan a su cronología histórica.” Modesto Lafuente, in História general de España

¹³ Admitindo que a luta pela soberania basca está no seu menor, quase inexistente, fulgor de sempre, havendo apenas reminiscências política à data de hoje

administração da justiça, o recrutamento de soldados bascos para lutar em África, “morrer em nome do inimigo”, a descolonização do fim da Segunda Grande Guerra, ou a proibição do uso do euskera, sendo esta a pior ofensa, se pensarmos que o idioma de Euskadi, representava para os ditos representantes radicais do separatismo, o ser-se basco. Esta restrição como se veio a comprovar, embora tenha apreciado um retrocesso na sua evolução, não cumpriu todos os seus propósitos, ou como proibir alguém de falar uma língua? A medida passava enfim pelo encerramento de jornais e revistas, estações de rádio, adoção do espanhol na sua plenitude para comunicados oficiais, ou seja, língua da administração, etc.

A atividade da banda armada ETA, iniciada a campanha da violência em 1968 e finda em 2009 em Espanha e em 2010 em França, inicia a sua ordem de trabalho com a promoção do Euskera. Pela força sim, mas promoção. Pelo meio diferenças com partidos nacionalistas, na forma de abordar a língua nomeadamente quanto ao objeto que a mesma representava. Para a ETA havia os que falavam e deveriam falar pois eram bascos, e é em face do falar o idioma que se completam, e na visão política partidária moderada, o euskera deveria ser inclusivo e falado e entendido por quem o quisesse fazer. Só assim ganharia estatuto de língua franca tal a difusão lhe serviria de suporte atendendo à quantidade de emigrantes que Euskadi possuía e que assolavam agora a região em mais um foco à procura de melhores condições, cem anos depois. Pela via da força ganhou vantagem a visão etarra. Desconhece-se se teria sido diferente com a adoção de um plano “suave”.

A chegada da democracia terá trazido à região vasconça, talvez o seu mais importante condimento nacionalista: a liberalização do euskera. Prevista institucionalmente a coabitação das duas línguas, ainda que o castelhano nunca tenha perdido o seu protagonismo, inclusive o aumentou, jornais rádios, revistas e até televisão se viram como da noite para o dia a difundir em Euskera. A realização da cidadania basca encontrava um suplemento de alma importantíssimo, que lhe permitia reavivar experiências e tradições em basco, numa fase da sua experiência que começava a dar mostras de saturação perante o terrorismo, na medida em que este igualmente não lhe havia restituído de alguma forma a prometida liberdade; à semelhança do que aconteceu com os nacionalismos de Estado, da década de 50 em diante, também aqui a nova sociedade encontrava abrigo num Estado, não reconhecido ainda que em grande medida descentralizador, mas cumpria a sua função normativa e permitia e promovia a experimentação de todo o tipo de arte, cultural ou linguística, distintiva.

O conceito tradicional de Nação, com chão no etnocentrismo da sua comunidade que se imagina homogénea, com especial ênfase na comunidade linguística, como o foram Alemanha, Inglaterra, Arménia ou Irlanda, foi com o virar do século sendo substituído ou ainda está em vias de, por um conceito moderno de Nação, racionalmente económico, com condições propícias para vingar dadas pela descolonização, que abarca não uma, mas sim um bloco centralista que poderia ser visível através de um superestado europeu de geometria variável,

reservando para os Estados europeus um estatuto regional, ou se quisermos um Leviatã dos Estados. O mais parecido ao momento é sem dúvida a União Europeia, mas cujo modelo, presume-se, federativo, ainda não viu a luz do dia; ainda assim no pós 45 o mundo divide-se em dois blocos geo-político-económicos, nascem a CEE e a ONU que servem e facilitam a cooperação entre nações. Anthony D. Smith, advogava que as identidades não têm por que ser um jogo se doma nula, sendo possível a acomodação de identidades nacionais com europeias, naquilo que o autor chama de “Círculos concêntricos da Identidade” os indivíduos podem sentir-se pertença da nacionalidade natural, ou no extremo da sua comunidade imaginada, e.g., português ou espanhol e em simultâneo europeu; haverá também aqui cabimento para ser espanhol ou basco e europeu.

Desta feita é nesta dicotomia entre as teorias etnicista e primordialista ou realista que a Espanha procura governar o seu futuro tendo em conta tratar-se de um Estado plurinacional. Alguns sentimentos nacionalistas que por ali se vivem casos bascos, valencianos, galegos e catalães, parecem discordar em parte de Smith; havendo cabimento para dois tipos de pertença ainda que um governe de forma supranacional, será este o substituto daquele que neste momento funciona no entender de ao menos bascos e catalães, como Estado opressor.

Neste contexto terá de ser tomada como concreta a teoria que defende que a construção da história nos últimos dois séculos se fez com base nos ditames do Estado Nação, e num tempo em que o modelo de Estado mais cresceu até solidificar na forma como o conhecemos hoje ou ao menos assim é lecionado nos livros de história atuais.

Resulta notório que o sentimento patriótico espanhol é muitas vezes dirigido pelos historiadores que o descrevem e entre esses nem sempre há convergência de ideias. Acontecimentos histórico há que foram relatados até à saciedade, oficializados pelo poder durante séculos em manuais escolares, tudo em nome da *españolidad*, Isidoro Moreno, antropólogo e estudioso das identidades étnicas espanholas, (citado em Reboredo, 2001:110) chamou a atenção aos homólogos seus pares para o perigo que representava a ideologia da etnicidade e dos nacionalismos presente no estudo das mesmas. O momento atual de princípios separatistas que se têm vivido aqui ao lado, tem trazido à esfera pública cisões a respeito hispanidade; Mikel Azurmendi, (cit. em Reboredo, 2001:101) dedica um capítulo da sua obra “*La herida patriótica*”, precisamente a discorrer o contar da história conforme a barricada, baseando-se num manual escolar dos anos quarenta publicado por Madrid, e em outro destinado a ensinar a história de Euskadi. Para o primeiro a Espanha é um Estado Nação, para o segundo Euskadi é um Estado sem Nação. O governo central espanhol relata a história com uma Espanha eterna cujos espanhóis sempre presentes no decurso de séculos que deram vida e nome a acontecimentos importantes; os bascos por seu turno vão explicar suas origens à remota pré-história que sempre resistiu a todo o tipo de ameaças até que vários agentes externos conseguiram a degeneração, contra a qual é preciso reagir.(Reboredo, 2001:101)

A resposta à pergunta formulada anteriormente, sobre a necessidade da Espanha assumir um discurso que cultive o sentimento patriótico, parece ser, sim; se manifestamente exagerado, seus opositores se pronunciarão; parece claro é que em certo países mercê das suas fundações, alguns aspetos menos tangíveis à sociedade carecem de carinho diário, e não é fácil substituir qualquer artefacto cultural, que seja nosso, por um conjunto de prerrogativas materiais que facilitem a vida a diário, nos protejam de agentes externos, mas sobre as quais não tenhamos qualquer laço afetivo.

A luta pela independência do País Vasco desde 1876, fez-se em nome de fatores de vária ordem, sendo o principal a Língua; com este componente esperava-se uma congregação de vontades que conduzisse à obtenção da soberania. A vasta informação sobre o tema aponta para um reconhecimento da sociedade basca sobre a mesma, sendo praticamente unânime que a população daquela zona montanhosa a reconhece como sua e com ela se identifica, inclusive aquilo que a região hoje é, essa construção social, teve o euskera como fundamento. Idioma e povo avançaram juntos, contudo é de justiça dizer-se perante adversidades internas e externas que esta sucumbiu perante o poderio de agentes externos, que se dispuseram a entregar, numa lógica evolutiva de necessidades e bens materiais em troca de afetivos. Hoje parece apenas restar aos bascos exaltar a sua língua, promovê-la diariamente, mas é extremamente difícil conceber, com os dados que dispomos hoje, que servirá para algo mais que a sua identificação cultural como povo. O nacionalismo basco parece-me óbvio que saiu reforçado com o recurso ao fator língua, mas foi manifestamente insuficiente para redundar num Estado.

Direções futuras para a investigação

Os nacionalismos apresentaram ao longos dos tempos faces distintas perante um mesmo problema. As variantes ficaram a dever-se à sua capacidade de revolta e de mobilização. Assim torna-se fundamental acompanhar a emergência de novos movimentos nacionalistas na Europa. Que acontecerá em Espanha onde para além do País Vasco está a Catalunha que iniciou um processo de separação unilateral, ou em Itália com Padania, em França com a Córsega ou na Bélgica com as suas disputas regionais entre Valões e Flamengos?

As instituições europeias supra estatais conseguirão sempre continuar a olhar para estas regiões sob a lente dos respetivos Estados?

A agonia das crises económicas não vulnerabilizarão estes focos levando-os a abandonar o materialismo que escolheram em detrimento do sentimentalismo?

Alguns protonacionalismos apenas desejavam um reconhecimento internacional, conscientes de dificuldades autárquicas. O critério da exequibilidade de nacionalismos que se transformaram em Estados sem o poderem, parecem comprová-lo. Ainda assim, é conveniente perceber a evolução da emancipação dos Estados após movimentos nacionalistas internos

Remendos forçados não garantiram paz futura, apenas adiaram a guerra, em virtude de Estados adotarem comportamentos humanos de cariz conquistador. Será que o não reconhecimento destes movimentos nacionalistas na Europa, não tem conduzido a uma “Paz podre” dentro dos Estados?

Confirma-se o forte sentido nacionalista basco, mas desconhece-se que tenham as suas três províncias em simultâneo, sido independentes, na forma de soberania aplicada apenas às referidas regiões como conjunto. Assim, será recomendável que investigações futuras continuem a acompanhar estas regiões.

A utilização da língua mostrou-se insuficiente para em seu nome projetar a Nação ao estatuto de Estado, apenas conseguiu e consegue, reforçar os traços distintivos do povo basco. (o que não é pouco). Mas que papel terão as tradições e costumes, a cultura ou a arte na emancipação do povo basco?

A modernidade veio mostrar uma sociedade com maior instinto de autoproteção, ao trocar a componente sentimental pela material. Chamados a escolher, franceses do Québec, ou escoceses, manifestaram dúvidas através do voto, nos benefícios da mudança.

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Bibliografia

agenda_estrategikoa_es.pdf. (n.d.). [consultado em 23/03/2017] disponível em:

http://www.euskadi.eus/contenidos/informacion/20132016legealdiko_dokumentuak/es_def/adjuntos/

Aizpuru, M. (2000). *Vascófilos y bertsolaris, conformadores del nacionalismo vasco en el último tercio del siglo XIX*. Pamplona: Instituto Gerónimo de Ustariz

Aizpurua, J. P. (n.d.). *La aparición de los nacionalismos*. Madrid : Universidade Complutense Editora

Amezaga, et al, J. (2008). *Los medios de comunicación en euskara*. Universidade do País Vasco. [consultado em 12/02/2017] disponível em:

https://www.ehu.eus/documents/2660428/2748262/Media_en_euskara.pdf

Anderson, B. (1993). *Comunidades Imaginadas (2ª)* México: Fondo de Cultura Económica.

Ansuategui, A. (2008). *Terrorismo en Euskadi; Legitimación de la violencia, ideología e y mitología*.

Arranz, R. (2016, July 4). *Mínimo histórico de las TV autonómicas: su audiencia se desploma hasta el 6,9%*. [consultado em: 5/04/2017] disponível em:

http://www.vozpopuli.com/medios/Televisiones_autonomicas-TV3-Canal_Sur-Telemadrid-EiTB-televisiones_autonomicas-ETB_0_931706827.html

Bengoa, M. (2012). *Felipe Arrese Beitia*. [consultado em 01/04/2017] disponível em: <http://www.euskomedia.org/aunamendi/4837>

Bonavides, P. (2000). *Ciência Política (10ª)*. São Paulo, Brasil: Malheiros Editores Lda.

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Bueno, P. (2006). O Construtivismo nas Relações Internacionais. [consultado em 21/03/2017] disponível em: <http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548>

Calixto, C. (n.d.). o Estado Nação e o Século XXI.

de Pablo, S. (2016). Lengua y identidad nacional en el País Vasco, del franquismo a la democracia.

Del carlismo al nacionalismo vasco. (n.d.). [consultado em: 26/02/2017] disponível em: <http://www.nabarralde.com/es/egunekoa/3037-del-carlismo-al-nacionalismo-vasco>

Díaz Herrera, J., & Durán, I. (2002). *ETA El Saqueo de Euskadi* (1ª). Barcelona: Planeta.

Díaz Noci, J. (1998). Los medios de comunicación y la normalización del euskera: balance de 16 años, *Revista Internacional de Estudios Bascos Nome da Revista* (43), 18.

Durán, I., & Díaz Herrera, J. (2001). *ARZALLUZ. LA DICTADURA DEL MIEDO*. Barcelona: Planeta. [consultado em: 27/01/2017] disponível em: <http://www.casadellibro.com/libro-arzalluz-la-dictadura-del-miedo/9788408038498/757395>

Duvoisin, J. (1866). *Étude sur La déclimasion basque* Bayonne. Bayonne Veuve Lamagnère.

Lore Pertusa (ed). (n.d.). *The Basque experience, some keys to language and identity recovery*. Bilbao. Garabide Elkartea.

Endrike, K. (2013, April 23). Es el euskera abertzale? [consultado em 01/02/2017] disponível em: <https://casadenuestropadre.wordpress.com/2013/04/23/es-el-euskera-abertzale/>

Eric Hobsbawm. (1998). *A questão do nacionalismo nações e nacionalismo desde 1780*, Eric Hobsbawm. (1ª). Lisboa: Terramar.

Euskal Irratia Telebista. (n.d.). [consultado em 05/04/2017] disponível em:

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

<http://www.forta.es/Home/QuienesSomos/EuskalIrratiaTelebista/tabid/89/Default.aspx>

Gallestegi, C. (2004, February). Presencia Histórica del Euskera en las Juntas Generales de Bizkaia. Bilbao. Academia Vasca de Derecho

Gellner, E. (2000). O advento do nacionalismo e a sua interpretação: os mitos da Nação e da classe. In *Um mapa da questão nacional* (1st ed., p. 334). Rio de Janeiro. Contraponto.

Gezuraga, A. (2017, January). La persecución sistemática del euskera por Francia y el Vaticano. [Consultado a 19/12/2016], disponível em <http://www.nabarralde.com/egunekoa/5592-la-persecucion-sistemica-del-euskera-por-francia-y-el-vaticano>

González, V. (2011). ETA, Origen y ideología. (é um artigo em revista científica *Ab Initio*. 3 (11)

Granja Sainz, J. L. (2006). El Antimaketismo: La vision de Sabino Arana de España e los Españoles.

Guimarães, S. (2008). Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*. Scielo. (22) 62

Gurruchaga, C., & San Sebastian, I. (2000). *El árbol y las nueces, la relacion secreta entre ETA y el PNV* (7ª). Madrid. Ediciones Temas de Hoy S.A.

Habermas, J. (1996). Realizações e limites do Estado nacional europeu. In *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Ley 10/1982, de 24 de noviembre, Básica de normalización del uso del Euskera. TÍTULO II. DE LAS ACTUACIONES DE LOS PODERES PÚBLICOS. (n.d.). [consultado em 09/04/2017] Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/CCAA/pv-l10-1982.t2.html

Línguas da UE. (n.d.). [Consultado em 31/03/2017] Disponível em <http://www.europedirect-oeste.pt/index.php/a-uniao-europeia/2013-06-19-10-03-54>

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Lore Pertusa (ed). (n.d.). *The Basque experience, some keys to language and identity recovery*. Bilbao. Garabide Elkartea.

LOS ORÍGENES DE LA LENGUA VASCA. (n.d.). [consultado em 02/11/2016] disponível em, <http://www.kondaira.net/esp/TEuskara0001.html>

MILL, J. S. (1862). *CONSIDERATIONS ON REPRESENTATIVE GOVERNMENT*. Nova Iorque: Harper and Brothers, Publishers.

Morin, E. (1999). Europa Unida, entre a associação e a barbaridade. *Lua Nova*, (46), 16.

Nation-state and the ideology of nation in crisis'. (n.d.). [consultado em 08/02/2017] disponível em <http://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/uu32me/uu32me0a.htm>

Pereira Coutinho, L. P. (2011). *A Realidade Internacional, Introdução à Teoria das Relações Internacionais* (1ª) Coimbra. Coimbra Editora.

Pereira, R. (2000). *Euskadi a guerra (des)conhecida dos bascos* (2ª). Lisboa: Editorial Notícias.

Pérez Ramírez, I. (2014). *Lenguas minoritárias y cooficiales de España y su traducción en los servicios públicos*. Guadalajara. [Consultado em 07/01/2017] Disponível em <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/23738/TFM%20irati%20perez.pdf?sequence=1>

Pierré-Caps, S. (1994). *Droits et Société, Production de la norme juridique*. La Rédaction. [consultado em 21/11/2016] disponível em http://www.persee.fr/issue/dreso_0769-3362_1994_num_27_1

Reboredo, X. M. G. (2001). *La invención del Estado-nación*. Barcelona. Editorial Ronsel

Renan, E. (1882). *Qu'est-ce qu'une nation*. Paris Calmann Levy.

A Língua como apoio à luta armada basca: Papel da língua na manutenção do nacionalismo basco.

Renner, K. (2005). Staat und Nation. In *National Cultural Autonomy and its Contemporary Critics*. Nova Iorque: Routledge.

Sabino Arana y el racial-nacionalismo vasco. (n.d.). [Consultado em 11/01/2017] Disponível em <http://05racismo.blogspot.com/2009/04/143-sabino-arana-y-el-racial.html>

Sainz, J. L. (n.d.). El Nacionalismo Vasco.

Soares, T. (2009). LÍNGUA E IDENTIDADE NACIONAL A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS PELAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS.

Suárez Castiñeira, M. L. (n.d.). LANGUAGE, POWER AND INTERNATIONAL RELATIONS: THE CASE OF ENGLISH IN THE EU, 11.

Ulloa, T. F. (2003). Como se recupera una lengua minoritária. El ejemplo del euskera en la Comunidad Autónoma Vasca, 6(3), 22.

VEncuesta.pdf. (n.d.). [consultado em 07/04/2017] Disponível em http://www.hezkuntza.ejgv.euskadi.eus/contenidos/informacion/argitalpenak/es_6092/adjuntos/VEncuesta.pdf

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics* (Cambridge University Press). Cambridge: Cambridge University press.